



**UFES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONOMICAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO POLÍTICA SOCIAL

ANIELE ZANARDO PINHOLATO

**APROPRIAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DA VELHICE COMO UM DOS  
ELEMENTOS PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

VITÓRIA  
2013

ANIELE ZANARDO PINHOLATO

**APROPRIAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DA VELHICE COMO UM DOS  
ELEMENTOS PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Política Social.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças Cunha Gomes – UFES - ES

VITÓRIA  
2013

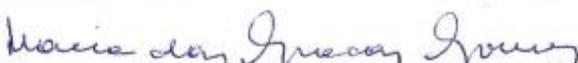


## **ANIELE ZANARDO PINHOLATO**

### **APROPRIAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DA VELHICE COMO UM DOS ELEMENTOS PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

*Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política Social.*

#### **COMISSÃO EXAMINADORA**

  
**Professora Doutora Maria das Graças Cunha Gomes**  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
**Professora Doutora Maria Madalena do Nascimento Sartim**  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
**Professora Doutora Maria Helena Rauta Ramos**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

P654a Pinholato, Aniele Zanardo, 1988-  
Apropriação e expropriação da velhice como um dos elementos para a reprodução do capital / Aniele Zanardo Pinholato. – 2013.  
182 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Valor (Economia). 2. Trabalho. 3. Capital (Economia). 4. Envelhecimento. 5. Estado. I. Gomes, Maria das Graças Cunha. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

---

## AGRADECIMENTOS

Durante essa caminhada, pouco mais de 24 meses, muitos desafios surgiram. Foram, no entanto, a ponte para a busca do conhecimento. Talvez, o maior deles tenha sido o mergulho n'O Capital. Afinal, o mesmo se tornou o referencial teórico que guiou todas as análises, todas as reflexões aqui construídas. Não se trata de tornar Marx e sua "*Crítica da economia política*" um dogma, mas fortalecer a proposta de luta por um novo projeto societário que começou lá no século XIX. Desse modo, posso dizer que essa Dissertação foi apenas o começo desse mergulho.

Nesse sentido, eu preciso agradecer em primeiro lugar, à minha querida Mestre e Orientadora Prof<sup>a</sup>. **Maria das Graças**, que embarcou comigo nessa empreitada. Nossa caminhada já é de longa data, desde a Graduação (2007 a 2010), com meu estágio no Programa UnATI/UFES até a data de hoje. Foram muitos desafios e muitos ainda virão para vencermos juntas. Não tenho dúvidas que as reflexões aqui construídas fortalecerão nosso trabalho nesse Projeto de Extensão. Muito obrigada Graça. Você é para mim um exemplo de profissional, de ser humano e de mulher, em quem eu procuro todos os dias me espelhar.

Quero registrar também meu profundo agradecimento ao **Professor Reinaldo Carcanholo** que foi fundamental nesse mergulho no aporte teórico de Marx. Tentei compreender a teoria do valor através de sua ótica, professor. Sua clareza e seu texto didático no livro "*Capitalismo: essência e aparência*" são imprescindíveis aos novatos que, como eu, querem mergulhar na teoria marxiana.

Também às demais companheiras de equipe da UnATI/UFES, quero deixar registrada minha gratidão. À Prof<sup>a</sup>. **Genira Andrade de Oliveira**, à Prof<sup>a</sup> **Renata Sales Madureira**, também grandes Mestres, que contribuíram com a minha formação acadêmica e continuam a contribuir, agora, em minha trajetória profissional como Assistente Social. Ao grupo de estagiárias, em especial a **Lorena Cassago**, que sempre esteve presente nos momentos importantes dessa Dissertação e em outros mais, principalmente no que se refere à minha vida profissional. Obrigada Amiga!

Agora vai meu agradecimento especial aos meus pais: **Cândida e Olinto Pinholato**, que na simplicidade souberam me ensinar o fundamental: lutar pelos meus objetivos, sempre com humildade e honestidade. Pai, Mãe, amo vocês do fundo do meu coração.

Preciso registrar ainda, meu agradecimento aos Professores **Maurício Sabadini** e **Maria Helena Rauta Ramos** que se dispuseram prontamente a compor a Comissão de avaliação da minha Dissertação. Desde a Qualificação do Projeto de Dissertação, as suas contribuições enriqueceram esse trabalho. Muito obrigada.

Agradeço ainda à Professora **Maria Madalena do Nascimento Sartim** pela disposição em compor também a comissão de avaliação. Professora, muito obrigada por prontamente atender este pedido.

Agradeço, por fim, ao Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFES e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo/FAPES que propiciaram as condições para essa conquista.

*[...] afirmar que o operário tem interesse no rápido crescimento do capital significa apenas afirmar que quanto mais depressa o operário aumentar a riqueza alheia, tanto mais gordas serão as migalhas que sobram para ele; quanto mais operários possam ser empregados e se reproduzir, tanto mais se multiplica a massa de escravos dependentes do capital (MARX, 2010, p. 56-57).*

## RESUMO

Considerando a teoria do valor-trabalho em Marx e tendo em vista que a criação de *valor* na sociedade capitalista depende do consumo - pelo capital - do *valor de uso* da mercadoria força de trabalho, essa Dissertação procurou problematizar o duplo e contraditório movimento de apropriação e expropriação da velhice pelo capital. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir do referencial marxista, buscando-se dialogar com os autores a partir de categorias teóricas que contribuíram para pensar o envelhecimento e a velhice do trabalhador no quadro da mundialização da economia e da reestruturação do capital, cujos efeitos se revelam perversos para o mundo do trabalho. Resultam dessa abordagem as seguintes questões: os mitos e estereótipos que caracterizam a velhice como dependente, como sinônimo de sofrimento e ausência de beleza física, estão aos poucos sendo reinterpretados. O capitalista já percebeu que não é estratégico reproduzir tais mitos e estereótipos. A velhice é fonte de possibilidades mercadológicas e, nesse sentido, é fonte de realização da mais-valia. A rotação do capital e a renovação dos seus ciclos no processo produtivo dependem, além da exploração de força de trabalho na esfera produtiva, do consumo das mercadorias. Guiou também as reflexões a discussão sobre a formação da superpopulação relativa. Como fruto do movimento histórico, os velhos na contemporaneidade não habitam apenas a esfera do pauperismo. Fruto das lutas sociais, a classe trabalhadora tem conquistado o “direito ao envelhecimento”. Pela aposentadoria ou mesmo através das políticas assistenciais de transferência monetárias, os idosos possuem renda. Isso significa que, mesmo em situação de miséria e indigência, são também trabalhadores que transitam pelas demais formas de superpopulação relativa. Conclui-se, por fim, como fato indiscutível, que o atual e acelerado processo de envelhecimento está alterando as respostas do Estado diante dessa manifestação da questão social, e em relação a ela, e na sua direção o capital incorpora como estratégia para sua reprodução ampliada.

**Palavras-chave:** Teoria do valor; Trabalho; Capital; Envelhecimento; Estado

## **ABSTRACT:**

Considering the theory of labor value in Marx and, considering that the creation of value in capitalist society depends on consumption – by the capital - the *value of the use* of the commodity labor power, this thesis sought to problematize the dual and contradictory movement of appropriation and expropriation of capital by old age. We conducted a literature review and documentary, from the Marxist referential, seeking dialogue with the authors from theoretical categories that provided relating aging and old age of the worker to the “*mundialização*” of the economy and capital restructuring, whose effects are to reveal the perverse world of work. Result of this approach the following issues: the myths and stereotypes that characterize old age as dependent, as synonymous of suffering and lack of physical beauty, they're gradually being overcome. The capitalist has realized that it is not strategic play such myths and stereotypes. Old age is a source of marketing possibilities and in this sense, is a source of realization of surplus value. The capital rotation and renovation of their cycles in the production process depend both on the exploitation of labor in the productive sphere, the consumption of goods. He guided the reflections, the formation of relative overpopulation. As a result of the historical movement, the elder nowadays not only inhabit the sphere of pauperism. Fruit of social struggle, the working class has won "the right to aging." By retirement or welfare policies through monetary transfer, the elders have income. This means that even in a situation of poverty and indigence, are also workers who pass by other forms of relative overpopulation. We conclude, finally, as indisputable fact, that the current and accelerated aging is changing the social relations: in capitalist accumulation and the responses of the state.

**Key-words:** Theory of value; Labor, Capital; Aging; rule.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico I</b>	<b>Panorama dos censos do IBGE de 2000 e 2010</b>	23
<b>Gráfico II</b>	<b>População brasileira em 2010</b>	27
<b>Gráfico III</b>	<b>Estimativa de crescimento da população idosa mundial (%): 2012-2050</b>	105
<b>Gráfico IV</b>	<b>Proporções da população brasileira por grupos etários: 1940-2050</b>	107
<b>Gráfico V</b>	<b>Proporção da população brasileira idosa e muito idosa por sexo</b>	109

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b>	<b>População em idade ativa (PIA) por faixa etária – 2009 (em 1.000 pessoas)</b>	151
<b>Tabela 2:</b>	<b>População economicamente ativa (PEA) por faixa etária – 2009 (em 1.000 pessoas)</b>	153
<b>Tabela 3:</b>	<b>Estimativa dos ocupados por faixa etária – 2009 (em 1.000 pessoas)</b>	155
<b>Tabela 4:</b>	<b>Distribuição dos empregos formais por faixa etária – 2009</b>	156
<b>Tabela 5:</b>	<b>Desemprego por faixa etária – 2007 a 2010</b>	158

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro I</b>	<b>Histórico das crises estruturais capitalistas</b>	81
-----------------	--	----

## **LISTA DE SIGLAS**

ANC	Assembleia nacional constituinte
BPC	Benefício de Prestação Continuada
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EC	Emenda Constitucional
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FAPES	Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo
FSE	Fundo Social de Emergência
FEF	Fundo de Estabilização Fiscal
FHC	Fernando Henrique Cardoso
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de pesquisa econômica aplicada
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
ILPI	Instituição de Longa Permanência para idosos
IPI	Imposto sobre produtos industrializados
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MPC	Modo de produção capitalista
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População economicamente ativa
PNEA	População não economicamente ativa
PIA	População em idade ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNI	Política Nacional do Idoso
PPA	Plano de preparação para aposentadoria
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RPPS	Regime Próprio da Previdência Social
UNFPA	Fundo de populações das Nações Unidas

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
1.	<b>A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA</b>	30
1.1	<i>Teoria do valor e exploração da força de trabalho</i>	31
1.1.1	<b>Força de trabalho: mercadoria na sociedade capitalista</b>	34
1.2	<i>Reprodução do capital: rotação e ciclo global</i>	47
1.3	<i>Fim da sociedade do trabalho ou acirramento de formas sutis de exploração a partir da década de 1970?</i>	54
2.	<b>O ESTADO CONTEMPORÂNEO</b>	64
	<i>Algumas interpretações clássicas sobre o Estado a partir da concepção marxista</i>	
2.1	<i>concepção marxista</i>	65
2.2	<i>A concepção gramsciana</i>	72
2.3	<i>Natureza de classe do Estado</i>	79
2.4	<i>O papel do fundo público</i>	86
3.	<b>O ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA</b>	92
	<i>Lei geral da acumulação capitalista e a formação da superpopulação relativa</i>	
3.1	<i>Lei geral da acumulação capitalista e a formação da superpopulação relativa</i>	94
3.2	<i>A população idosa: particularidades da realidade brasileira</i>	105
	<i>O Estado no atendimento das demandas decorrente do processo de envelhecimento dos trabalhadores</i>	
3.3	<i>Envelhecimento dos trabalhadores</i>	111
3.3.1	<b>A lógica da assistência</b>	113
3.3.2	<b>A lógica do seguro</b>	123
	<i>O envelhecimento do trabalhador no contexto societário vigente: questões no cerne do conflito capital e trabalho</i>	
3.4	<i>O envelhecimento do trabalhador no contexto societário vigente: questões no cerne do conflito capital e trabalho</i>	129
3.4.1	<b>O trabalhador idoso como um potencial nicho dos mercados de trabalho e de serviços: avaliação do capital</b>	131
3.4.2	<b>Os mercados de trabalho e de serviços e o trabalhador idoso: avaliação da crítica marxista</b>	145
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	160
	<b>REFERÊNCIAS</b>	166
	<b>ANEXOS</b>	180

## INTRODUÇÃO

Com o compromisso de analisar a sociedade capitalista sob a ótica da classe trabalhadora, essa Dissertação<sup>1</sup> tem como objeto de estudo o *envelhecimento do trabalhador no capitalismo contemporâneo*. Objetivou-se *analisar* a relação entre capital, trabalho e velhice e as consequentes implicações da apropriação e expropriação da velhice para o fortalecimento do sistema capitalista. Como desdobramento, pretendeu-se a) *explicar* como se estabelecem as relações entre capital e trabalho na sociedade capitalista, bem como o papel do Estado nesse processo; b) *explicar* como o capital tem se fortalecido e se reproduzido, expulsando da esfera da produção força de trabalho (idosa ou não) e se apropriando da velhice do trabalhador na esfera da circulação e, c) demonstrar os aspectos mais elementares da relação velhice e capital que contribuem para perpetuação da lógica de acumulação e expansão do capital e para a compreensão acrítica da velhice pautada na lógica do consumo de um lado, e da assistência de outro.

A problematização que se coloca e que fundamenta este trabalho decorre de inquietações<sup>2</sup> sobre as particularidades da velhice como uma fase da vida que, por si, já trazem grandes desafios aos sujeitos desse processo<sup>3</sup>. Procurou-se abordar o fenômeno do envelhecimento enquanto expressão da questão social<sup>4</sup> e inserido no próprio modo de produção capitalista que, a partir da crise deflagrada na década de 1970, reconfigurou a dinâmica de reprodução e acumulação de capital, transformando o mundo do trabalho e as demais dimensões da vida social.

Além disso, tem sido necessário aprofundar esse debate na academia brasileira. Teixeira (2008), por exemplo, propõe rupturas com as propostas de

---

<sup>1</sup> Os estudos da autora foram custeados com recursos do Edital de Bolsa de Mestrado 03/2011 da Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo – FAPES.

<sup>2</sup> Surge das reflexões realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso que discutiu o processo de envelhecimento e a política de assistência social, apresentado no ano de 2010 e, ainda como fruto da vivência com a temática do Envelhecimento na Graduação em Serviço Social, por meio da pesquisa e extensão no Núcleo de Estudos sobre Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa – NEEAPI/DSS-UFES.

<sup>3</sup> No que se refere à sua dimensão particular e cotidiana, isto é, as expectativas e representações sociais da velhice.

<sup>4</sup> Por essa ótica é, sobretudo, um fenômeno heterogêneo. Pela dinâmica das classes sociais, requer uma compreensão das determinações históricas e das relações sociais de produção. E o *caráter de classe da velhice*, nesse sentido, é uma das grandes questões que dão os contornos do objeto da dissertação.

debate da velhice na contemporaneidade. Essa ruptura, de que se refere a autora, se pretende em duas frentes:

[...] uma ruptura com as perspectivas teóricas dos experts do envelhecimento, para as quais esse fenômeno é homogeneamente compreendido, independentemente da forma como a sociedade capitalista explora a força de trabalho, de como expropria o tempo de vida do trabalhador, submetendo-o ao tempo linear, invariável e abstrato, ao tempo das coisas [...]

[...]

Outra ruptura está relacionada ao modo de compreender o processo de eclosão de um problema social, não por suas expressões estatísticas, mas como resultantes de lutas sociais [...] força motriz, ou seja, lutas sociais capazes de romper com o domínio privado das manifestações da questão social (TEIXEIRA, 2008, p. 42).

Entende-se, nessa interpretação, que Teixeira leva em conta principalmente três aspectos: a) a intenção da autora de situar o envelhecimento dos trabalhadores na dimensão da luta de classes, compreendendo as implicações da assim chamada por ela “ditadura do trabalho abstrato” na vida dos trabalhadores; b) ao que a autora denominou como “pseudovalorização da velhice”: são aqueles idosos que “[...] só ganham visibilidade como consumidores manipulados de mercadorias e serviços regidos pela lógica do capital” (p. 42) e, c) às respostas do Estado e da sociedade, que se configuram como “novas simbioses entre público e privado” (TEIXEIRA, 2008, p. 199).

A questão da pseudovalorização da velhice é uma interpretação que difere, em parte, dos alicerces desse estudo. Concordando com Teixeira, mas ao mesmo tempo agregando outras reflexões à questão, entende-se que o que existe é um processo de apropriação da velhice pelo capital, na medida em que esse mesmo “consumo manipulado de mercadorias e serviços” é, na realidade, uma forma de valorização do capital, embora não haja extração direta da mais-valia - o que pode ocorrer com a reinserção do idoso no mercado.

O estudo se coloca coerente com as linhas de pesquisa do Mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES na medida em que

se propõe a estabelecer uma relação entre o processo de envelhecimento e o atual estágio do desenvolvimento do sistema capitalista. Ainda, pela responsabilidade para com a socialização do conhecimento, o estudo pretende explicitar que o sujeito trabalhador e idoso ainda possui fundamental importância na construção desta sociedade, não perdendo de vista que, neste processo, este sujeito transforma e é transformado pelo meio em que vive.

A problemática configurou-se a partir da seguinte hipótese: *há expropriação da velhice quando o capital deixa de atribuir valor de uso à força de trabalho na medida em que, por motivo da idade, o trabalhador já não produz a mais-valia em grandezas satisfatórias ao capitalista. Entretanto, ao mesmo tempo, o capital se apropria desse sujeito em processo de envelhecimento, por meio da aquisição de serviços, mercadorias, recursos de instituições financeiras e suporte familiar. Por outro lado a reinserção do trabalhador idoso no mercado de trabalho também atende a esse duplo e contraditório movimento de apropriação e expropriação da velhice.*

Para tanto, como forma de responder ao problema de pesquisa, qual seja: **quais as implicações do duplo e contraditório movimento de apropriação e expropriação da velhice pelo capital**, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, por compreender que este era o momento de revisitar a teoria e dialogar com os autores, principalmente os autores marxistas, a respeito da temática, a partir das categorias teóricas que vem norteando essa proposta, quais sejam: Teoria do valor; Trabalho; Capital; Envelhecimento e Estado.

Além disso, apoiou-se na pesquisa quanti-qualitativa, pois a mesma se propõe a tratar de uma dimensão da realidade cujas questões levam também a buscar o diálogo e a descrição dos elementos estruturais e históricos construídos socialmente, bem como, revelar na análise teórica o que os dados estatísticos e demográficos traduzem a respeito deste segmento etário de cabelos brancos, pautada numa abordagem que privilegia a “ótica da classe trabalhadora”.

É oportuno, para tanto, mencionar uma reflexão de Traspadini sobre a importância dos textos marxistas, principalmente porque analisa a sociedade de classes por essa ótica. Segundo a autora,

É exatamente porque o capital se valoriza a partir da intensificação do trabalho de um grande contingente de trabalhadores (homens, mulheres, crianças, idosos) que os sujeitos, com a evolução do modo de produção, ficam à mercê da informalidade e da exclusão, desde o nascimento desse modo de produção caracterizado como capitalista, que a luta de classes, em vez de cegar, deve despertar os olhos e sentidos dos trabalhadores para a ruptura total com esse sistema que gera morte em vida (TRASPADINI, 2010, p. 11).

Considerando, desse modo, essa ótica da classe trabalhadora, a pesquisa, precisa ser também uma forma de ensinar. “Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço [para] comunicar ou anunciar a novidade” (FREIRE, 1996, p. 29). Essa é uma lição que prepara o “educando” e nesse caso especificamente, o pesquisador a aguçar a “curiosidade”, a buscar o melhor caminho ou o mais adequado para conhecer o que não se conhece. O pesquisador ‘curioso’, o faz buscando, como primeiras aproximações, a história contada, documentada, fotografada, quantificada ou mesmo aquela a ser verbalizada.

O processo de pesquisa, nesse sentido, deve se permitir à ação da criatividade do pesquisador (MINAYO, 2007). Criatividade essa que, acompanhada da curiosidade eleva o potencial de descobertas acerca do objeto pesquisado. E nesse sentido, “[...] a curiosidade ingênua que, ‘desarmada’ está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto [...], se torna *curiosidade epistemológica*. Muda de qualidade, mas não de essência” (FREIRE, 1996, p. 31. Grifos nossos), isto é, é a mesma curiosidade guiada por um método, por leituras e vivências.

Embora muito válidas essas considerações de Freire, Netto (2009) lembra, a partir da leitura de Lukács, que a incursão de Marx na história da sociedade burguesa não é epistemológica, mas *ontológica* e, “[...] por isto, o seu interesse não incidia sobre um abstrato ‘como conhecer’, mas sobre ‘como conhecer um objeto real e determinado’” (NETTO, 2009, p. 11). Trata-se, sobretudo, de uma forma de conhecer e interpretar a realidade, cuja particularidade se deve ao *não*

distanciamento do sujeito da pesquisa do seu objeto pesquisado e mais do que isso, ao caráter ou dimensão política do debate, no sentido de que a maior finalidade da pesquisa é a contribuição na transformação societária.

O método, portanto, é a bussola a guiar a curiosidade e, partindo do princípio de que a ciência não é neutra (CHAUÍ, 2000), optou-se por guiar este estudo pelo método crítico dialético. Para Lima e Mito,

[...] o método dialético por levar o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o 'devir'; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo (LIMA; MITO, 2007, p. 39).

A dialética pressupõe, na medida da clareza metodológica, o distanciamento do raciocínio lógico cartesiano que fundamenta a racionalidade instrumental e científica (ocidental). Para Konder, a dialética “[...] é o modo de pensarmos as *contradições da realidade*, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em *permanente transformação*” (KONDER, 1992, p. 05. Grifos nossos).

Neste sentido, reafirmando o compromisso que abre esta Dissertação, qual seja: enveredar pelo estudo do envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista pautando o debate pela ótica da classe trabalhadora, entende-se que o *envelhecimento dos trabalhadores* se configura como expressão da questão social (TEIXEIRA, 2008), na medida em que se tem revelada a velhice como “fonte de problemas” de que fala Debert (GOMES, 2008). É algo que vem se concretizando com as mudanças societárias em curso. O modo de produção capitalista, a partir da crise de 1970, ganhou novos contornos com a chamada reestruturação produtiva, fragmentando a organização da classe trabalhadora, promovendo, inclusive, novos contornos no cenário político e demandando do Estado ações de modo a garantir os altos padrões de acumulação registrados desde então.

As características do capitalismo contemporâneo, isto é, a fase caracterizada pela introdução de novas tecnologias, mudanças na composição orgânica do capital, rapidez do alcance dos meios de comunicação, protagonismo dos monopólios e, sobretudo, a dinâmica atual de reprodução e acumulação do capital, bem como o papel do Estado, definem, juntamente com o caráter de classe da velhice, a tônica da proposta deste estudo. É sobre essa base histórica que o debate do envelhecimento da classe trabalhadora ganha contornos na dimensão econômica e da luta de classes.

A luta de classes é compreendida nesse estudo como parte da dinâmica da contradição e/ou conflito entre as classes fundamentais: capital e trabalho. Conforme Montañó e Duriguetto (2011), os marxistas não entendem os processos de lutas de classes como lutas distintas daquelas de caráter mais pontual e de curto prazo, como as lutas pela desigualdade, discriminação, gênero e ao que se pode acrescentar a questão da idade.

[...] a centralidade que a questão de classe tem no MPC [modo de produção capitalista], que não elimina a diversidade de questões e formas de discriminação e desigualdade, garante nessa ordem social a potencialidade de aglutinar todas as questões em torno de um projeto realmente emancipador: a superação da sociedade comandada pelo capital e a constituição de uma sociedade sem classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 118).

E ainda, para os autores, “[...] as ‘lutas sociais’, inclusive aquelas orientadas mais diretamente às *manifestações* e não ao cerne da ‘questão social’, representam desdobramentos das ‘lutas de classe’” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 119. Grifos dos autores). A adoção do termo “lutas sociais”, a partir desse momento, portanto, vem do entendimento de que se trata de uma forma contemporânea com que se travam as lutas entre capital e trabalho, tendo a classe trabalhadora, de conquistar espaços, fomentando a contra hegemonia (Gramsci).

Pode-se afirmar que o capitalismo contemporâneo tem seu início no século XX e a crise dos anos 1970 forçou o capital a articular três grandes estratégias para se

renovar: “a *reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal*” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 214).

A primeira estratégia, como alternativa para a retomada das taxas de lucro, corresponde à mudança dos padrões “rígidos” de produção, caracterizada pela produção em massa e em série dos modelos fordista-taylorista, para aquilo que se denominou *acumulação flexível* que introduz novos paradigmas como a flexibilização do trabalho, dos produtos, do modo de vida e dos padrões de consumo (HARVEY, 1993).

A chamada “*financeirização do capital*”, numa complexa estrutura que funde capital bancário e capital industrial, aumenta as taxas de lucro em detrimento da criação de valor na produção. Seu crescimento “tem sido de caráter nitidamente especulativo, ou seja: *não guarda a menor correspondência com a massa de valores reais*” (NETTO; BRAZ, 2009 p. 232).

E a *ideologia neoliberal*, por seu turno, corrobora como paradigma teórico que sustenta toda essa reestruturação do capital, na medida em que seus fundamentos incidem no aprofundamento do individualismo, na culpabilização do sujeito por sua condição social e de trabalho e na alienação da liberdade, isto é, fazendo parecer que a sociedade capitalista é uma sociedade livre em que todos os indivíduos podem fazer escolhas conscientes.

Assim, tais estratégias do capital revelam por si mesmas mudanças nas relações e condições de trabalho a partir da década de 1970. O “trabalho desprotegido” é um dos resultados mais perversos desse processo produtivo flexibilizado e precarizado. Compõe o setor terceirizado do mercado formal e também do mercado informal, cujas relações de trabalho “trouxeram de volta as formas de exploração que pareciam estar no passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo)” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 220-221).

Neste contexto, o trabalhador empobrecido, precarizado, polivalente e *desprotegido* está envelhecendo e atingindo expectativas de vida acima dos 70 anos<sup>5</sup>. De acordo com Teixeira,

O velho, em sociedades capitalistas, sofre a opressão que se dá tanto pela desigualdade social e de classe, quando pelo confinamento social, dado pela segregação, pelas históricas políticas de assistência social em instituições asilares, que remontam o século XVIII; como o abandono ou isolamento da família que, com transformações capitalistas, perde o espaço como unidades de produção e reprodução social, que tinha em sociedades anteriores, e se vê exigida a buscar os meios de sobrevivência no mercado de trabalho, sem condições de manter seus idosos, financeiramente e com cuidados especiais (TEIXEIRA, 2008, p. 82).

E ainda de acordo com a autora, na sociedade capitalista “os trabalhadores idosos perdem valor de uso<sup>6</sup> para o capital, embora não percam a identidade de classe” e, nesse sentido “é através das lutas operárias que o envelhecimento ascende à cena pública” (TEIXEIRA, 2008, p. 82). O trabalhador idoso demanda, nesse sentido, ações tanto do Estado quanto da sociedade. Do Estado, intervenções no que se referem às políticas públicas<sup>7</sup> e, da sociedade, mudanças na compreensão do que é velhice e envelhecimento, de modo a ultrapassar uma prática recorrente: a reprodução de estigmas e preconceitos.

Para Beauvoir (1990), a sociedade de classes reproduz valores que deveriam ser extirpados. O sujeito forjado no processo de trabalho é aviltado, alienado por uma lógica perversa de expropriação, que somada ao processo de envelhecimento, produz o que se pode chamar de “velhice estigmatizada”. Esta afirmação encontra respaldo nas análises da mesma autora ao demarcar que

---

<sup>5</sup> Referência à expectativa de vida do brasileiro.

<sup>6</sup> Essa conclusão da autora encontra-se respaldada pela constatação de Marx em que a força de trabalho na sociedade capitalista se torna uma mercadoria, comercializada no mercado de trabalho. O seu valor de uso para o capital é justamente o seu consumo. Quando, em condições desfavoráveis, ou melhor, quando o trabalhador, por algum motivo, nesse caso, pela velhice, não consegue oferecer ao capital uma determinada magnitude de dispêndio de força física ou intelectual, torna-se inútil, dispensável.

<sup>7</sup> O que se verifica em torno dessa questão é a necessidade de que ações intersetoriais sejam promovidas. Proposta preconizada pela Política Nacional do Idoso, no caso brasileiro.

[...] tal como está constituída, a sociedade impõe uma escolha monstruosa: ou sacrificar milhões de jovens, ou deixar vegetar miseravelmente milhões de velhos [...] todos estão de acordo em não desejar a primeira solução: só resta a segunda. Não são apenas os hospitais e os asilos: é toda a sociedade que constitui, para os velhos, um grande “morredor”. [...] A tragédia da velhice é a radical condenação de todo um sistema mutilador: um sistema que não fornece à maioria das pessoas que fazem parte dele uma razão de viver, [pois] [...] *ao envelhecer, o trabalhador não tem mais lugar no mundo*, porque, na verdade, nunca lhe foi concedido um lugar: simplesmente, ele não tivera tempo de perceber isso (BEAUVOIR, 1990, p. 339-340, grifos nossos).

A autora quebra a “conspiração do silêncio” que rodeia a velhice e parece denunciar que o velho na sociedade capitalista, ao encerrar sua capacidade produtiva, encerra também sua condição de sujeito histórico. Para Goldman (2000), essa

[...] contradição é agravada por fatores culturais que idolatram o novo, o jovem e ridicularizam o antigo e o velho. Assim, o idoso se depara com problemas de rejeição da autoimagem e *tende a assumir como verdadeiros os valores da sociedade que o marginaliza*, [...] *a marginalização dos idosos parece mais gravemente evidenciada no modo de produção capitalista*, em sociedades que atingiram certo grau de urbanização e industrialização e que requerem contingente de trabalho produtivo, jovem e dinâmico (GOLDMAN, 2000, p. 21-22, grifos nossos).

O “tempo de trabalho” extorquido pela produção capitalista interliga a velhice à pobreza. São, “[...], portanto, as diferenças de classes que deram à velhice sua noção de ambivalência, ou seja, a palavra velhice representa duas realidades profundamente distantes, se considerarmos essa ou aquela classe social” (TEIXEIRA, 2008, p. 80). Envelhecer nessa sociedade, especialmente a brasileira, significa, portanto,

[...] *ter seu tempo de vida subordinado ao tempo do trabalho*, mesmo *depois de aposentado*, para trabalhadores velhos de baixa renda [...] *ou ter seu tempo livre submetido às exigências de reprodução social do capital* e de controle social que se estende ao envelhecimento,

submetendo o idoso ao planejamento externo de comportamentos, atitudes, sentimentos, consciência e mecanismos organizativos. (TEIXEIRA, 2008, p. 301. Grifos nossos).

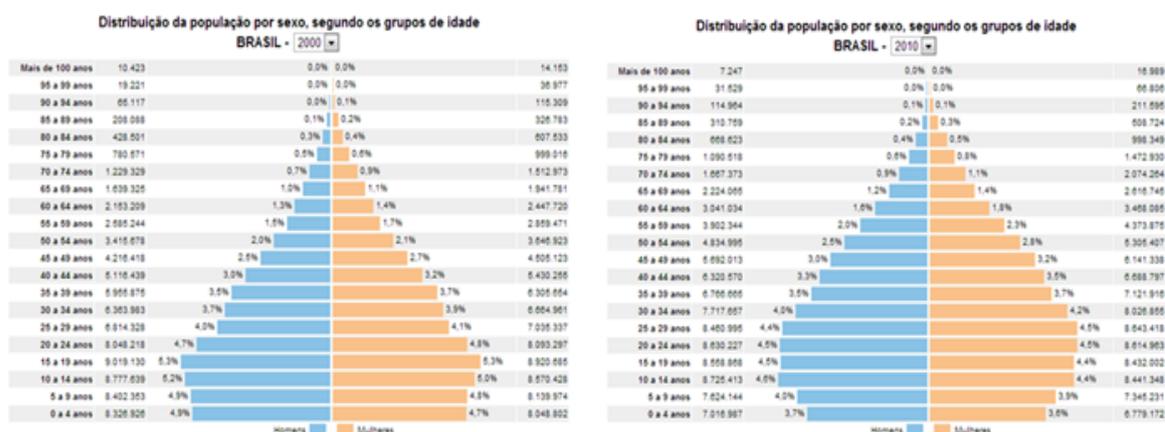
O fenômeno do envelhecimento, desse modo, se insere na dinâmica da luta de classes, tendo em vista, conforme apontou Teixeira, que o velho perde valor de uso para o capital, mas não perde sua condição de trabalhador; atende aos interesses do capital e se revela como “problema social” quando relacionado ao mundo do trabalho.

Envelhecer, portanto, com qualidade de vida e poder desfrutar do “tempo livre” é possível em determinadas condições sociais e de trabalho que ao sujeito e sua família foram proporcionados durante toda a sua “vida produtiva”. Trata-se, pois, de uma velhice encarada como “fonte de recursos” que se caracteriza pela preservação da autonomia e independência do sujeito; pela integração à comunidade; pelo acesso aos grupos de terceira idade, dentre outros, embora não exima esse idoso de sofrer algum tipo de violência ou violação de direitos. Na face do trabalhador superexplorado, por outro lado, está estampada a velhice como “fonte de problemas” que dificulta ainda mais o acesso desse idoso aos direitos; o exclui muitas vezes do convívio familiar e comunitário e, principalmente, o expõe às mais variadas situações de violência.

Esses elementos se tornam relevantes quando publicizados. A sociedade tem percebido e dado importância à velhice em virtude do aumento da expectativa de vida da população. Nos países centrais essa realidade se configura a partir do século XVIII e vem sendo também experimentada pelos países periféricos desde o século XX. No caso brasileiro, por exemplo, a população idosa atingiu em 2010 a ordem de 18 milhões, representando 12% da população total, de acordo com o último censo do IBGE em 2010, contra 14,5 milhões em 2000, isto é, 8% da população total (PORTAL DO ENVELHECIMENTO, 2010).

O gráfico<sup>8</sup> a seguir traz um panorama desses números, comparando os dois últimos censos do IBGE.

**Gráfico I: Panorama dos censos do IBGE de 2000 e 2010**



FONTE: IBGE. Disponível em: <[http://www.censo2000.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm\\_piram\\_ide.php?ano=2010&codigo=0&corhomem=88C2E6&cornulher=F9C189&wmaxbarra=180](http://www.censo2000.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piram_ide.php?ano=2010&codigo=0&corhomem=88C2E6&cornulher=F9C189&wmaxbarra=180)>. Acesso em: janeiro de 2013.

FONTE: IBGE. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm\\_piram\\_ide.php?ano=2010&codigo=0&corhomem=88C2E6&cornulher=F9C189&wmaxbarra=180](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piram_ide.php?ano=2010&codigo=0&corhomem=88C2E6&cornulher=F9C189&wmaxbarra=180)>. Acesso em: janeiro de 2013.

O intervalo de tempo entre 2000 e 2010 tem revelada uma alteração abrupta na pirâmide etária brasileira. Colocadas em paralelo, as pirâmides revelam, sobretudo, o crescimento da população adulta e um crescimento acelerado da população idosa. Além disso, em algumas literaturas consultadas verificou-se que o crescimento desse grupo, em 2050, alcançará valores entre 19 e 24%<sup>9</sup>. No entanto, consultando publicações do próprio IBGE (2009), constatou-se que esse crescimento será ainda maior: em 2050, os idosos serão 28,9% da população.

Camarano e Kanso explicam, sobre a questão do envelhecimento populacional, que o mesmo é

<sup>8</sup> O gráfico é uma sistematização a partir das pirâmides etárias disponíveis pelo IBGE. Para melhor visualização, estará disponibilizada uma cópia ampliada em anexo.

<sup>9</sup> Não há um consenso nas literaturas consultadas. Confronte: GIACOMIN, Karla Cristina. Envelhecimento populacional e os desafios para as políticas públicas. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Cláudia. **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012 e CARVALHO, José Alberto Magno de; RODRÍGUEZ-WONG, Laura L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. In: **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(3):597-605. Março, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n3/13.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

[...] ocasionado, sobretudo, pela queda da fecundidade, que leva a uma redução na proporção da população jovem e ao consequente aumento na proporção da população idosa. Isto resulta num processo conhecido como *envelhecimento pela base*. A redução da mortalidade infantil acarreta o rejuvenescimento da população graças a uma sobrevivência maior das crianças. Por outro lado, a diminuição da mortalidade nas idades mais avançadas contribui para que esse segmento populacional, que passou a ser mais representativo no total da população, sobreviva por períodos mais longos, resultando no *envelhecimento pelo topo*. Este altera a composição etária dentro do próprio grupo, ou seja, a população idosa também envelheceu (CAMARANO; KANSO, 2009, p. 10. Grifos das autoras).

Em outras palavras, o envelhecimento populacional possui duas causas: ao mesmo tempo em que há queda na taxa de fecundidade, há também a diminuição da mortalidade das pessoas com mais idade. Isso significa que há uma parcela considerável de adultos chegando aos 60 anos e, ao mesmo tempo, há outra parcela de pessoas com mais idade conquistando a longevidade, isto é, alcançando idades acima dos 80 e 90 anos ou mais.

À primeira vista, portanto, considerando apenas o desenho da pirâmide, já é notável essa mudança demográfica no Brasil. O gráfico que representa a população brasileira nos anos 2000 ainda possuía traços triangulares e, em apenas 10 anos, esse desenho mudou para um novo formato: o de gota, isto é, a base se estreitando e o topo se alongando.

Conforme apontam Alves, Vasconcelos e Carvalho,

A estrutura etária de um país muda dinamicamente ao longo do tempo, acompanhando as mudanças qualitativas resultantes da transição demográfica. *No caso do Brasil, que está entrando na fase mais avançada de sua transição*, deve-se testemunhar importantes mudanças na estrutura etária de sua população nas próximas décadas (ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010, p. 06. Grifos nossos).

Chama atenção a afirmação dos autores de que o Brasil está vivendo na atualidade um processo de transição. Pode-se dizer que há um consenso na

literatura que aborda o tema do envelhecimento que, no caso brasileiro, há uma mudança considerável na pirâmide etária e que merece atenção do Estado, no que se refere à formulação e implementação de políticas sociais destinadas aos idosos.

Para os autores citados, o censo de 2010 apontou

[...] que a população brasileira está com seus maiores grupos etários concentrados nas idades entre 5 e 29 anos. Uma população, portanto, ainda jovem, mas já exibindo os primeiros sinais de tendência a crescer em direção às idades adultas mais rapidamente (ALVES; VASCONCELOS; CARVALHO, 2010, p. 06).

Na mesma perspectiva, uma matéria veiculada pelo Portal do Envelhecimento (2010) enfatiza que

[...] pela primeira vez na história recente, uma nação cuja maior parcela da população é predominantemente adulta e em idade ativa, ou seja, um [01] em cada cinco [05] brasileiros tem entre 20 e 29 anos de idade, o que significa dizer que por duas décadas o país terá as condições propícias para se desenvolver já que estará no auge da sua força produtiva, enquanto as crianças e os idosos (ambos dependentes daqueles que trabalham) representarão um percentual menor na população. Esse fato é chamado “bônus demográfico”, pelo qual já passaram algumas nações que se tornaram ricas e desenvolvidas.

Em outras palavras, essa publicação afirma que o Brasil vive um momento propício para o desenvolvimento econômico, partindo do princípio de que o crescimento populacional é a alavanca para o crescimento econômico. Entretanto, o fato de a PEA superar em números absolutos as demais faixas etárias não garante esse desenvolvimento. A força de trabalho representada por esse contingente vem sendo cada vez menos absorvida pelo sistema capitalista, formando uma superpopulação relativa exorbitante<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> A formação da superpopulação relativa está contemplada no último capítulo desse estudo.

O chamado capital financeiro não necessita absorver força de trabalho de modo a empregar essa massa indivíduos em idade de trabalhar.

Dotado de imprecisão teórica, no ponto de vista de Carcanholo e Nakatani, o capital financeiro se apresenta “[...] como se fosse realmente um verdadeiro conceito ou categoria do pensamento marxista e como se tivesse conteúdo preciso” (1999, p. 01) e, no que se refere às implicações para o modelo econômico vigente, os autores defendem a tese de que

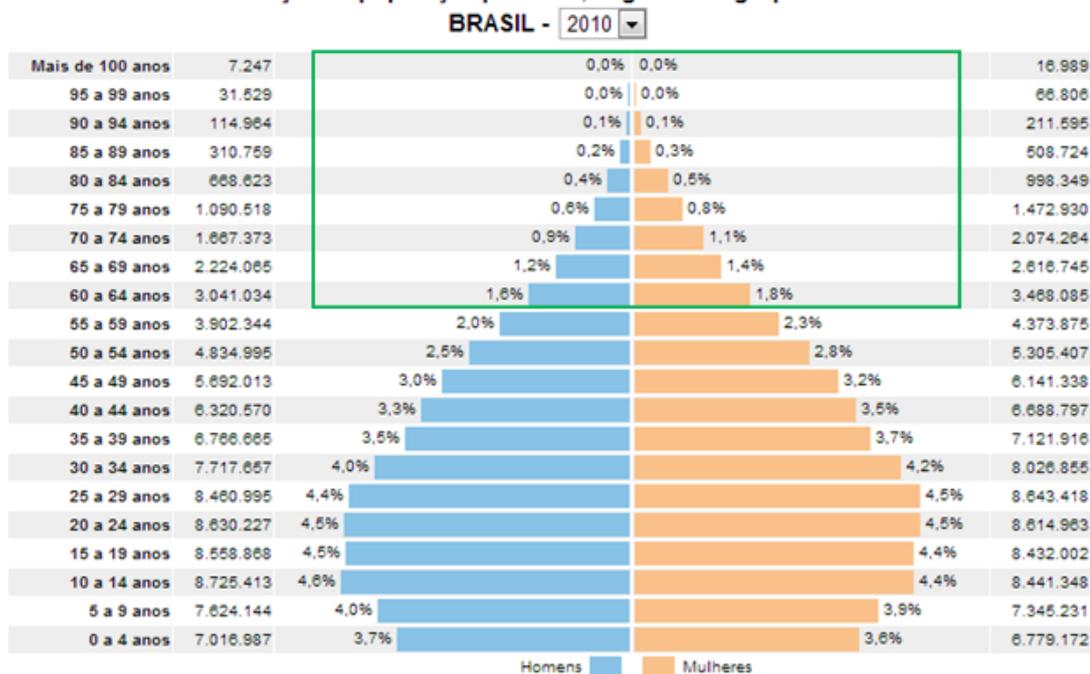
[...] a globalização, com todas as suas características, distingue-se de outras épocas da história do capitalismo pelo domínio do *capital especulativo parasitário* (forma mais concreta derivada do *capital portador de juros*) em escala mundial, sobre o *capital produtivo*. Nessa fase, o *capital industrial* converte-se em capital especulativo e sua lógica fica totalmente subordinada à especulação e *dominada* pelo parasitismo. Dessa maneira, é a lógica especulativa do capital sobre sua circulação e reprodução no espaço internacional que define esta nova etapa. Sem dúvida, esse fenômeno está associado à quebra do padrão monetário internacional a partir dos anos 70 (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 01-02. Grifos dos autores).

Os autores complementam essa tese afirmando também que “a fase atual da globalização no capitalismo constitui a fase do predomínio internacional da lógica especulativa sobre a produtiva e da exacerbação da concorrência entre os grandes capitais produtivos que operam no âmbito internacional” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 02). Essas características do capital fictício influenciam a tomada de decisão do capitalista, fazendo com que os investimentos no setor produtivo e de serviços não alcancem os mesmos patamares que os investimentos financeiros, afetando a empregabilidade da massa de trabalhadores.

Retomando, pois, o topo da pirâmide etária de 2010, verifica-se que há uma estruturação formando uma pirâmide ou triângulo.

## Gráfico II: População brasileira em 2010

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade



Fonte: IBGE. Destaque acrescentado pela autora.

Isso revela um processo de envelhecimento particular do segmento etário na faixa dos 60 anos em diante, ou seja, se comparado aos demais segmentos etários, há uma importante concentração de idosos nas faixas entre 60 e 79 anos. Expressivo também é o número de idosos longevos que, somados, perfazem a partir de 2010, um total, em números absolutos, de mais de 345 mil idosos. Há que se registrar também o significativo recorte de gênero que se particulariza neste grupo. Esses e outros elementos serão apresentados no último capítulo de modo a aprofundar a questão demográfica do envelhecimento brasileiro.

Esta Dissertação apresentou, portanto, nessa Introdução, um pouco da realidade demográfica brasileira, trazendo dados principalmente dos últimos dois censos do IBGE, bem como situando as características da sociedade contemporânea, face ao processo de reestruturação do capital.

O primeiro capítulo tem o propósito de apresentar uma revisão teórica, resgatando os conceitos relativos à natureza da riqueza e do valor da força de trabalho na sociedade capitalista, bem como, a partir de “O Capital” de Marx,

compreender a fórmula geral do capital. Além disso, como desdobramento dessa temática, abordou-se o debate da centralidade e das metamorfoses do mundo do trabalho.

No segundo capítulo há uma revisão teórica sobre o Estado, considerando as principais abordagens marxistas. Incluir o Estado nesse estudo tornou-se necessário, pois o mesmo revelou-se como um elemento fundamental na problematização do objeto da pesquisa, na medida em que o Estado é quem regula as tensões entre capital e trabalho, garantido a reprodução do capital e amenizando os descontentamentos da classe trabalhadora. O Estado contemporâneo não é neutro e não está acima da luta de classes. Optou-se, nesse sentido, por agregar aspectos que o inserem na dinâmica da mundialização do capital.

No Terceiro capítulo consta uma construção, na qual pretendeu-se agregar os elementos teóricos às análises de dados de pesquisas oficiais (sobre a população idosa) para o que tem sido aqui chamado de movimento de apropriação e expropriação da velhice pelo capital. Para tanto, o primeiro item retoma a construção iniciada no primeiro capítulo com uma análise da lei geral da acumulação do capital e formação da superpopulação relativa em Marx, pois tem revelado nesse tema o lugar do trabalhador idoso no capitalismo. No segundo item do capítulo, retomou-se os aspectos demográficos da velhice e suas particularidades da realidade brasileira, com o propósito de explicitar quem é, na atualidade, este grupo etário. Na sequência, há uma abordagem que relacionou o envelhecimento dos trabalhadores e o papel do Estado, como forma de mostrar tanto os avanços quanto as limitações na agenda das políticas sociais brasileiras, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. E após esta reflexão, consta uma abordagem sobre a relação do envelhecimento dos trabalhadores e o capital, procurando mostrar a lógica que rege os interesses capitalistas a esse respeito. Em seguida, o devido contraponto que pretende demarcar um posicionamento de caráter crítico e pautado na luta de classes, explicitando as possíveis mudanças no perfil da força de trabalho no que se refere à realidade brasileira, principalmente no que tange à reinserção do trabalhador idoso no mercado de trabalho.

Por fim, nas considerações finais consta uma reflexão que procura debater e explicitar os resultados da pesquisa, dentre os quais, destacam-se: o trabalhador idoso, na contemporaneidade, não se insere apenas na esfera do pauperismo tal como Marx observou n'O Capital, mas transita pelas demais formas da superpopulação relativa. Isso é fruto do movimento histórico da sociedade. O sistema capitalista, no que se refere à expansão do mercado de serviços, tem se utilizado dos discursos em prol da velhice livre de estigmas e preconceitos, procurando demonstrar que a valorização social do idoso se dá pela via do consumo. O Estado, pela sua natureza de classe (capitalista), tem socorrido o capital nos momentos de crise. O fundo público cumpre um papel fundamental, nesse aspecto e, além disso, contribui para que os ciclos do capital sejam ininterruptos. Por fim, a reinserção do idoso no mercado de trabalho se mostrou como uma forte tendência na atualidade, posto que os dados das pesquisas oficiais mostraram crescimento do número de trabalhadores idosos compondo a força de trabalho no Brasil.

## 1. A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

“[...] *Tempo, tempo, tempo, tempo...*  
*Compositor de destinos [...]*  
*Entro num acordo contigo [...]*  
*Por seres tão inventivo*  
*E pareceres contínuo [...]*  
*Que sejas ainda mais vivo [...]*  
*Ouve bem o que te digo*  
*Tempo, tempo, tempo, tempo...*”

(*Oração ao tempo, Caetano Veloso*).

Na sociedade capitalista, organizada por um modelo mercantil, o trabalhador não detém o poder de “entrar num acordo” com o tempo no processo produtivo. A “subsunção real e formal” (Marx) do trabalho ao capital expropriou inclusive essa dimensão da vida do trabalhador. O capitalista detém, por um processo histórico de acumulação, a posse dos meios de produção e da forma de sua utilização pelo trabalhador. Restou a esse último procurar alternativas, por meio da organização coletiva e das lutas sociais, para manter-se firme na “queda de braços”, ora avançando em conquistas<sup>11</sup>, ora recuando – mesmo que involuntariamente – como mostra a história mais recente.

A crise do capital da década de 1970 e que possui traços na crise dos dias atuais se mostra como um determinante importante desse processo. Tal recorte histórico anunciou a extração da mais-valia de forma acentuada, mascarando as reais condições de trabalho na sociedade capitalista contemporânea. Nesse sentido, é preciso considerar os aspectos econômicos, políticos e sociais da relação que se estabelece entre capital e trabalho no mercado capitalista. É imprescindível problematizar esses aspectos de forma transversal ao debate teórico, cujo fundamento é a *teoria do valor-trabalho*.

---

<sup>11</sup> Redução da jornada de trabalho no século em que escrevia Marx e outros direitos trabalhistas e sociais, cujas particularidades são inúmeras de país para país.

### 1.1 Teoria do valor e exploração da força de trabalho

A exploração dos trabalhadores não é simples de ser percebida e nem de ser combatida na sociedade contemporânea. O capital faz com que os trabalhadores acabem competindo entre si e um dos resultados é o rebaixamento, em termos de magnitude do valor, do preço da força de trabalho, isto é, dos salários.

A teoria do valor-trabalho, ou como prefere Carcanholo, a “*teoria dialética do valor-trabalho*”, pressupõe a existência de uma relação entre os conceitos de valor e preço de mercado e essa relação é do tipo quantitativo, mas se trata de uma relação mediada por certas determinações” (CARCANHOLO, 2011, p. 13, grifos do autor), em que se concebe a natureza da riqueza produzida. Essa riqueza sendo produzida socialmente reproduz relações sociais entre duas classes fundamentais: a classe trabalhadora e a classe capitalista.

O valor, “como expressão nas coisas (nas mercadorias) das particulares relações mercantis de produção é a forma social e histórica da riqueza na época capitalista”, enquanto o valor de uso é seu conteúdo material, “comum à riqueza em qualquer época histórica, em qualquer tipo de sociedade” (CARCANHOLO, 2011, p. 41). E no desenvolvimento da sociedade mercantil até os moldes mais atuais do capitalismo a relação do valor e valor de uso da mercadoria foi se transformando. A importância deste último tem se tornando cada vez menor, e o capital aliena as necessidades humanas mais elementares, tornando-as também mercadoria.

O valor, portanto, não é algo natural ou que já nasce com a mercadoria, mesmo que esta seja a força de trabalho. Embora apareça como natural ou intrínseco, o valor é social.

Trata-se, em um primeiro momento, só em um primeiro momento, de uma propriedade, de uma característica intrínseca a cada mercadoria, propriedade essa que é social (não natural) e que consiste no *poder de compra*, no poder de atração que possui essa mercadoria sobre as demais e que permite que ela tenha aqueles valores de troca determinados e não outros menores ou maiores.

[...]

Insistamos [...] trata-se de uma propriedade social; é-lhe entregue à mercadoria pela sociedade somente pelo fato de esta última estar organizada de maneira mercantil ou capitalista (que é uma sociedade mercantil mais desenvolvida) (CARCANHOLO, 2011, p. 14, grifos do autor).

Importa fazer uma ressalva a respeito dessa ideia. Carcanholo explica em nota de rodapé – nota número 4 - dessa mesma passagem, que a dialética materialista implica compreender a noção de movimento, portanto, os conceitos “transformam-se ao longo do tempo”. Reafirma, inclusive num tom de advertência, que

[...] o valor, como qualquer outra categoria dialética marxista, não se refere a algo dado, a algo que possa ser definido de uma vez para sempre. O valor é, na verdade, um processo de desenvolvimento que como qualquer outro, possui seu nascimento, desenvolvimento, maturidade, velhice ou senilidade e morte. Se for mais fácil de entender, podemos dizer que o valor está em constante processo de desenvolvimento. Esse processo é, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das relações sociais mercantis no seio da humanidade. Como está em constante processo de desenvolvimento, o que é hoje, deixará de ser amanhã e é diferente do que foi ontem, da mesma maneira que como ocorre com qualquer ser orgânico, inorgânico ou social. Por isso, defini-lo de alguma forma é uma completa insensatez (CARCANHOLO, 2011, p. 18-19).

Necessariamente o valor se transforma na medida em que outros elementos são considerados na troca mercantil. Passando-se brevemente pela história do modo de produção capitalista, observa-se que o

[...] valor, se expressa diretamente no momento da troca. É quando se procede a comparação entre dois frutos do trabalho humano que se revela entre eles também valores, que necessitam de uma forma de expressão quantitativa para que seja possível alguma mensuração entre eles (NAKATANI; GOMES, 2011, p. 106).

Esse mesmo valor, que adquire materialidade na mercadoria, transforma-se ao final do processo de circulação da mercadoria. A forma dinheiro, enquanto equivalente geral e socialmente aceita da mercadoria tornar-se-á capital quando,

basicamente, o objetivo da troca mercantil se tornar: “comprar para vender”. Tal expressão é algo do cotidiano, mas que em seu interior reflete as determinações históricas e as relações sociais de produção nos moldes mais conhecidos na atualidade.

### ***A transformação do valor em capital***

O capital, num primeiro momento, refere-se a “[...] um valor desenvolvido e que deixa de ser propriedade da mercadoria e passa a ter existência em si mesmo” (CARCANHOLO, 2011, p. 18). Para entender o que isso significa, é preciso revisitar a forma simples de circulação do dinheiro.

Existem duas formas em que o dinheiro assume funcionalidades distintas. Marx explica que “o dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma de circulação” (MARX, 2001, p. 177). Uma delas é “vender para comprar” (**M---D---M**), isto é, quando o possuidor de dinheiro vende uma determinada mercadoria com o interesse em adquirir outra mercadoria, ou seja, é para seu consumo pessoal, o dinheiro serviu apenas para mediar tal troca e, desse ponto de vista, esse possuidor de dinheiro (o consumidor) consumiu o valor de uso da mercadoria dinheiro, logo esse dinheiro *não* é capital. A outra forma é “comprar para vender” (**D---M---D'**), já mencionada anteriormente, que se refere basicamente ao interesse do possuidor de dinheiro fazer aumentar seu dinheiro utilizado anteriormente, ou como se profere Marx, dinheiro “adiantado”, cujo resultado final é a venda da mercadoria, recuperando-se o dinheiro adiantado, porém com um lucro. Esse dinheiro, circulando dessa maneira é capital.

Marx fornece algumas passagens n' O Capital que sintetizam este movimento do dinheiro na circulação, em que:

[...] vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação das

necessidades. A circulação de *dinheiro como capital*, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites.

Como representante consciente desse movimento, o possuidor de dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é donde sai e para onde volta o dinheiro. O conteúdo objetivo em causa – a expansão do valor – é sua finalidade subjetiva, enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência. Nunca se deve considerar o valor de uso objetivo imediato do capitalista, tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucro (MARX, 2001, p. 182-183. Livro 1, v. 1. Grifos nossos).

Carcanholo e Sabadini (2011) assinalam, assim, que Marx se utilizou da seguinte abstração para compreender que existe uma contradição no interior da fórmula geral do capital (**D---M---D'**): Marx supôs que a troca das mercadorias é realizada pelo seu valor, desconsiderando, portanto, as assimetrias ou as discrepâncias entre valor e preço de mercado. Verificou, a partir dessa abstração, que aconteceria apenas uma transferência de valores entre os agentes que se confrontam no mercado, de modo que um lucraria com a perda do outro e nenhum valor novo seria criado. "A explicação do lucro, portanto, para Marx, não está na circulação, ou pelo menos não apenas nela; está na circulação e na produção ao mesmo tempo. Por isso vai se valer do conceito de força de trabalho e da ideia de exploração" (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 125). Já se pode adiantar, para tanto, que o lucro é a expressão da mais-valia e esta se revela no processo de trabalho, isto é, na produção da mercadoria.

### 1.1.1 Força de trabalho: mercadoria na sociedade capitalista

Sabe-se que o modo de produção capitalista possibilitou que a humanidade desenvolvesse a capacidade de produzir mercadorias e tecnologias em escala global. As relações sociais de produção foram se complexificando, separando o trabalhador de sua força de trabalho, transformando-a também em mercadoria.

Essa, “[...] como qualquer outra mercadoria possui *valor de uso, valor e valor de troca*. Este último, o valor de troca, é o salário, da mesma maneira que o preço de mercado é o valor de troca em dinheiro de qualquer outra mercadoria”<sup>12</sup> (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 132, grifos nossos).

A força de trabalho, em si, pode ser interpretada como energia ou produto abstrato que proporciona ao trabalhador produzir valores de uso que em processo capitalista de valorização se tornam mercadoria, adquirindo, superficialmente valores de troca - expressão ou magnitude do valor. Trata-se, sobretudo, nas palavras de Marx de um “conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo do ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2001, p. 197. Livro 1, v. 1).

No capitalismo, então, o objetivo fundamental é produzir um valor maior que aquele investido no início do processo produtivo e, considerando o processo de transformação do valor em capital, verifica-se que a “natureza do capital é o [próprio] valor, mas um valor mais desenvolvido. Dinheiro e mercadoria são [suas] formas de existência [...], *formas funcionais*” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 127, grifos dos autores). Nesse sentido, pela fórmula geral do capital,  $D \text{ --- } M \dots p \dots M' \text{ --- } D'$ , em que  $D$ , é dinheiro adiantado,  $M$  é mercadoria (meios de produção e força de trabalho) introduzida no processo;  $p$  é o processo de produção;  $M'$  é novo valor criado e  $D'$  é valor que se incrementou ao final do processo, isto é tornou-se capital. A compreensão de Marx sobre esse processo é que:

A mudança do valor do dinheiro que se pretende transformar em capital não pode ocorrer no próprio dinheiro. [...] Tampouco pode a mudança decorrer do segundo ato da circulação, da revenda da mercadoria, pois esse ato apenas reconverte a mercadoria da forma natural em forma dinheiro. A mudança tem, portanto, de ocorrer com a mercadoria comprada no primeiro ato  $D \text{ --- } M$ , mas não em seu valor [refere-se ao valor de troca, expressão ou magnitude do valor], pois se trocam equivalentes, as mercadorias são pagas pelo seu valor [propriedade social da mercadoria, forma social e histórica]. A mudança só pode, portanto, originar-se de seu valor de uso [conteúdo material] como tal, de seu consumo. *Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a*

<sup>12</sup> A magnitude do valor da força de trabalho será detalhada mais adiante.

*felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho (MARX, 2001, p. 197. Livro 1, v. 1. Grifos nossos).*

Marx descreve, assim, como que na formação da sociedade mercantil (ou pré-capitalista), a força de trabalho se torna, ao mesmo tempo, 'livre' e disponível para se tornar uma mercadoria, cuja peculiaridade está em seu consumo. Isto é, por meio de uma aparente relação contratual livre e igual o trabalhador se torna vendedor de sua força de trabalho no mercado. Marx constata essa situação e apresenta duas condições para a liberação da mão de obra necessária ao capitalista:

*Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor de dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, [a] o de *dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria*, e [b] o de *estar livre, inteiramente despojado de todas as demais coisas necessárias à materialização da sua força de trabalho, não tendo além desta, outra mercadoria para vender* (MARX, 2001, p. 199. Livro 1, v. 1. Grifos nossos).*

O trabalhador se torna, a partir dessas condicionalidades, classe pauperizada, vulnerável às condições desiguais e de exploração impostas pela dinâmica do capital em suas fases de desenvolvimento, se se considerar que a extração da mais-valia implica na expropriação do valor criado com o trabalho, independentemente do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Além disso,

*Não interessa ao possuidor do dinheiro saber por que o trabalhador se defronta com ele no mercado, não passando o mercado de trabalho para ele, de uma divisão especial do mercado de mercadorias [...]. A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não tem origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos (MARX, 2001, p. 199. Livro 1, v. 1).*

Para que se constitua esse mercado livre e soberano, garantidor de ‘trocas satisfatórias’, a força de trabalho precisa ser livre como já constatado em Marx, entretanto, estar livre consiste numa mudança de paradigma, numa mudança no processo histórico, cuja história revela uma perversa expropriação do trabalhador da terra e dos meios de produção<sup>13</sup>.

Netto e Braz, nessa perspectiva, interpretam a força de trabalho como uma “mercadoria especial” de que se refere Marx, citado anteriormente, como algo que

[...] possui uma *qualidade única*, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: **ela cria valor – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa**. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: **o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro**. O capitalista compra força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso (NETTO; BRAZ, 2009, p. 100, grifos dos autores).

A apropriação pelo “possuidor de dinheiro”<sup>14</sup> da riqueza socialmente produzida aparece como sendo uma troca justa, isto é, uma remuneração condizente com o trabalho executado, pois para o mesmo é legítima tal apropriação. No entendimento do possuidor de dinheiro,

[...] *paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia - pertence-lhe durante o dia*. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor de uso que vendeu, ao ceder seu trabalho [...]. *O capitalista compra força de trabalho e incorpora o trabalho, ferramenta viva aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem*. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumi-la adicionando-lhe meios de produção. *O processo de trabalho é um processo que*

<sup>13</sup> Consultar: MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: **O capital**: crítica da economia política. Livro I, v. I. 18ª Ed. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

<sup>14</sup> Pelo desenvolvimento da sociedade pré-capitalista, se tornará o capitalista.

*ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo* (MARX, 2001, p. 219. Livro 1, v. 1. Grifos nossos).

O capitalista, no direito de “consumir o valor de uso de força de trabalho” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 132), se apropria de um valor maior produzido que o valor pago pela jornada contratada (MARX, 2001; NETTO; BRAZ, 2009; CARCANHOLO, 2011). Marx demonstra, assim, ao longo de sua obra, tratar-se de apropriação, na forma de mais-valia, da riqueza socialmente produzida.

A dimensão do *valor de troca* na compra e venda da força de trabalho é o aspecto que encobre a essência da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. Antes de adentrar nessa dimensão aparential da *troca* ou do *salário* propriamente dito, é preciso lembrar que essência e aparência fazem parte do real e não são unidades que se excluem (CARCANHOLO, 2011).

### ***Valor e valor de troca da força de trabalho***

Para se compreender as implicações da relação do valor e valor de troca da mercadoria força de trabalho, tomar-se-á como pressuposto o valor de troca como um aspecto quantitativo, isto é, a magnitude do valor, cuja *unidade de sua medida é o tempo de trabalho socialmente necessário*. Entender essa dimensão do valor de troca fica mais claro nas palavras de Carcanholo:

[...] enquanto o valor [...] é uma propriedade social inerente, interior à mercadoria, expressão nela das particulares relações sociais existentes e, portanto, uma categoria da essência da sociedade capitalista, o valor de troca é sua forma de manifestação e aparece na superfície mesma dos fenômenos (2011, p. 14).

Valor e valor de troca “são [...] diferentes; totalmente diferentes, embora relacionados [...]. O valor de troca é uma forma de manifestação do valor, *forma*

*essa que não é expressão perfeita nem totalmente adequada deste último*” (CARCANHOLO, 2011, p. 16, grifos nossos).

A implicação mais imediata de tal constatação é a dificuldade, sobretudo, de compreender como se dá a produção da mais-valia ou ainda o cálculo de sua taxa. E o resultado disso é a falta de compreensão da existência da desigualdade no interior da compra e venda da força de trabalho. Porém basta que o trabalhador não consiga satisfazer suas necessidades de reprodução social da força de trabalho que imediatamente aflora em sua consciência e em seu sentimento a noção de exploração (CARCANHOLO, 2011). Além disso, do ponto de vista acadêmico, essa inadequação dificulta o entendimento da teoria do valor, fazendo com que muitos estudiosos abandonem essa teoria, por entender que a sociedade da forma como está organizada não pode mais ser explicada pela gênese da riqueza e da produção da mercadoria. Assim, esses autores acabaram adotando outros paradigmas teóricos. Um exemplo foi Habermas que passou a compreender as mudanças no mundo do trabalho como um reflexo da expansão da ciência<sup>15</sup>.

Retomando, pois, a ideia de que o capitalista paga o valor da força de trabalho e a utiliza durante a jornada contratada tem-se, *como uma primeira impressão, que trabalhador e capitalista trocam interesses comuns*. O primeiro quer o salário e o segundo, o produto do trabalho do primeiro. Assim, “[...] o valor de troca, é o salário, da mesma maneira que o preço de mercado é o valor de troca em dinheiro de qualquer outra mercadoria” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 132, grifos nossos), e o salário, isto é, preço de mercado da força de trabalho também é “[...], determinado pelas mesmas leis que determinam o preço [das demais mercadorias]” (MARX, 2010, p. 37-38).

Tendo em vista mais esta constatação, a magnitude do valor da força de trabalho é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua (re) produção que consiste fundamentalmente na aquisição dos bens de consumo para a manutenção da vida, tais como: alimentos; vestuário; lazer; saúde e, conhecimento (nessa sociedade, é o conhecimento voltado à capacitação para venda da força de

---

<sup>15</sup> Uma reflexão mais detalhada encontra-se na terceira seção dessa abordagem. Confronte também Antunes (2005).

trabalho no mercado). Além disso, é imprescindível a reprodução e continuidade da família de modo que os filhos substituam a mão de obra do pai ou da mãe quando os mesmos estiverem incapacitados para o trabalho, em decorrência das enfermidades adquiridas em função do próprio processo de trabalho, velhice ou outras incapacidades. Nesse sentido “[...] o valor da força de trabalho não leva em consideração somente as condições de sobrevivência da trabalhadora ou do trabalhador, mas, sim, as de sua família” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 133).

Assim, a teoria do valor tem proporcionado o entendimento de que pelo trinômio - valor de uso, valor, valor de troca da mercadoria (força de trabalho) - se pode começar a explicar a origem de todo o processo capitalista de produção de riquezas.

E o salário que o capitalista ‘paga’ ao trabalhador “[...] é simplesmente um título (um papel ou papéis) que dá [ao trabalhador] direito para comprar, para se apropriar de um conjunto limitado de bens” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 135). Trata-se, pois, do ponto de vista da totalidade e da reprodução, de uma concessão momentânea, uma vez que o trabalhador precisa adquirir no mercado os bens para suprir suas necessidades mais básicas, o salário pago volta para o capitalista<sup>16</sup>, e, dessa forma, como se não bastasse o trabalhador ter de entregar todo produto do seu trabalho ao capitalista, detentor dos meios de produção, descobre-se que o assalariamento é mais um fetiche do capitalismo. “O fato de que os empresários pagam os salários do próprio bolso é puramente aparental. Não pagam nada! E, assim, a exploração é um fato indiscutível, não depende de quem observe a questão” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 136).

Nesse sentido, Marx ao dialogar com a classe operária, trabalhadora, em sua época, considerou que

[...] afirmar que o operário tem interesse no rápido crescimento do capital significa apenas afirmar que quanto mais depressa o operário

---

<sup>16</sup> Vale lembrar que mediando essa relação existe o Estado. As leis trabalhistas, apesar de suas fragilidades, garantem aos trabalhadores formais direitos como férias remuneradas, vale transporte e vale alimentação, dentre outros.

aumentar a riqueza alheia, tanto mais gordas serão as migalhas que sobram para ele; quanto mais operários possam ser empregados e se reproduzir, tanto mais se multiplica a massa de escravos dependentes do capital (MARX, 2010, p. 56-57).

### ***A descoberta da mais-valia***

A complexidade do fenômeno da transformação do dinheiro em capital requer considerar, portanto, o valor da força de trabalho.

Foi dito que o valor da força de trabalho determina-se “[...] pelo *valor dos meios de subsistência* necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (MARX, 2010, p. 112). A partir desse ponto da análise da natureza da riqueza capitalista, Marx supõe que para suprir essas necessidades de subsistência, tem o trabalhador que trabalhar uma determinada quantidade de “horas de trabalho médio”, contudo, a jornada de trabalho é sempre maior que essa quantidade de horas de trabalho. O valor, portanto, criado nessas horas adicionais, isto é, horas trabalhadas além do trabalho necessário, será a mais-valia ou sobreproduto do qual o capitalista se apropria sem ter remunerado ou adiantado qualquer valor.

“Esse tipo de troca entre o capital e o trabalho”, diz Marx, “é que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema de trabalho assalariado e tem de conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista” (MARX, 2010, p. 115), garantindo a manutenção, com pouca ou nenhuma mobilidade, das classes sociais e a luta de classes acompanha, portanto, os desdobramentos da acumulação capitalista.

É importante lembrar que para Marx,

O valor de uma mercadoria é determinado pela *quantidade total de trabalho* nela contida. Mas uma parte dessa quantidade de trabalho representa um valor pelo que foi pago um equivalente em forma de salários; outra parte está realizada num valor pelo qual *nenhum* equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é

trabalho *pago*; a outra parte é trabalho *não pago*. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria *pelo seu valor*, isto é, como cristalização da *quantidade total de trabalho* nela aplicado, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja exigido o trabalho do seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas diferentes. Repito, pois, que lucros normais e médios são obtidos vendendo-se as mercadorias, *não acima* do que valem, mas sim *pelo seu verdadeiro valor* (MARX, 2010, p. 118, grifos do autor).

Portanto, lucro e mais-valia são diferentes elementos do processo, mas estão relacionados. Como o capitalismo é, acima de tudo, um sistema de dominação do homem pelo homem, o capitalista busca incessantemente incrementar seu capital original. E o faz vendendo a mercadoria pelo seu valor, sendo que na composição do valor criado existe trabalho pago e não pago. Entretanto, para manter-se na concorrência do mercado, o capitalista precisa garantir massa de mais-valia e completar o ciclo da mercadoria ininterruptamente. Pelo processo da mundialização da economia<sup>17</sup>, potencializa os lucros, absorvendo a mais-valia produzida por pequenos capitais, via mecanismo de transferência.

Para entender como esse mecanismo funciona, Carcanholo e Sabadini, considerando “a relação salarial (que produz mais-valia)”, se perguntam: “como, na essência, a relação salarial é uma relação de exploração, podemos considerar todos os empresários (grandes, médios e pequenos) como exploradores?” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 136). A resposta para essa questão vem da análise da relação entre capital e trabalho nas pequenas empresas.

Pensemos, para nossa análise, somente em um pequeno empresário do setor produtivo (uma padaria ou oficina mecânica, por exemplo) e que inclusive, paga baixos salários comparados com os das [...] grandes empresas.

Sem dúvida, um trabalhador assalariado de uma empresa desse tipo produz mais valia e é indiscutivelmente um trabalhador explorado. No entanto, isso não significa dizer que seu patrão seja necessariamente

---

<sup>17</sup> Com o desenvolvimento das forças produtivas e as chamadas Revoluções industriais, a economia se tornou global. Foi necessário expandir os mercados. Esse tema é parte da história das grandes navegações e da acumulação primitiva. Ver: capítulos XXIV e XXV do livro I d’O Capital.

explorador. A questão é saber se efetivamente ele é capaz, devido à concorrência, de se apropriar do lucro correspondente à mais-valia produzida por seus trabalhadores, ou pelo menos, à parte dela.

Devido às condições do mercado, é possível que nada da mais-valia seja por ele apropriada [...]. O valor do qual não se apropria termina sendo apropriado como lucro por outros capitais (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 136-137).

Ficou compreendido, portanto, que do ponto de vista global ou da totalidade, a mais-valia é a forma pela qual o capitalista extrai - e se apropria ao máximo, da riqueza produzida no processo de trabalho, de modo que é pela manipulação do tempo de trabalho socialmente necessário que essa mais-valia pode ser absoluta ou relativa ou até mesmo, uma combinação de ambas as formas. “A *taxa de mais-valia*”, diz Marx,

se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, dependerá da proporção entre a parte da jornada de trabalho necessária para reproduzir o valor da força de trabalho e o *excedente de tempo*, ou *sobretalho*, realizado pelo trabalhador. Dependerá, por isso, *da proporção em que a jornada de trabalho é prolongada além do tempo* durante o qual o operário, com seu trabalho, reproduz apenas o valor de sua força de trabalho, ou repõe o seu salário (MARX, 2010, p. 115).

Assim, a mais-valia absoluta se dá quando o trabalhador trabalha para si uma determinada quantidade de horas, isto é, o tempo de trabalho socialmente necessário (trabalho pago na forma de salário), e trabalha para o capitalista outra quantidade de horas, o chamado trabalho excedente (trabalho não pago, apropriado pelo capitalista). Portanto, basicamente se obtém a mais-valia absoluta com o prolongamento da jornada de trabalho, ou seja, o prolongamento do trabalho excedente. Essa foi uma prática muito utilizada e de forma abusiva na formação do modo de produção capitalista, quando não se tinha regulamentações de jornada e a classe trabalhadora, ainda em formação, não estava organizada.

Já a mais-valia relativa está em consonância com as mudanças compulsórias da composição orgânica do capital, isto é, do aumento de capital constante

(máquinas, matérias-primas) e diminuição de capital variável (força de trabalho). Na medida em que se incrementa a produção, em termos de novas tecnologias, tem-se um aumento da produção das mercadorias e o que deveria significar mais lucratividade, se torna um problema, pois existe uma tendência a queda da taxa de lucros. A mercadoria produzida acaba não sendo absorvida na esfera da circulação e o valor não se realiza. A solução encontrada pelo capitalista foi novamente injetar na produção novas tecnologias e expulsar força de trabalho. Contudo, é pelo trabalho que se cria valor. Para manter a taxa de mais-valia, sem alterar a jornada de trabalho, a solução foi diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho, isto é, diminuir o valor da força de trabalho, aumentando automaticamente o tempo de trabalho excedente.

Este é basicamente o mecanismo para se extrair mais-valia sem que se altere a jornada de trabalho e sem que pareça exploração. Duas conclusões de Marx, para tanto, amarram essa reflexão e desvelam a exploração do trabalhador na sociedade capitalista:

Primeira: *o valor ou preço da força de trabalho* toma a aparência do *preço ou valor do próprio trabalho*, ainda que a rigor as expressões valor e preço do trabalho careçam de sentido.

Segunda: ainda que apenas uma parte do trabalho diário do operário seja *paga*, enquanto a outra *não é paga*, e ainda que esse trabalho não remunerado, ou sobretrabalho, seja precisamente o fundo de que se forma a *mais-valia* ou *lucro*, fica parecendo que todo trabalho é pago.

Essa falsa aparência distingue *trabalho assalariado* das outras formas *históricas* do trabalho (MARX, 2010, p. 116, grifos do autor).

Assim, basicamente, através das mudanças na composição orgânica do capital e da expulsão da força de trabalho tem-se a formação da superpopulação relativa<sup>18</sup> (MARX, 2001. Livro 1, v. 2), bem como o fenômeno da reestruturação produtiva e acumulação flexível (HARVEY, 2007). Além disso, em seu estágio contemporâneo, o capital acirra ainda mais as relações sociais.

---

<sup>18</sup> Consta uma construção sobre esse tema no terceiro capítulo.

### ***A dupla dimensão da categoria trabalho***

A categoria trabalho, em Marx, se apresenta em dupla dimensão: como trabalho concreto e trabalho abstrato.

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2001, p. 64-65).

Essa passagem sintetiza a noção de trabalho concreto, sinônimo de trabalho útil, insuprimível na vida social e imprescindível para a socialização e realização do homem em sociedade.

Pela outra via, o trabalho abstrato está diretamente ligado à produção da mais-valia. E do ponto de vista da emancipação humana, perpetua a relação de dominação do homem pelo homem. Em outras palavras, serve única e exclusivamente para acirrar e hierarquizar as classes, colocando-as em lugares bem definidos na produção e apropriação da riqueza.

Conforme aponta Antunes (2010), a duplicidade da categoria trabalho emana do desenvolvimento da sociedade capitalista.

[...] a partir de la vigencia del sistema de metabolismo social del capital, el carácter útil del trabajo, su dimensión concreta, pasan a subordinarse a otra condición, la de ser *gasto de fuerza humana productiva, física o intelectual*, socialmente determinada para generar plusvalor.

Aquí aflora el *trabajo abstracto* que hace desaparecer las diferentes formas de trabajo *concreto* que, según Marx, son reducidas a una única especie de trabajo, el *trabajo humano abstracto*, gasto de energías físicas e intelectuales necesarias para la producción de mercancías y la valorización del capital (ANTUNES, 2010, s/p. Grifos do autor).

Para o autor uma implicação surge desse movimento.

[...] si podemos considerar al trabajo un momento fundacional de la sociabilidad humana, como *punto de partida de su proceso de humanización*, también es verdad que en la sociedad capitalista, el trabajo pasa a ser asalariado, asumiendo la forma de trabajo alienado, fetichizado y abstracto. O sea, al mismo tiempo en que es imprescindible para el capital, es también un elemento central de sujeción, subordinación, extrañamiento y reificación. El trabajo se convierte en un *mero medio de subsistencia*, convirtiéndose en una *mercancía especial*, la fuerza de trabajo, cuya finalidad principal es valorizar el capital (ANTUNES, 2010, s/p. Grifos do autor).

Nesse sentido, se distinguem as classes fundamentais: a capitalista – detentora dos meios de produção, que se apropria da riqueza -, e a trabalhadora, expropriada de tais meios, que produz a riqueza da sociedade. Portanto,

[...] o trabalho deve ser entendido como um fator determinante das formas de sociabilidade humana, considerando que, a partir do processo de produção de bens materiais, são produzidas e reproduzidas as relações entre indivíduos, potencialmente os construtores dessa realidade (TEIXEIRA, 2008, p. 58).

Nessas circunstâncias Teixeira (2008) se apoia em Padilha para reforçar a existência de uma lógica que deprime o trabalho concreto sob o jugo do trabalho abstrato. Merece ser registrada sua reflexão como forma de clarificar essa ideia e dizer que o mundo do trabalho encontra-se imerso na sede por valorização e realização de mais-valia.

[...] cada trabalho concreto que produz valor de uso se distingue de outros trabalhos concretos, mas os trabalhos abstratos se igualam quando criam valores de troca, pois *o que importa agora não é o conteúdo do trabalho e sim sua quantidade, isto é, só se considera criador de valor o tempo de trabalho excedente ao socialmente necessário à reprodução da força de trabalho* (TEIXEIRA, 2008, p. 60, grifos nossos).

Analisando, pois a categoria trabalho, e considerando as dimensões concretas e abstratas, Teixeira (2008) reafirma que é pela “ditadura do trabalho abstrato” que

[...] o capitalismo, através do controle de práticas temporais, espaciais e dos meios de produção, aloca e realoca o tempo de vida dos trabalhadores ou o tempo social, redefinido pelas necessidades reprodutivas ampliadas do capital, seja enquanto tempo de trabalho, ‘tempo livre’ ou tempo de envelhecer (TEIXEIRA, 2008, p. 57).

Isso significa que é a dimensão do trabalho abstrato a responsável por gerar o excedente e “consumir” de forma capitalista o valor de uso da força de trabalho.

O entendimento de que há, em grande medida, uma “ditadura do trabalho abstrato” ganha ainda mais sentido, a partir do momento em que se entende também que com ela, surge o trabalho alienado, estranhado e reificado, citados por Antunes. Portanto,

El ejercicio del trabajo autónomo, eliminado el gasto de tiempo excedente para la producción de mercaderías, eliminado también el tiempo de producción *destrutivo y superfluo* (esferas éstas controladas por el capital), posibilitará el rescate verdadero del *sentido estructurante del trabajo vivo*, contra el *sentido (des) estructurante del trabajo abstracto para el capital*. Su auténtico *sentido omnilateral y no unilateral* (ANTUNES, 2010, s/p. Grifos do autor).

## *1.2 Reprodução do capital: rotação e ciclo global*

A rotação do capital passa pela forma de realização da mais-valia na esfera da circulação. Isso significa que na segunda etapa do ciclo (M'---D'), o “capital-mercadoria” se torna “capital-dinheiro”.

Conforme Marx, “[...] o tempo em que determinado capital faz uma circulação completa é igual à soma de seu tempo de circulação propriamente dito e de seu

tempo de produção. É o período em que o valor-capital se move, a partir do momento em que volta à mesma forma” (MARX, 1993, p. 159. Livro 2, v. 3).

Essa passagem de Marx faz resgatar a afirmação de Carcanholo (2011), no início do capítulo, de que o capital é um valor desenvolvido que se desmaterializa.

É isso mesmo! [...] o valor-capital ou simplesmente capital, agora existe para si. Utiliza-se das formas corpóreas da mercadoria e do dinheiro, mas não se confunde com elas. Ele se transforma não só em um ser com vida própria: passa a ser o sujeito da sociedade e da história e transforma o ser humano em mero aspecto seu (CARCANHOLO, 2011, p. 19).

É no processo de circulação que o capital se movimenta, adquirindo essa característica. Dessa forma, o modo capitalista de acumulação da riqueza produzida socialmente necessita que os ciclos entre produção, circulação e realização de mais-valia sejam ininterruptos. “Assim, a porção de trabalho não-pago – mais-valia – contida na mercadoria vai se transformar em dinheiro para, o mais rapidamente possível, voltar ao processo de acumulação de capital” (TAVARES, 2009, p. 244). A cada rotação, o capitalista emprega ou como prefere Marx, adianta parte dessa mais-valia que se tornou “capital-dinheiro” novamente no processo, isto é, compra matérias-primas, matérias-primas auxiliares (combustível e energia), realiza reparos de máquinas, ferramentas e prédios (quando necessário) e, compra força de trabalho, iniciando um novo ciclo.

Realizar essas operações não é algo simples. Cada passo é calculado. A rotação do capital é “processo e não acontecimento isolado”, diz Marx, “[...] Mede, portanto, o tempo que dura o período seguinte, a periodicidade do processo de vida do capital, ou, em outras palavras, o tempo que dura a renovação, a repetição do processo de criar mais-valia ou de produzir o mesmo valor-capital” (MARX, 1993, p. 162. Livro 2, v. 3).

Pode-se dizer, portanto, que quanto mais rápida a rotação do capital, quanto maior o número de rotações, maior será a quantidade de mais-valia a realizar-se?

Não necessariamente. Para compreender o que isso significa, é preciso tomar nota de que o capital se decompõe em dois elementos: capital constante e capital variável. Essa peculiaridade interfere no valor total (totalizador) da mercadoria. Parte do capital constante é meio de produção que sofre deterioração pelo uso. Assim, admitindo essa característica, parte do capital constante se torna capital fixo pela sua peculiaridade de *transferir frações* de valor à mercadoria. Os demais componentes de capital constante que se incorporam por completo ao produto final (matérias-primas e matérias-primas auxiliares), somados à força de trabalho, isto é, à parte variável do processo produtivo, se tornam capital circulante. Nas palavras de Marx:

Quanto mais tempo dura o meio de trabalho, quanto mais demora seu desgaste, tanto mais tempo permanece fixado nessa forma de uso valor-capital constante. Qualquer que seja a durabilidade, a proporção em que transfere valor está na razão inversa do tempo global de seu funcionamento. Se uma máquina se desgasta em cinco anos e outra em dez, possuindo ambas igual valor, a primeira transfere, no mesmo espaço de tempo, duas vezes mais valor do que a outra.

Essa parte do valor-capital fixada no meio de trabalho circula, como qualquer outra. De maneira genérica, vimos que todo o valor-capital está em circulação contínua e nesse sentido todo capital é capital circulante. Mas, tem característica peculiar a circulação da parte do capital que ora estamos observando [capital fixo]. Antes de mais nada, não circula sob a forma de uso; o que circula é apenas seu valor e de maneira gradual, fracionária em que se transfere ao produto que circula como mercadoria. Durante todo o período de seu funcionamento, encontra-se uma fração de seu valor nele fixada, independentemente das mercadorias que ajuda a produzir. Essa peculiaridade dá a essa parte do capital constante a forma de *capital fixo*. Em contraposição, todos os demais elementos materiais do capital adiantado no processo de produção constituem *capital circulante* (MARX, 1993, p. 165-166. Livro 2, v. 3).

“Esse processo é prolongado”, como afirma Tavares, “é um processo que se realiza sob a direção do capitalista com o fim de fazer de dinheiro mais dinheiro. Ou melhor, de transformar dinheiro em capital” (TAVARES, 2009, p. 244). Contudo, continua a autora,

[...] não basta extrair trabalho não-pago do trabalhador. Mais-valia estocada não gera capital, mas crise. É preciso que a mais-valia se realize no mercado, que seja transformada em dinheiro. Do contrário, se as mercadorias não são vendidas, o ciclo é interrompido e o objetivo do capital não é atingido (TAVARES, 2009, p. 244).

Antes, porém, de adentrar na dimensão da realização da mais-valia, é mister reforçar a ideia de capital fixo e capital circulante, pois conforme apontou Marx, esses dois elementos determinam o modo como ocorre a rotação do capital.

O autor complementa sua explanação dizendo que muitos confundem a relação existente entre capital fixo e capital constante (conceito apresentado no Capítulo V do livro primeiro de “O Capital”), compreendendo que é capital fixo a parte do capital constante que não se movimenta, isto é, que não possui mobilidade, como os prédios, as ferrovias, etc. Entretanto, aponta o mesmo autor:

[...] um meio de trabalho pode mudar fisicamente de lugar, de maneira constante, mas apesar disso encontrar-se constantemente no processo de produção, como uma locomotiva, um navio, uma besta de carga, etc. Não é a imobilidade que, num caso, lhe dá o caráter de capital fixo, nem a imobilidade, no outro, lhe tira esse caráter. Mas, a circunstância de haver meios de trabalho localmente fixados, radicados, presos ao solo, confere a essa parte do capital fixo papel peculiar na economia das nações (MARX, 1993, p. 170. Livro 2, v. 3).

Assim, “a circulação peculiar do capital fixo resulta numa rotação peculiar. A parte do valor que perde em sua forma natural, em virtude do desgaste, circula como parte do valor do produto” (MARX, 1993, p. 170. Livro 2, v. 3).

Já em relação aos demais elementos, isto é, “[...] elementos do capital produtivo [...] constituídos por componentes do capital constante, existentes nas matérias auxiliares e nas matérias-primas, e pelo capital variável desembolsado em força de trabalho” (MARX, 1993, p. 171. Livro 2, v. 3), respondem por outra parcela do valor da mercadoria, realizado na esfera da circulação.

Isso significa, por outro lado, segundo Marx, que a parte constante do capital composto pelas matérias-primas “[...] reaparece no valor do produto apenas como valor transferido, enquanto a força de trabalho, através do processo de trabalho, acrescenta ao produto um equivalente de seu valor, isto é, reproduz realmente seu valor” (MARX, 1993, p. 171. Livro 2, v. 3) e além disso, se comportando dessa maneira,

A parte do capital produtivo, desembolsada em força de trabalho, passa integralmente, portanto, para o produto (continuamos a abstrair a mais-valia), realiza com ele as duas metamorfoses pertencentes à esfera da circulação e com essa renovação constante, permanece sempre incorporada ao processo de produção. Quaisquer que sejam, do ponto de vista da formação do valor, as diferenças entre força de trabalho e os elementos do capital constante que não constituem capital fixo, tem ela em comum com esses elementos e em oposição ao capital fixo, essa espécie de rotação de seu valor (MARX, 1993, p. 172. Livro 2, v. 3).

Sob esse aspecto, a força de trabalho, reafirma Marx nesse nível de abstração, é o único elemento que não transfere valor apenas.

Conforme vimos anteriormente<sup>19</sup>, o dinheiro que o capitalista paga ao trabalhador para utilizar a sua força de trabalho é na realidade apenas o equivalente, em sua forma geral, dos meios de subsistência necessários ao trabalhador. Nesse sentido, o capital variável consiste materialmente em meios de subsistência. Mas, agora, no estudo da rotação trata-se da forma. O que o capitalista compra não são os meios de subsistência do trabalhador, mas a força de trabalho. O que constitui a parte variável de seu capital não são os meios de subsistência do trabalhador, mas a força de trabalho deste em função. O que o capitalista consome produtivamente é a própria força de trabalho do trabalhador e não os meios de subsistência deste. É o próprio trabalhador que converte em meios de subsistência o dinheiro recebido por sua força de trabalho, a fim de reconvertê-los em força de trabalho e manter-se vivo, do mesmo modo que o capitalista transforma em meios de subsistência para si parte da mais-valia da mercadoria que vende por dinheiro, sem que se diga por isso que o comprador lhe pagou por isso a mercadoria com meios de subsistência (MARX, 1993, p. 172-173. Livro 2, v. 3).

---

<sup>19</sup> Marx referencia o livro primeiro da *Crítica da economia política*.

Essa reflexão reitera o que o próprio Marx já havia dito no capítulo V do livro primeiro, contudo, sob um novo prisma. A análise da magnitude do valor da força de trabalho, considerando o processo de rotação do capital revela - como apontou Marx nessa passagem -, a sua forma. Como forma social e histórica, os meios de subsistência expressam o valor da força de trabalho.

A grande questão que decorre desse processo é a necessidade de renovação contínua do capital circulante, pois, diferentemente do capital fixo, como dito anteriormente, que transfere frações do seu valor total ao produto final, o capital circulante transfere, por uma parte, valor e, por outra, cria valor novo.

Para que o processo de produção seja contínuo, nele se fixam os elementos do capital circulante de maneira tão constante quanto os elementos do capital fixo. Mas, aqueles elementos são continuamente renovados em espécie (os meios de produção por novos exemplares da mesma espécie, a força de trabalho por compras sucessivas), e estes não são substituídos, nem é renovada sua compra enquanto perduram funcionando [...]. Não cessa de haver também força de trabalho no processo de produção, mas apenas em virtude de compras continuamente renovadas e muitas vezes com substituição das pessoas. Entretanto, os mesmos edifícios, as mesmas máquinas, etc. continuam a funcionar durante rotações renovadas do capital circulante nos mesmos processos repetidos de produção (MARX, 1993, p. 176. Livro 2, v. 3).

A força de trabalho será substituída tanto quanto necessário for ao capital. Para atender a demanda de rotação, completando o ciclo e retornando ao início do processo, a expulsão, a expropriação e até a mesmo a manutenção do exército de reserva fazem-se presentes. Aflora dessa análise, a contradição que os capitalistas nunca pretenderam e nunca pretenderão resolver: riqueza e pobreza são unidades do mesmo processo.

Essa contradição possui raízes inclusive na afirmação de Tavares (2009) de que mais-valia parada não gera capital, mas sim, *crise*. A crise, diz Marx, “constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto

de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, nova base material para o próximo ciclo de rotações” (MARX, 1993, p. 194. Livro 2, v. 3).

A rotação do capital foi analisada até o momento abstraindo-se a mais-valia do processo. Isto é, na composição do valor da mercadoria, na segunda fase do ciclo produtivo (M'---D'), foram apenas considerados os valores cristalizados em capital fixo e capital circulante. Considerando, assim, nesse processo a existência da mais-valia e que essa só existe pelo fato de que existe, no processo de trabalho, trabalho não pago, pode-se compreender<sup>20</sup> que na esfera da circulação o capital realiza-se e assim, “em conjunturas favoráveis, a mais-valia capitalizada pode permitir especulações em matérias-primas, operações, em suma, para as quais não bastaria o capital primitivamente adiantado” (MARX, 1993, p. 342. Livro 2, v. 3). Sendo que

Ao lado da acumulação real ou transformação da mais-valia em capital produtivo (e ao lado da correspondente reprodução em escala ampliada) ocorre portanto acumulação de dinheiro, amontoamento de parte da mais-valia como capital-dinheiro latente que só mais tarde, depois de atingir certo montante, deverá funcionar como capital ativo complementar.

Assim se comportam as coisas do ponto de vista do capitalista isolado. Mas, o desenvolvimento da produção capitalista traz consigo o sistema de crédito. O capital-dinheiro que o capitalista ainda não pode aplicar no próprio negócio, aplicam-no outros que por isso lhe pagam juros (MARX, 1993, p. 342. Livro 2, v. 3).

Isso significa, a partir do que vem sendo considerado neste item, que a voraz necessidade do capital em reproduzir-se admite a criação de novas formas de circulação do capital-dinheiro, não sendo necessário respeitar os limites do tempo de rotação do capital. O sistema de crédito explica, em algum aspecto, como na reprodução ampliada, o ciclo do capital deve ser ininterrupto.

A partir desses elementos (esfera da produção e circulação da mercadoria), é possível interagir com a história do capital, isto é, com o processo histórico do homem convivendo em sociedade, de modo que as crises cíclicas são na verdade,

---

<sup>20</sup> Considerando os limites dessa Dissertação, não adentrou-se nos meandros do raciocínio de Marx nesse livro.

formas estruturais de reinvenção do capital. Contudo, não agem acima, mas subordinada à luta de classes.

### 1.3 *Fim da sociedade do trabalho ou acirramento de formas sutis de exploração a partir da década de 1970?*

O valor<sup>21</sup> da força de trabalho possui historicidade e depende ainda da correlação de forças entre as classes. Como primeiro ponto para esta reflexão, considera-se que o sistema capitalista, no desenvolvimento das forças produtivas, reproduz também a *questão social*<sup>22</sup> e na atualidade há certa fragilidade na organização dos trabalhadores, embora se observem memoráveis reivindicações, protestos e greves pelo mundo. Tal fragilidade é fruto das estratégias do capital para continuar acumulando.

Em várias passagens do livro “*O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*”, Antunes (2005) situa, inclusive com uma postura otimista, os vários e atuais momentos de resistência da classe trabalhadora frente aos avanços do capital, citando especialmente, os episódios de Seattle, a greve dos trabalhadores da General Motors em 1998, as manifestações na Argentina em 2001, por exemplo. No entendimento do Antunes (2005),

As recentes ações de resistência dos trabalhadores sinalizam, para formas contemporâneas de confrontação assumidas entre capital social total e totalidade do trabalho. Essas recentes greves e explosões sociais presenciadas pelos países do Norte e do Sul constituem-se como importantes exemplos das novas formas de confrontação social contra o capital e da vigência da centralidade do trabalho. São ações que articulam luta social e luta ecológica [...].

---

<sup>21</sup> Valor enquanto essência, propriedade intrínseca a essa “mercadoria especial”. Nesse sentido, varia de acordo com o tempo histórico e desenvolvimento das forças produtivas e a correlação de forças. Sua manifestação é o valor na sua dimensão aparental: leia-se preço da força de trabalho, ou o salário propriamente dito.

<sup>22</sup> Vista a partir da categoria da historicidade, a questão social “[...] é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classes” (IAMAMOTO, 2001, p. 10, grifos da autora).

São ações que articulam luta de classes com luta de gênero, ação social com luta étnica (ANTUNES, 2005, p. 37).

Na mesma perspectiva, podem-se citar ainda as manifestações mais recentes dos trabalhadores e estudantes frente ao aumento do desemprego nos últimos anos (desde 2007), face à forte crise econômica de alguns países da zona do euro como a Itália, Espanha e Grécia. Além dessas, podem ser citadas as greves dos trabalhadores de diversas categorias profissionais no Brasil: a recente greve dos professores das Universidades Federais que durou cerca de 100 dias (período de maio a setembro de 2012); greves dos policiais federais, dos bancários, e outras de menor repercussão.

Vale ressaltar que Antunes problematizou, sobretudo, que há, ao mesmo tempo, o capital implantando suas reformas econômicas, políticas e ideológicas e, o trabalho resistindo, numa correlação de forças que torna ainda mais viva e presente a luta de classes, marcando no século XXI “o caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho” (ANTUNES, 2005). Por outro lado, reconhece também - na quinta tese sobre o presente (e o futuro) do trabalho<sup>23</sup> -, a fragilidade da classe trabalhadora frente aos avanços do capital, pois,

Como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são também cada vez mais mundializados, transnacionalizados e internacionalizados. Se a mundialização do capital e de sua cadeia produtiva é fato evidente, o mesmo não ocorre com o mundo do trabalho, que ainda se mantém predominantemente nacional, o que é um limite enorme para a ação dos trabalhadores (ANTUNES, 2005, p. 61).

Embora os movimentos e as lutas sociais atuais citadas acima tenham suas particularidades face ao contexto societário vigente de grande fluxo do capital fictício, disputa do fundo público, mundialização da economia e acirramento das

---

<sup>23</sup> Antunes (2005, p. 59) constrói tais teses para contra-argumentar os posicionamentos e propostas teóricas a respeito das “significativas mutações que ocorreram no mundo da produção e do trabalho nas últimas décadas do século XX”, cuja tônica está no chamado “fim da centralidade do trabalho” que tem se tornado um dos fundamentos do paradigma pós-moderno.

relações entre países do centro e países periféricos, as reflexões desenvolvidas por Antunes (2005) se mostram muito atuais e ajudam a problematizar também este momento atual. De grande capacidade de síntese do movimento histórico, Antunes revela a dificuldade de organização ou “mundialização” das lutas da classe trabalhadora, quando o capital já extrapolou a barreira nacional há tempos.

Disso, portanto, decorrem limites e desafios para a unificação das lutas sociais. Já é bastante difícil unificar as agendas das categorias profissionais internamente, isto é nas dimensões regionais e mesmo nacional, e é ainda mais, porém não impossível, colocar em prática a célebre frase de fechamento do Manifesto do Partido Comunista: “Trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos!”.

Somada a esse contexto está a dinâmica das crises do capital que, de um modo ou de outro, contribuiu para alterar a própria estrutura e dinâmica da acumulação capitalista da riqueza. Como vem sendo adotada desde o início neste estudo, a crise da década de 1970 forçou o capital<sup>24</sup> a remodelar e adotar novos mecanismos no processo produtivo. Produziu uma massa de trabalhadores polivalentes, sendo criados, enquanto uma tendência, postos de trabalho autônomos, no espaço doméstico (profissionais que trabalham em sua própria casa com o auxílio da internet e um celular da empresa, por exemplo), com horários flexíveis que se configuram, em grande medida, num retrocesso nas garantias e condições dignas para se trabalhar, pois do ponto de vista da totalidade, o trabalho, nessas circunstâncias, acaba por invadir todas as dimensões da vida do sujeito<sup>25</sup>.

A dimensão do mundo do trabalho e a dimensão do lar, local privilegiado da reprodução da força de trabalho, portanto, passam a se confundir. Essas e outras características fundamentam a chamada reestruturação produtiva do capital. Como dito inicialmente, como alternativa para a retomada das taxas de lucro, quando o

---

<sup>24</sup> Apoiado sob uma base ideológica liberal ou neoliberal de que se fala na atualidade, e ainda tendo o Estado como um suporte político e econômico importante.

<sup>25</sup> Ver: CBN. **TST reconhece direito de trabalhador de receber horas extras se ficar à disposição de empresa por celular**. 20 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2012/08/20/TST-RECONHECE-DIREITO-DE-TRABALHADOR-DE-RECEBER-HORAS-EXTRAS-SE-FICAR-A-DISPOSICAO-DE-E.htm>>. Acesso em: 26 de setembro de 2012.

modelo fordista-taylorista já não atendia mais as necessidades de acumulação do capital.

O modelo fordista, basicamente, esteve pautado naquilo que se chamou de padrão rígido de produção e também no estudo minucioso dos movimentos dos operários em seu processo de trabalho, produzindo, assim, um novo processo de trabalho regulado pelo cronômetro (Antunes). Dentro do que ficou conhecido como 30 anos Gloriosos, o fordismo, juntamente com o estado de bem estar, tiveram seu auge<sup>26</sup>. Entretanto, a partir da década de 1970, a chamada acumulação flexível – toyotismo - introduziu como novo paradigma a flexibilização do trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo (HARVEY, 2007).

A classe trabalhadora, embora promovendo lutas sociais expressivas, tem sofrido, por outro lado, sucessivas derrotas na arena de disputa política e social, principalmente a partir da década de 1970 com a crise do *welfare state*<sup>27</sup> e a consolidação do neoliberalismo nos países centrais. Na mesma tendência, sofrem com esse processo os países periféricos, porém, com o agravante de que estão subordinados aos ditames da economia mundial, via organismos multilaterais – FMI e Banco Mundial, sem sequer terem chegado a vivenciar o Estado de bem-estar. Pode-se questionar, inclusive, dada a conjuntura atual, se este quadro teria se alterado, com a explosão da crise em 2008 e seus desdobramentos. Hoje são países europeus que vêm sofrendo os ditames da economia mundial? Conforme Behring<sup>28</sup>, os países centrais começam a experimentar o “medo” que os países periféricos sempre conheceram e estão cotidianamente enfrentando. A autora se refere à conjuntura de refluxo dos empregos no mercado de trabalho, arrocho das

---

<sup>26</sup> Vale refrisar que não existe uma divisão estanque entre esses modelos de produção. Mesmo no século XXI, o fordismo tem seu espaço, embora reduzido.

<sup>27</sup> Esse tema possui uma vasta produção, dentre as correntes da social-democracia, como: MISHRA, Ramesh. **O Estado-Providencia na sociedade capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995. Para o debate com o propósito da crítica fundamentado em categorias teóricas marxistas, *confronte*: BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008. E, DANANI, Claudia. El espacio publico em su labirinto: las políticas sociales del universalismo. In: GLUZ, Nora; ARZATE SALGADO, Jorge (compiladores) **Particularismo y universalismo en las políticas sociales**: el caso de la educación. Buenos Aires: UNGS – Universidade Autónoma del Estado de México, 2010.

<sup>28</sup> Conferência proferida na Mesa Redonda 3: “Transformações do Estado e os rebatimentos no Serviço Social”. 1º Encontro Internacional e 8º Encontro Nacional de Política Social. UFES. Vitória, 10 a 13 de julho de 2013.

políticas sociais, dentre outros limites e desafios que a atual crise (estrutural) do capital vem impondo, inclusive aos países centrais.

Para Antunes,

A nova fase do capital, sob a era da “empresa enxuta”, da empresa toyotista, portanto, transfere o *savoir-faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente de sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais fortemente intensamente a subjetividade do trabalho (ANTUNES, 2005, p. 36).

Portanto,

[...] em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. O que remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender sua forma de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo, e não à sua negação (ANTUNES, 2005, p. 37).

Nesse sentido, como lembra Padilha (2000, p. 27), “[...] parece difícil pensar nas transformações tecnológicas e organizacionais sem pensar o problema da transformação do próprio trabalho como centro em torno do qual giram a economia e a sociedade”. Nessa perspectiva, aqueles que acreditam no fim da sociedade do trabalho, saibam que “[...] se equivocam por acreditarem na emancipação humana através das novas tecnologias e do fim do trabalho sem se darem conta que o que impede essa emancipação é o fato de serem frutos do capitalismo. Não se trata, portanto, de administrá-lo melhor” (PADILHA, 2000. p. 44).

A autora procurou dissertar criticamente sobre o debate da sociedade do “tempo livre” que alguns autores<sup>29</sup> como Gorz, Aznar e, até mesmo Friedmann, evocam. Nessa perspectiva, também identifica que há por parte desses autores uma proposta de sociedade fundamentada na emancipação do trabalhador sem que se mudem os valores consolidados na sociedade capitalista, permanecendo a lógica do consumo e a “ditadura do trabalho abstrato” de que fala Teixeira (2008). Nesse sentido vale a pena citar um trecho em que Padilha menciona Lukács e o toma como um aporte crítico para contra argumentar as teses de Gorz primordialmente.

Lukács compreende que, com o avanço da tecnologia, a mais-valia absoluta perde lugar para a mais-valia relativa. A consequência disso, então, é que a luta dos trabalhadores deveria se transformar em luta por tempo livre *verdadeiramente* livre, não mais manipulado. Nesse sentido, os trabalhadores não perderiam sua força contra a exploração capitalista (PADILHA, 2000, p. 76).

Isso quer dizer, sobretudo, que nas bases da sociabilidade em que estão fincadas as estruturas dessa sociedade, o trabalhador continuará a vender sua força de trabalho e mesmo que o capitalista lhe pague o valor real, como analisa Marx supondo “[...] que todos os preços de mercado correspondam aos valores; inclusive os salários [...], mesmo que os salários paguem inteiramente o valor da força de trabalho e, portanto, a reprodução adequada dos trabalhadores, ainda assim existe [ou existirá] exploração” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 141).

Embora não tenha discorrido explicitamente em seus argumentos, é também pela dimensão do trabalho concreto e do trabalho abstrato que a reflexão de Padilha (2000) ganha sentido. Debater a partir desse referencial ilumina a compreensão da dinâmica dessa sociedade. O “duplo caráter” da categoria trabalho permite entender a velada exploração da força de trabalho, visto que no trabalho concreto, isto é, trabalho necessário, imprescindível e, sobretudo, insuprimível, o ser humano se realiza e se torna “*ser social*”, cuja visão emancipadora passa pela produção de valores de uso e o sujeito se reconhece naquilo que produziu. Além disso, não há dispêndio de força de trabalho além daquela necessária à produção de tais valores.

---

<sup>29</sup> Trata-se de uma lista imensa pesquisada pela autora.

Resumindo, sob dois aspectos trata-se de: 1) *sobrevivência* da espécie e, 2) *reinvenção* do homem em sociedade, ou seja, a dimensão da *práxis*<sup>30</sup>.

Por essa reflexão, percebe-se que alguns dos intelectuais que discutem sobre o fim da centralidade do trabalho, pautando-se principalmente nas “transformações tecnológicas e organizacionais” em curso na sociedade, quais sejam: as novas tecnologias da informação e o chamado “trabalho imaterial”<sup>31</sup>, desconsideram essa premissa do trabalho concreto.

É preciso deixar bastante claro, contudo, que não se trata de negar tais transformações, principalmente - para usar uma linguagem propriamente marxista – no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas; ao aumento da composição orgânica do capital e aos novos modelos organizadores do processo produtivo<sup>32</sup> - em que pesa o poder da chamada automação, polivalência, e terceirização, etc. Ao contrário, os intelectuais mais fiéis à teoria marxista aprofundaram esse debate, fundamentados no núcleo central da teoria, qual seja: a categoria trabalho e a teoria do valor.

Nas palavras de Antunes,

Não se trata, portanto, de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que esta se encontra tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações sociais do capital, a qual não pode superar. E é por essa restrição estrutural que a ciência não pode se converter na principal força produtiva dotada de autonomia. Prisioneira dessa base material, menos do que uma cientificização da tecnologia de que fala Habermas, há, conforme sugere Mézaros, um processo de tecnologia da ciência (ANTUNES, 2005, p. 35).

<sup>30</sup> Referência importante desse assunto é Lukács. Ver: LUKACS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. -. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

<sup>31</sup> A esse respeito consultar: GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume. 2003; GORZ, André. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005; NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

<sup>32</sup> Para não fugir ao escopo desse capítulo, não será possível adentrar nesse debate. Fica a indicação de referência importante sobre o assunto. Ver: HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 16ª ed. 2007.

E é desse modo, sob a voraz necessidade de *substantivação*<sup>33</sup> do valor, pela realização da mais-valia na circulação das mercadorias, com a finalidade de acumulação e concentração de riquezas, que o capital provoca uma catastrófica expulsão da força de trabalho, engrossando a fila da assim chamada por Marx “superpopulação relativa”<sup>34</sup>, um componente importante para compreender a “Lei geral da acumulação capitalista”. O desenvolvimento das forças produtivas produz, assim, contraditoriamente, “[...] extraordinário desemprego nos dias atuais, [...] [e] está diretamente ligado aos limites da sociedade burguesa, no interior da qual não há soluções que permitam inscrever todos os homens e mulheres aptos nos circuitos do trabalho” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 50).

Os trabalhadores que se encontram sob o jugo do mercado, com seus currículos cadastrados nas agências de emprego, ou que ainda não alcançaram a tão sonhada oportunidade no mercado formal, certamente ocuparão as franjas do mercado exercendo atividades marginais, porém perfeitamente funcionais ao capital.

Funcional em pelo menos dois aspectos: 1) a formação do “exército de reserva” de trabalhadores – o termo advindo do próprio Marx seria “exército industrial de reserva”, mas como a força de trabalho está sendo expulsa não só da indústria, a primeira expressão atende melhor à ideia em curso – contribuindo para o rebaixamento do salário ou remuneração da força de trabalho; 2) auxiliando na manutenção da reprodução da força de trabalho, sendo que esse “exército” está ativo e pronto para voltar ao mercado propriamente dito, quando solicitado. A isso foi dado por Marx (1980, p. 743. Livro 1, v. II) o nome de *superpopulação relativa* na forma “*flutuante*”.

É por toda essa dinâmica de mudanças no mundo do trabalho, que Antunes (2005) sinaliza para (novas) formas de “compreender a classe trabalhadora hoje”:

---

<sup>33</sup> “[...] ocorre justamente quando o valor se transforma em valor-capital. Ele deixa de ser característica, adjetivo e se substantiva. Passou a constituir-se em um ser com vida própria, com existência própria. Na verdade, este é um momento no longo desenvolvimento do processo histórico de desenvolvimento dialético do valor” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 129).

<sup>34</sup> Uma abordagem detalhada sobre o tema será encontrada no item 3.1 desse estudo.

[...] de modo ampliado, implica entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção. Nessa (nova) morfologia da classe trabalhadora, sua confrontação é ainda mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada do que aquela que predominou no apogeu do taylorismo e do fordismo (ANTUNES, 2005, p. 52).

A classe trabalhadora, pelo menos boa parte dela, se vê imersa em grandes dificuldades de reproduzir sua força de trabalho. Para Teixeira,

[...] a pobreza do trabalhador, como condição de vida e de trabalho, aumenta na mesma proporção em que se produz riqueza material dissociada de suas necessidades [...], o domínio totalitário do trabalho abstrato implica falta de sentido à vida quando o trabalhador é retirado do trabalho pela idade (2008, p. 62).

É por esse e outros motivos, que a defesa de Antunes sobre a centralidade do trabalho, no sentido de que, “se a classe trabalhadora não é idêntica àquela existente em meados do século passado, ela também não está em vias de desaparecimento e nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante” (ANTUNES, 2005, p. 76).

A “*classe-que-vive-do-trabalho*” é heterogênea e passa por diversas dificuldades em seu cotidiano, e, ainda, quando Teixeira (2008) fala da “falta de sentido à vida” no momento em que o trabalhador deixa de trabalhar é porque, na melhor das hipóteses, teve de se aposentar e o mercado de trabalho não o preparou para esse momento; ou então, trata-se de um perverso processo de ‘exclusão’ que “paralelamente à exclusão dos jovens, vem ocorrendo a exclusão dos trabalhadores considerados ‘idosos’ pelo capital, com idade próxima dos 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reintegrar-se no mercado” (ANTUNES, 2005, p. 78).

Portanto, outro elemento e subsídio importante para as análises dessa referida relação é o papel do Estado frente à organização da sociedade. O capítulo seguinte se ocupará dessa abordagem, considerando fundamentalmente a natureza de

classe do Estado, do ponto de vista de uma discussão materialista e dialética, posto que a crítica aos aspectos econômicos, políticos e sociais dessa sociedade, principalmente a ocidental, está lançada. E está lançada desde o século XIX com Marx e a teoria do valor-trabalho.

## 2. O ESTADO CONTEMPORÂNEO

O Estado está imbricado com todo esse movimento da essência da exploração do trabalhador, revelada pela teoria do valor-trabalho. Na medida em que o Estado cumpre um papel importante na “rotação do capital” e do “ciclo global”<sup>35</sup> (BEHRING, 2010), se torna um espaço, por excelência, da luta de classes. Portanto, o que se pretende aqui é radicalizar a concepção marxista de Estado (capitalista), pautado na luta de classes, na dinâmica da organização política e ideológica e demonstrar seu papel na dinâmica da reprodução das relações sociais.

O aspecto fundamental da concepção, em Marx e Engels, do Estado, se situa no entendimento dos autores de que a existência do Estado moderno depende da existência desse modo de produção e que numa sociedade sem classes, este Estado não seria necessário.

Mandel (1977) inicia seu livro *Teoria Marxista do Estado*, dizendo que “o Estado nem sempre existiu”. A necessidade de uma instituição com poderes de organização política, ideológica e coerção nasce, segundo o autor, pela divisão social do trabalho. Nos termos do autor,

[...] logo que a divisão social do trabalho se desenvolve e a sociedade se divide em classes, aparece o Estado e é definida a sua natureza: aos membros da sociedade como um todo, é negado o exercício de um certo número de funções; só uma pequena minoria toma o exercício dessas funções (MANDEL, 1977, p. 10).

Entretanto a divisão das classes não ocorre de forma pacífica e natural. Mandel cita exemplos de civilizações primitivas baseadas nos princípios de solidariedade e cooperação que não estocavam o excedente da caça, pesca e extrativismo e que não praticavam jogos com a finalidade de mostrar força de um grupo sobre o outro. E segundo o autor, “é apenas quando todas essas instituições são destruídas que a

---

<sup>35</sup> A abordagem sobre a rotação do capital compõe o segundo capítulo dessa primeira parte da Dissertação.

sociedade [passa a se] dividir em classes” (MANDEL, 1977, p. 54). Isto é, substituindo-se os princípios de solidariedade e cooperação pela competição e egoísmo que nascem os ricos e pobres, os fortes e os fracos, os opressores e oprimidos. E para os marxistas, afirma o mesmo autor, o Estado passa a significar “[...] uma instituição social particular na qual uma série de funções, que antes eram exercidas pelo conjunto da sociedade, se tornam um privilégio exclusivo de instituições particulares” (MANDEL, 1977, p. 54).

Para Marx e Engels, enquanto lócus do poder político e ideológico, “o [...] Estado moderno nada mais é um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, 2004, p. 47). O Estado possui, portanto, finalidade clara frente a sociedade capitalista e, na medida em que se desenvolvem e se complexificam as relações sociais, as atribuições Estado também se tornam particulares. Não é possível conceber o Estado descolado do processo histórico, pois a “história de todas as sociedades [...] é a história da luta de classes” (MARX e ENGELS, 2004, p. 45).

### *2.1 Algumas interpretações clássicas sobre o Estado a partir da concepção marxista*

*“limitar o marxismo a luta de classes é truncá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado” (LENIN, 2010, p. 54).*

Para Lênin, Marx e Engels preocuparam-se em desvelar a natureza de classe do Estado quando afirmaram que “o Estado é o comitê executivo da burguesia”. Reproduzir essa expressão pode em muitos momentos, parecer vazia de sentido, entretanto, Lênin, no “Estado e a Revolução”, radicaliza essa expressão e introduz a concepção marxista de Estado no século XX.

Reafirma, em suma, a concepção de que o Estado deverá desaparecer<sup>36</sup>. Deverá, como o primeiro estágio, ser ocupado pela classe proletária, rumo à instituição de uma nova ordem societária, isto é, o comunismo. A principal questão a esse respeito refere-se à ocupação do aparelho de Estado pela *revolução violenta*, na qual o proletariado deverá ocupá-lo com o compromisso de substituir sua organização pela “*ditadura do proletariado*”. Essa nova organização constituir-se-á também de um estágio de “definhamento”<sup>37</sup>. Deverá se estabelecer após toda essa transição, uma sociedade sem classes e sem Estado, nem burguês, nem proletário.

Lênin, sempre a partir de Marx e Engels<sup>38</sup>, apreende o Estado, portanto, como

[...] o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos das classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, prova que as contradições de classes são inconciliáveis (LÊNIN, 2010, p. 27).

É por essa noção também que o autor reforça a ideia de Engels sobre o Estado enquanto uma “força”, isto é, o Estado que é “proveniente da sociedade, mas superior a ela e que dela se afasta cada vez mais” (LÊNIN, 2010, p. 29).

Ainda, “[...] o derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em classe dominante, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar todas as massas trabalhadoras para novo regime econômico” (LÊNIN, 2010, p. 46). Portanto, Lênin, estudioso da revolução proletária de seu tempo, se cerca de elementos que reafirmam a natureza de classe do Estado e, ao mesmo tempo, avança com o objetivo de demonstrar que é possível uma sociedade sem exploração, na qual não seria necessário o próprio Estado como ente regulador das relações sociais.

<sup>36</sup> Lênin se refere à ‘morte’ do Estado como um todo

<sup>37</sup> “O Estado dessa época deve ser, pois, um Estado democrático (para os proletários e os não-possuidores em geral) inovador e um Estado ditatorial (contra a burguesia) igualmente inovador” (LENIN, 2010, p. 55).

<sup>38</sup> O autor faz uma releitura do Estado em Marx e Engels também como forma de restabelecer a concepção desses autores, amplamente deturpada por seus predecessores. O principal deles, na sua avaliação, é Kautsky. Sobre esse tema, é preciso fazer uma leitura de o Estado e a Revolução, voltando-se para esse aspecto da abordagem, que nesse espaço não será possível realizar.

Como outra interpretação, Poulantzas compreende por meio da luta de classes, o Estado ainda como um espaço ou uma arena de disputas. Nesse sentido, para o autor, adentrar na relação do Estado e a luta de classes, envolve compreender as relações entre o campo do econômico, do político, do jurídico e do ideológico, numa dinâmica que confere ao Estado uma *autonomia relativa* frente à classe burguesa. Isso se deve, basicamente, à contradição interna dessa classe, que embora possua o chamado “interesse geral”, esse acaba por conflitar com seus “interesses privados” (POULANTZAS, 1977).

Poulantzas desmembra a luta de classes em luta econômica e luta política e também as relações sociais que aí decorrem. “A relação entre estruturas políticas e as relações sociais de produção, com efeito, abre o acesso ao problema da relação entre o *Estado e o campo da luta de classes*” (POULANTZAS, 1977, p. 126. Grifos do autor), de modo a perpassar a autonomia relativa do Estado, as classes dominadas também possuem garantias de atendimento aos seus interesses econômicos. E o Estado capitalista, nessa perspectiva, “com direção hegemônica de classe, representa, não *diretamente*, os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus *interesses políticos*: ele é o centro de poder político das classes dominantes na medida em que é o fator da organização da sua luta política” (POULANTZAS, 1977, p. 185. Grifos do autor).

Entretanto, essa garantia de atendimento aos interesses econômicos da classe dominada, “não pode”, para Poulantzas,

[...] ser concebida apressadamente, como limitação do *poder político* das classes dominantes. É certo que ela é imposta ao Estado pela *luta política e econômica das classes dominadas*: isso apenas significa, contudo, que o Estado não é um utensílio de classe, que ele é o Estado de uma sociedade dividida em classes. A luta de classes nas formações capitalistas implica em que essa garantia, por parte do Estado, de interesses econômicos das classes dominadas está inscrita, *como possibilidades*, nos próprios limites que ele impõe à luta com direção hegemônica de classe. Essa garantia visa precisamente a desorganização política das classes dominadas, e é o meio por vezes indispensável para a hegemonia das classes dominantes (POULANTZAS, 1977, p. 186. Grifos do autor).

Presentes nessa concepção, como categorias teóricas, estão a ideologia, a hegemonia e a força. Poulantzas retoma o conceito de hegemonia em Gramsci, que

[...] tem como campo a luta política de classes em uma formação capitalista, recobrando particularmente as práticas políticas das classes dominantes nessas formações. *Poder-se-á assim dizer, localizando a relação entre o Estado capitalista e as classes politicamente dominantes, que esse Estado é um Estado com direção hegemônica de classe* (POULANTZAS, 1977, p. 133. Grifos do autor).

A questão da ideologia para Poulantzas, no que se refere ao tema da legitimação do Estado capitalista, possui importância, primordialmente, no campo das relações políticas.

*Poderíamos dizer que de certo modo o papel da ideologia consiste aqui, não simplesmente em ocultar o nível econômico sempre determinante, mas ocultar o nível que assume o papel dominante, e sobretudo o fato de sua dominância. A região dominante da ideologia é aquela que precisamente melhor preenche, por inúmeras razões, essa função particular de máscara* (POULANTZAS, 1977, p. 205. Grifos do autor).

O Estado capitalista apresenta-se como o agente que promove o bem comum entre as classes. Pela falsa característica de neutralidade, o Estado capitalista mascara as contradições entre as classes fundamentais, contribuindo com a legitimação da ordem e vigência do bloco no poder. É nesse âmbito que a dimensão da ideologia política se faz presente.

Pela dimensão da força, o Estado capitalista é quem possui o seu monopólio legítimo. Essa ideia contribui para escamotear a violência no interior das relações sociais de produção. Poulantzas sintetiza essa característica ou função do Estado se respaldando nas análises de Marx:

Desse modo, esta detenção pelo Estado capitalista do monopólio legítimo da repressão física organizada aparece ligada à autonomia específica das instâncias características de uma formação dominada pelo M.P.C. [modo de produção capitalista], que atribui ao Estado o seu lugar. Ainda mais: essa característica do Estado capitalista *está implícita no próprio funcionamento do modo de produção tal como Marx o descreve em O capital*. Digo implícita, visto que esta característica do Estado encontra-se igualmente delineada de forma indireta (POULANTZAS, 1977, p. 222. Grifos do autor).

Assim, as reflexões de Poulantzas trazem como contribuições, no que se refere ao Estado e ao modo de produção vigente, o entendimento de que o Estado capitalista assume certa autonomia frente aos interesses da classe dominante, pois pela via da luta econômica e política de classes, a classe dominada tem atendidas, em parte, suas demandas econômicas. Entretanto, marca, na reflexão do autor, a esse respeito, baseado nos conceitos de hegemonia e ideologia, conforme descrito brevemente nesse texto, que o Estado mascara os interesses políticos da classe dominante fazendo-os parecer interesse popular, interesse de todos e pelo exercício da força, garante a perenidade do bloco no poder, isto é, frações da classe dominante, minimizando a contradição interna dessa classe.

Lojkine (1981), por seu turno, desenvolve uma crítica à teoria de Estado de alguns autores marxistas, inclusive do próprio Poulantzas<sup>39</sup>. A proposta de Lojkine é uma análise “de dentro” do processo de extração da mais-valia, isto é, uma análise materialista e dialética do Estado. Nas palavras do autor, trata-se de

[...] uma abordagem de certa forma ‘de dentro’, onde o *Estado aparece não mais como um organismo exterior às relações de produção, mas, bem ao contrário, como um dos elementos, uma das manifestações da contradição fundamental entre a socialização do processo de trabalho e a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho* (LOJKINE, 1981, p. 85, grifos nossos).

---

<sup>39</sup> A obra de referência desse autor utilizada nesse estudo é posterior às críticas de Lojkine.

Um aspecto relevante dessa abordagem é o entendimento de que o Estado, afirma o autor, “é o *desenvolvimento último da contradição*” das relações sociais impostas pelo modo produção vigente. É

[...] a gênese dialética [...] da forma valor que nos explica a gênese da norma política ou da forma Estado. O motivo que faz do Estado da classe dominante o suporte mítico do ‘interesse geral’<sup>40</sup> de toda a sociedade é o mesmo que transforma uma mercadoria particular, o dinheiro, em equivalente geral (LOJKINE, 1981, p. 85-86, grifos do autor).

Em outra passagem, o autor, considerando a análise que Marx faz do capital portador de juros, afirma que

[...] o Estado capitalista aparece como expressão acabada e condensada da principal contradição que caracteriza o modo de produção capitalista, a saber, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas – sua socialização – e a natureza mesma das relações de produção – separação entre produtores e seus meios de produção, a exploração do trabalho assalariado pela classe dos proprietários do capital (LOJKINE, 1981, p. 92-93).

A principal referência de Lojkine para promover tal análise do Estado “de dentro” da acumulação capitalista anunciada no início dessa explanação, foi Paul Boccara: integrante do partido comunista francês, procurou analisar o Estado e seu papel frente à ordem capitalista.

De acordo com Behring (2002), Boccara e seus seguidores compreendem o capitalismo monopolista de Estado como a intensificação dos estágios anteriores do desenvolvimento capitalista. O imperialismo analisado por Lênin é resgatado e, para a autora, Boccara e seus seguidores,

---

<sup>40</sup> Concorda com Poulantzas.

[...] caracterizam o CME [capital monopolista de Estado] como um momento de intensificação brutal desses elementos. Portanto, abre-se uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, impulsionada pela lei geral da acumulação do capital, com o desenvolvimento das forças produtivas, somadas a elementos políticos e militares: Primeira e Segunda Guerras Mundiais; o desafio lançado pelo sistema socialista; a derrocada do sistema colonial; e a pressão do movimento democrático de massas (BEHRING, 2002, p. 33).

Lojkine (1981) considerando, ainda a partir de Boccara, a questão da crise do CME, afirmou que

[...] a estrutura do Estado capitalista não pode deixar de refletir, em última instância, a evolução fundamental das estruturas de classes, e principalmente a modificação da relação de forças entre frações do capital, como o capital dominante e a classe operária [...]. É o que, para nós, fundamenta o conceito de capitalismo monopolista de Estado como *“mecanismo” único de exploração capitalista ligando monopólios e aparelho de Estado, sem com isso ‘fundi-los’ [...] “originário” da estrutura sócio econômica, apesar de ser fundamentalmente distinto dela* (LOJKINE, 1981, p. 113, grifos nossos).

Por essa passagem, o autor reforça, embora não tenha mencionado, a análise de Engels a respeito de o Estado ser “produto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento”, que no decorrer de circunstâncias históricas e estruturais

[...] sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da ‘ordem’. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e se afastando cada vez mais, é o Estado (ENGELS apud LÊNIN, 2010, p. 27).

Essa mesma expressão, endossa a perspectiva leninista, da qual se iniciou essa seção.

O Estado contemporâneo, portanto, abarca essas características políticas, ideológicas, e, principalmente está repleto de determinações históricas, fundado nas

contradições internas do capital e principalmente pela luta de classes. Não se trata de unir todas essas abordagens e colocá-las enquanto consenso, mas mostrar de diferentes formas que tal como Marx e Engels apontavam, o Estado possui uma natureza de classe.

### *2.2 A concepção gramsciana*

Embora dotada de particularidades que, sem dúvida, escapam ao que se desenhou nessa revisão, as formulações de Gramsci, do ponto de vista teórico-político, apresentam uma ampliação dialética do conceito marxista de Estado. Insere, na teoria social crítica, um debate que trouxe movimento à relação estrutura e superestrutura, demonstrando a organicidade de tais elementos.

Nesse sentido, a concepção de Estado em Gramsci não poderia ser excluída desse debate, pautando-se como mais uma abordagem que reforça uma interpretação de Estado atravessada pela luta de classes.

Portelli (1987), por exemplo, buscou compreender em Gramsci o Estado na sua relação com o bloco histórico, dando centralidade a esta categoria, e também destinou esforços na discussão das estratégias para a formação de um novo bloco histórico. A abordagem desse tema ajuda a compreender a conjuntura das crises do sistema capitalista, principalmente no contexto das revoluções da Europa nas primeiras décadas do século XX.

O “conceito chave” de bloco histórico deve ser considerado, segundo o mesmo autor, sob um triplo aspecto: 1) está ligado aos conceitos de sociedade civil e sociedade política, que por sua vez mantêm uma relação permanente e são elementos da superestrutura; 2) relaciona-se ao conceito de ideologia que traduz no seio da sociedade capitalista o pensamento da classe dominante/dirigente tendo a filosofia como sua expressão cultural e o senso comum como as concepções de mundo das classes subalternas; e, 3) realiza-se pela hegemonia, cujo sistema é

edificado e dirigido “por uma classe fundamental que confia a gestão aos intelectuais” (PORTELLI, 1987, p. 16).

Já Coutinho (1994) se preocupou em debater principalmente o conceito de sociedade civil, procurando demonstrar sua complexidade que vai além das suas instituições, muitas vezes chamadas de “privadas”. A sociedade civil é um espaço contraditório, precisa ser entendida partir do movimento orgânico entre estrutura e superestrutura.

Também para o autor, a concepção gramsciana foi a formulação mais sistemática dos teóricos marxistas do Estado e se apresentou como o “ponto de inflexão” da teoria, ou seja, Gramsci foi quem se ocupou do Estado, seguindo rigorosamente o método marxiano. Trouxe, a partir das características sociais, políticas e econômicas de seu tempo, a compreensão de um Estado contemporâneo, na medida em que o mesmo se insere nas relações sociais capitalistas já bastante desenvolvidas e complexas.

Rego (1991), por seu turno, afirma que Gramsci assim como Marx, compreende o Estado na superestrutura, tendo em vista a divisão de classes da sociedade capitalista, porém ampliando o conceito:

[...] o *Estado é força e consenso*. Ou seja, apesar de estar a serviço de uma classe dominante ele não se mantém apenas pela força e pela coerção legal; *sua dominação é bem mais sutil* e eficaz, [...] um ser que a tudo envolve, o qual é composto pela sociedade política e pela sociedade civil [...] nada fica de fora do Estado. Este “todo”, entretanto, não é homogêneo, é rico em contradições e é mantido por certo “tecido hegemônico” que a cada momento histórico é criado e recriado em um processo constante de renovação dialética (REGO, 1991, p. 01-02-03, grifos nossos).

O autor, nessa passagem, buscou descrever a concepção de “Estado ampliado” em Gramsci. As relações entre Estado e Sociedade (capitalista) como uma relação de dominação acontece de forma velada ou mesmo mascarada. Essa

forma de dominação faz com que o Estado aparente ter um caráter de neutralidade ou de estar acima da luta de classes.

A respeito de o Estado ser, ao mesmo tempo, *força* e *consenso*, Coutinho entende que “essas duas esferas se distinguem, [...] assim que recebam em Gramsci um tratamento relativamente autônomo pela *função* que exercem na organização da vida social e, mais especificamente, na articulação e reprodução das *relações de poder*” (1994, p. 54), mas se autodeterminam quando “em conjunto [...] formam o Estado em sentido amplo, que é definido por Gramsci como ‘sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada pela coerção’”. Desse modo, há concomitantemente uma relação autônoma e uma relação orgânica entre as duas esferas que fazem do Estado essa instituição complexa, fundamentada pelo caráter de classe e manutenção da ordem dominante.

A concepção gramsciana de Estado não é puramente cultural<sup>41</sup> e política, mas é também econômica a fim de entender como se desenvolveram as relações sociais de produção no seu tempo, sem perder de vista as construções de outros formuladores da teoria crítica, como Lênin e o próprio Marx. Trata-se de visualizar o que confere poder, ou nos termos de Gramsci, hegemonia à classe dominante/dirigente e, é uma dialética que pressupõe a relação “*lucro – dominação - consenso*”, ou seja, organização da produção mediada pelo Estado e pela economia mundial<sup>42</sup>, forçando a “harmonia” entre as classes - trabalhadora e capitalista.

Para Acanda (2010),

[...] la sociedad civil se entiende como el conjunto de relaciones, instituciones y prácticas sociales de las cuales se produce y distribuye el conjunto de valores socialmente establecidos. La idea de sociedad civil había sido creada por el liberalismo inglés para designar el campo de interrelaciones que desarrollan la civilidad de las personas. [...] De ahí, los Cuadernos de la cárcel, el concepto de sociedad civil no sea utilizado para designar simplemente relaciones asociativas entre las personas, pues la producción y

<sup>41</sup> Sobre esse tema, insere-se a categoria de intelectual orgânico e de hegemonia que serão abordadas mais adiante.

<sup>42</sup> A discussão aprofundada da perspectiva econômica será abordada tendo como referencial Mathias e Salama (1983) e Gambina (2011).

reproducción de la civilidad se había tornado algo mucho más complicado, sino como el conjunto de todas las relaciones productoras de sentido (ACANDA, 2010, p. 156-157).

Essa referência do autor ao conceito de sociedade civil para o liberalismo inglês - como um espaço associativo entre pessoas, grupos e instituições – indica o caminho da crítica de Gramsci no sentido da ampliação da concepção de sociedade civil, pois o autor insere contexto e sentido às relações sociais de produção. Sociedade civil, nessa perspectiva não é apenas um espaço associativo, que se busca a coesão. É um espaço contraditório em que se entrelaçam os interesses políticos, econômicos e sociais, cuja ideologia exerce um papel fundamental no processo de dominação de uma classe sobre outra.

É a classe capitalista apoiada pelos aparatos jurídicos-políticos do Estado que impõe esse “modo de representar sujetos, procesos y objetos regidos por la lógica del fetichismo” (ACANDA, 2010, p. 157). No âmbito da superestrutura, portanto, o Estado é ao mesmo tempo: *detentor legítimo* dos instrumentos de força (poderio militar, armas, polícia, governo jurídico) e *fonte complexa* de ideologia, fazendo-se presente nas instituições da sociedade civil, “vulgarmente chamadas de privadas” (PORTELLI, 1987).

Para Coutinho (1994) trata-se de uma

[...] unidade na diversidade entre as duas esferas [...] a *supremacia* aparece como momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a *hegemonia* e a *dominação*. As duas funções estatais, de hegemonia ou consenso e de dominação ou coerção, existem em qualquer Estado moderno [...] isso depende, sobretudo do grau de autonomia relativa das esferas [civil e política] bem como da predominância no Estado em questão dos aparelhos pertencentes a uma ou a outra. E essa predominância, por sua vez, depende não apenas do grau de socialização da política alcançado pela sociedade em tela, mas também da correlação de forças entre as classes que disputam a “supremacia” (COUTINHO, 1994, p. 57. Grifos do autor).

Gramsci, nesse sentido, adota uma abordagem que privilegia “a dinâmica da estrutura e não sua ‘fotografia’ estática [...] consegue, assim, deslocar o problema para o plano das relações entre estrutura e superestrutura e do vínculo orgânico que deve uni-las no seio do bloco histórico” (PORTELLI, 1987, p. 47), para que o “movimento superestrutural” possa “evoluir nos limites de desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais” (PORTELLI, 1987, p. 47).

Portelli trouxe a compreensão dessa dinâmica sintetizando que a

[...] articulação do bloco histórico permite, pois, distinguir metodologicamente duas esferas complexas: a estrutura socioeconômica e a superestrutura ideológica e política, cujo vínculo orgânico é assegurado por uma camada social diferenciada, os *intelectuais*. O papel dessa camada aparece na análise dinâmica do bloco histórico, particularmente no exercício da *hegemonia* (PORTELLI, 1987, p. 59, grifos nossos).

### ***O novo bloco histórico***

A formação de um novo *bloco histórico* - a classe trabalhadora como classe dominante/dirigente e no exercício da contra-hegemonia -, deve ser pautada a partir da tomada de consciência de classe, pelos trabalhadores. Não é algo que pode acontecer de forma imediata, mas por um processo que resulta, em parte, da indignação, de situações de exploração, de injustiças sociais e do desejo de mudança.

A crise orgânica é para Gramsci, segundo Portelli (1987), um fator que favorece ou possibilita promover estratégias para a tomada do poder. Vale lembrar também, que “nem toda a crise no seio do bloco histórico é necessariamente orgânica”. Tal crise depende, pois, de duas condições:

- [...] *ruptura dos laços orgânicos entre estrutura e a superestrutura*, quando os intelectuais deixam de representar as classes sociais [...] pode ser suscitada pelas classes subalternas (organizadas ou não) ou pode ser consequência de um fracasso político da classe.
- [...] *criação de um sistema hegemônico, agrupando as classes subalternas*: isto porque, se a crise for “espontânea” e [se] as classes subalternas estiverem desorganizadas, a classe dominante recuperará o controle da situação e a velha sociedade sobreviverá, pelo menos provisoriamente; por outro lado, na ausência de tal organização, a crise orgânica não poderá ser suscitada (PORTELLI, 1987, p. 103. Grifos nossos).

Tais condições são muito difíceis de serem percebidas ou provocadas no cotidiano. Devem ser processo e lutas sociais permanentes, de modo que as classes subalternas não se tornem alienadas e “excluídas [...] como massa de manobra das frações em conflito” (PORTELLI, 1987, p. 104). Por essa via, também Ricardo Antunes<sup>43</sup> reforça que o caminho está na luta social sem perder de vista o ideal de mudança societária. Somente com engajamento político e de forma coletiva será possível promover e fortalecer as conquistas dos trabalhadores.

Há exemplos de resistência. O caso da Venezuela e da Bolívia se mostra promissor<sup>44</sup>. Da forma como estão sendo conduzidos, esses países acendem uma esperança de resistência aos ditames do grande capital e às posturas antidemocráticas dos países que compõe o G20<sup>45</sup>. De acordo com Mendes, “Na América Latina, os governos Chávez<sup>46</sup>, na Venezuela e o governo Evo Morales, na Bolívia, vêm possibilitando que os movimentos sociais desenvolvam formas de luta semelhantes às desenvolvidas pelos *communards*<sup>47</sup>, apesar dos diferentes

<sup>43</sup> Roda de conversa promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo em ocasião da Palestra "A nova morfologia do trabalho: infoproletariado, materialidade, imaterialidade e valor", proferida pelo autor em 02 de junho de 2011, no Auditório Manoel Vereza, Centro de Ciências Econômicas e Jurídica – CCJE/UFES.

<sup>44</sup> São exemplos das atuais estratégias da classe trabalhadora frente à dominação do capital regido pela economia mundial.

<sup>45</sup> As posturas deste bloco econômico podem ser consideradas antidemocráticas na medida em que postulam estratégias para crescimento econômico; saídas para as crises; manutenção da acumulação, sem o entanto, rediscutir e reconsiderar o receituário neoliberal para as políticas sociais. Os países periféricos transferem suas riquezas quando promovem entre si competições para poderem instalar em seus territórios multinacionais e poder, fazer parte, inclusive, desse grupo que tem nas mãos (ou pelo menos nas mãos dos Estados Unidos e União Europeia) o poder para manipular o destino dos países econômica e politicamente vulneráveis.

<sup>46</sup> Vale ressaltar que no ano de 2013, o presidente Chávez faleceu, vítima de um câncer. Sua trajetória de militância política e social deve ser lembrada e fortalecida, pois propôs rupturas, a exemplo também de Cuba, com os ditames do grande capital e no combate ao imperialismo.

<sup>47</sup> O autor se refere à experiência da Comuna de Paris.

contextos históricos de cada um deles” (MENDES, s/d, p. 03. Grifos do autor), entretanto, são muitos os desafios.

O mesmo autor ressalta que

Ao analisar os processos revolucionários da Bolívia e Venezuela, é possível reconhecer, de forma geral, que há avanços com a eleição de Evo Morales à presidência em 2006 e com a continuidade de Chávez no poder na Venezuela. Pode-se argumentar que essas são condições necessárias para dar prosseguimento a esses processos, mas longe de se constituírem condições suficientes para a continuidade do processo socialista. Constatamos que os inimigos a esse processo estão atuantes em ambos os países – nas províncias de Media Luna, no leste da Bolívia e na direita agressiva da Venezuela. Essas forças contra revolucionárias representam o retorno às piores condições socioeconômicas dos anos 1990 – pobreza, repressão e ausência de esperança da classe trabalhadora. Por sua vez, a questão do significado do socialismo, da revolução, permanece como temas centrais. Não se trata de substituir um Estado capitalista por outro, mas em construir um novo tipo de sociedade baseada na democracia participativa, solidariedade e na distribuição igualitária da riqueza e do poder (MENDES, s/d, p. 07).

O exemplo boliviano e venezuelano fortalece a perspectiva gramsciana na medida em que propõe resistência, buscando a construção da contra hegemonia. Chávez, um dos maiores opositores do imperialismo norte-americano, promoveu na Venezuela a proposta de justiça social e equidade.

Chávez personificó una esperanza masiva y le dio primero su nombre y después su forma a esa exigencia popular masiva preexistente de cambio social y de independencia nacional. Los trabajadores venezolanos, el pueblo pobre, los intelectuales antiimperialistas reconocieron a Chávez y lo reforzaron frente a sus compañeros de armas y, cuando un golpe cívicomilitar proimperialista lo encarceló, lo salvaron y rescataron y, con su movilización, inclinaron la balanza política y moral en las fuerzas armadas a favor del comandante, que estaba inerte. Los explotados y oprimidos de Venezuela ungieron a Chávez, lo hicieron su líder, reconociendo en él –y en el odio hacia él de los enemigos de clase– la posibilidad de instaurar una alternativa, de cambiar radicalmente el país (GUILLERMO, 2013, s/p).

### 2.3 Natureza de classe do Estado

A concepção de que o Estado não é neutro, não está acima da luta de classes, embora, para Poulantzas, possua autonomia relativa frente ao que vem sendo considerado na dinâmica da acumulação capitalista, auxiliam o aprofundamento dos temas em discussão nesse estudo.

Para Mathias e Salama, o Estado “não é [...] um substituto das contradições do sistema capitalista” e a sua natureza de classe deriva “da categoria ‘capital’ [...] e da inserção dos países [periféricos na] economia mundial”, havendo “distinção entre o Estado e sua forma - o regime político” (MATHIAS; SALAMA, 1983, p. 09-10). Salama reitera que distinguir conteúdo e forma, isto é, Estado e regime político é essencial, pois,

[...] uma grande parte do aspecto confuso de que se reveste a discussão atual sobre o Estado provem da linguagem que ignora essa distinção. Assim, fala-se correntemente da intervenção do Estado para designar a intervenção deste ou daquele governo, em lugar de dizer intervenção pública, de tal modo que os dois vêm a parecer sinônimos. Assim, confunde-se frequentemente Estado e governo. A dificuldade de apreender a natureza real [...] facilita esse tipo de confusão e permite que se pense uma mudança de governo, em consequência de uma vitória dos partidos operários, possa significar o advento do socialismo de maneira legal e pacífica, legitimando assim, por algum tempo, a estratégia reformista desses partidos. A história se encarrega, infelizmente, de mostrar aonde conduz esse tipo de confusão (SALAMA, s/d, p. 135).

Esse aspecto reforça-se também em outra obra do autor juntamente com Mathias, em que concordam com Poulantzas a respeito do papel do Estado na economia:

[...] se se considera que o estatal faz parte das relações sociais de produção, compreende-se que as relações entre o Estado e o capital expressam laços orgânicos. “O lugar do Estado em relação a economia – escreve Poulantzas – não é mais do que a modalidade

de uma presença constitutiva do Estado no próprio seio das relações de produção e de sua reprodução.” O Estado não se situa acima da lei do valor. É parte integrante dessa e, desse modo, influencia no andamento dessa lei (MAYHIAS; SALAMA, 1983, p. 50).

Os aparelhos de Estado garantem o desenvolvimento do sistema econômico inclusive em momentos de crise, em sua dinâmica ou função regeneradora do sistema (MATHIAS; SALAMA, 1983), pois mesmo em sociedades mais liberais existe algum grau de intervenção do Estado, mesmo que seja em termos de política econômica.

### ***A relação entre o Estado e crises do capital***

As crises capitalistas<sup>48</sup> são um mecanismo garantidor da reprodução do capital, de renovações conservadoras da ordem vigente e, contraditoriamente, desafiam a classe trabalhadora a buscar alternativas.

O panorama histórico realizado por Gambina (2011)<sup>49</sup>, ajuda a elucidar essa problemática, pois lista as alternativas buscadas pela classe capitalista frente à sua desmedida necessidade de expansão e, na contrapartida, pela classe trabalhadora como estratégia de resistência na luta contra a exploração. O quadro a seguir vem trazer uma pequena síntese dessa explanação do autor.

---

<sup>48</sup> Algumas das referências de grande importância para o pensamento crítico se encontram nos trabalhos publicados pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.

<sup>49</sup> Minicurso "*La crisis mundial, las políticas anti crisis y las políticas sociales. Una mirada desde nuestra america*", promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, nos dias 28 e 29 de Junho de 2011.

### Quadro I: Histórico das crises estruturais capitalistas

PERÍODOS DE CRISES	ESTRATÉGIAS DA CLASSE CAPITALISTA	ESTRATÉGIAS DA CLASSE TRABALHADORA
1870	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Economia neoclássica</li> <li>b) <i>laissez-faire</i></li> <li>c) Processo de concentração e centralização do capital - da livre concorrência ao monopólio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) O'Capital (1867): base teórica para o partido comunista</li> <li>b) 1871: Comuna de Paris, 71 dias dos trabalhadores no poder – tomada do Estado</li> <li>c) Associação Internacional dos Trabalhadores</li> </ul>
1929/1932	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Keynesianismo: intervenção Estatal – generalização da ideia de intervenção</li> <li>b) organização da produção: modelo fordista</li> <li>c) 2º pós-guerra: EUA é potência mundial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Lênin: teórico e político da Revolução bolchevique</li> <li>b) Revolução Russa 1917/1921</li> <li>c) URSS: Modelo de Planificação</li> </ul>
1971	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Neoliberalismo: volta às origens 1776</li> <li>b) Reestruturação produtiva: mudança nas relações sociais: flexibilização, privatização e acirramento do conflito capital X trabalho</li> <li>c) Hegemonia do neoliberalismo: <ul style="list-style-type: none"> <li>i) 1979: Inglaterra</li> <li>ii) 1980: EUA</li> <li>iii) 1985: Europa</li> <li>iv) 1990: Japão</li> </ul> </li> <li>d) Formação do G7 e G8</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) 1968/69: Revoltas populares pela Europa <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Outras revoluções socialistas pelo mundo:</li> <li>ii) 1959: Revolução Cubana</li> <li>iii) 1975: Guerra no Vietnã (vitória dos vietnamitas sobre os EUA)</li> <li>iv) 1979: Nicarágua</li> </ul> </li> </ul>
2007/2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) G20: reuniões 2008, 2009, 2010, 2011 <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Proposta principal: liberalização da economia</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) socialismo comunitário: Venezuela e Bolívia <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Objetivo: “<i>Bien Vivir</i>” satisfazer as necessidades da população</li> </ul> </li> </ul>

FONTE: Sistematização da aluna a partir das informações obtidas durante o Minicurso “*La crisis mundial, las políticas anti crisis y las políticas sociales. Una mirada desde nuestra america*”. UFES, Junho de 2011.

Percebe-se, dadas as informações do quadro, que há um movimento constante de ganhos e perdas de uma e de outra classe na histórica luta de classes do sistema capitalista. É possível visualizar como processo de contra-hegemonia, a Comuna de Paris; a Revolução Russa e a Revolução Cubana, por exemplo. Entretanto, as investidas da classe trabalhadora não tiveram um efeito duradouro, com exceção desta última.

É oportuno, para tanto, trazer uma reflexão de Carcanholo e Nakatani (2002) em que se perguntam no que se refere à realidade cubana: “até quando

conseguirão?”, isto é, até quando Cuba conseguirá se sustentar pautando-se nos princípios socialistas. A reabertura da economia nesse país “nos anos noventa ocorreu em um período de crise profunda e o grande dilema para sua aprovação e implementação estava centrado na contradição entre mercado e o planejamento central” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2002, p. 142), cuja proposta atualmente rodeia em torno da chamada “economia socialista de mercado”<sup>50</sup>.

A particularidade da sociedade cubana, embora inquietante e extremamente importante como exemplo e proposta alternativa para a classe trabalhadora frente à estratégia de reestruturação do capital empreendida desde 1970, contribui para a compreensão da perversa lógica de reprodução do capital que tem pressionado e conseguido como resposta do atual governo cubano, retrações no socialismo. Uma correlação de forças difícil de ser medida.

Retomando o debate sobre a relação do Estado com as crises do capital, é notória a presença e intervenção do mesmo em praticamente todos os períodos de crise demarcados. Mathias e Salama (1983), afirmam que o Estado capitalista, no caso dos países desenvolvidos, surge da continuação e desenvolvimento do capital. A lógica dos autores foi entender a partir do caminho de Marx, que o processo de produção e circulação da mercadoria possui dois efeitos contraditórios, “fetichiza as relações sociais” e “desfetichiza-as” o que influencia no modo como o Estado é concebido:

O primeiro efeito faz com que o Estado apareça como acima das classes sociais. Do segundo efeito, resulta a necessidade lógica do Estado. Ao lado e acima da sociedade civil, o Estado é um “capitalista coletivo ideal”. Tem uma autonomia relativa em face do capital, pois deriva dele. Sua materialização é o regime político. Esse tem uma autonomia relativa em face do conjunto das classes sociais (MATHIAS; SALAMA, 1983, p. 26).

---

<sup>50</sup> Ver: CARCANHOLO, Marcelo Dias; NAKATANI, Paulo. Crise e reformas de mercado: a experiência de Cuba nos anos 90. **Problemas del desarrollo**. Revista Latino-americana de economia, vol. 33, n. 128. México, IIEc, UNAM. Jan. a Mar de 2002.

Portanto, é sobre esse argumento que se resguardam os seguintes elementos da natureza do Estado capitalista nos países desenvolvidos: em primeiro lugar, “a aparência de neutralidade do Estado repousa sobre o *fetichismo da mercadoria*<sup>51</sup>”, em segundo, na sociedade capitalista, o Estado garante o respeito pelas regras da troca mercantil, promovendo a manutenção da exploração nessa sociedade, e em último lugar, não é apenas um elemento abstrato, “[...] não é algo externo ao capital [...] sofre a lei do valor, embora possa influir no andamento da mesma” (MATHIAS; SALAMA, 1983, p. 20-25-26).

No caso dos “países subdesenvolvidos”<sup>52</sup> é necessário levar em consideração que o “Estado [...] não seria apenas o garante das relações de produção capitalista, mas igualmente e, sobretudo o *produtor direto* dessas relações” (MATHIAS; SALAMA, 1983, p. 28). Nesse sentido, a origem de sua natureza de classe torna-se mais complexa, pois o que faz do Estado o “garante” e produtor das relações sociais de produção são os interesses externos, isto é, “a expansão das relações mercantis [nesses países não vieram] diretamente do movimento da formação social preexistente, mas sim do exterior, de suas relações com os países desenvolvidos” (SADER, 2006, p. 16). Além disso, “o Estado desempenha um papel particular na difusão das relações mercantis nos países subdesenvolvidos, intervindo na constituição de faixas inteiras da indústria nacional e na geração/criação de demanda, de mercado interno para a produção” (SADER, 2006, p. 16). Essa particularidade confere ao Estado, como já dito, o título de “produtor direto” das relações sociais.

É a economia mundial, o elemento que define o papel do Estado nos países periféricos. A mesma é

[...] composta por nações e se dá no seio dessas [...]. Há uma lógica própria [...] que transcende à de cada uma das economias nacionais que a compõe. Essa concepção da economia mundial como um todo estruturado e hierarquizado composto de Estados-Nação [...] imprime ao todo o essencial de suas leis [...] constitui um todo em movimento (MATHIAS; SALAMA, 1983, p. 39-40).

---

<sup>51</sup> Ver: Carcanholo (2011).

<sup>52</sup> A noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento advém da teoria da modernização.

A constituição da economia mundial garante, sobretudo, a dominação pelos países do centro mesmo que a partilha desse poder esteja concentrada atualmente no grupo G20<sup>53</sup>. A formação desse bloco econômico não muda a essência da “partilha do mundo”, o imperialismo continua existindo e é “através do jogo internacional que se impõem as relações mercantis”. Assim, “a natureza de classe do Estado pode ser capitalista, independentemente da existência ou não de uma classe capitalista local” (MATHIAS; SALAMA, 1983, p. 42).

### ***As formas de intervenção do Estado***

Há nesse processo as formas de intervenção do Estado. Para Mathias e Salama (1983, p. 47) “à *intervenção estatal* corresponde o nível de abstração no qual se situa o Estado; à *intervenção pública*, o nível onde se situa o regime político”. Há uma relação de dependência entre ambas, sendo a intervenção pública “a forma de existência da intervenção estatal”. Isso significa, em outras palavras que “a intervenção estatal pode ser comparada ao valor de troca e a intervenção pública ao preço de mercado”, na medida em que “a intervenção estatal [...] é o *produto de condições históricas*. Portanto, não poderia ser imutável ou natural. Determinadas modificações de intervenção pública a alteram. Outras não” (MATHIAS; SALAMA, 1983, p. 48-49. Grifos dos autores).

Um exemplo prático ajuda a compreender a diferença fundamental entre ambas as formas de intervenção: o modelo keynesiano foi uma forma de intervenção estatal, produto de condições históricas. A intervenção pública, forma e existência da intervenção estatal, expressou, por meio dos mecanismos orçamentários, fiscais, e de políticas econômicas e sociais, a condução do referido modelo de Estado. A funcionalidade objetiva dessas formas de intervenção do Estado é, sobretudo, a manutenção das taxas de lucro e a ordem do capital.

---

<sup>53</sup>“el principal espacio intergubernamental en que se ha venido dando la discusión y generación de respuestas ante la crisis [...] está formado por los miembros del G-8, la Unión Europea como bloque y once países ‘emergentes’, incluidos tres latinoamericanos” (ESTAY, 2010, p. 43).

Os países capitalistas desenvolvidos acionam a intervenção do Estado na gestão da força de trabalho, como a questão da previdência e outras necessidades, enquanto os países periféricos a acionam para o desenvolvimento do setor produtivo (MATHIAS; SALAMA, 1983). Pela função e base material dos aparelhos de Estado, garante pela força e pelo consenso por meio das políticas econômicas, fiscais e até mesmo pelas políticas sociais, a hegemonia do capital.

O Estado atua sobre a tendência à perequação das taxas de lucro. A intervenção do Estado conduz à depreciação de certas frações do capital constante, que tem uma influência positiva sobre a taxa de lucro, e particularmente a taxa de lucro dos setores de vanguarda. Esta intervenção [...] tem como função acentuar a transferência de valores da mais-valia social dos setores retardatários para os setores de vanguarda, e manter uma certa taxa de lucro. Compreende-se a partir daí que essa intervenção não possa substituir a lei do valor. Ela deve apenas orientá-la num sentido mais favorável aos interesses do capital (SALAMA, s/d, p. 132).

O autor se refere, nessa passagem, à intervenção do Estado de modo a garantir a acumulação pelo grande capital em detrimento dos capitais menores ou dependentes. Dessa forma, a repartição igualitária dos lucros (perequação) se altera favorecendo os países centrais (capitais de vanguarda). “O efeito buscado pode ser comparado com o que se obtém através das crises. Ela deprecia certas frações de capital em benefício de outras” (SALAMA, s/d. p. 132).

Diante dessas considerações a respeito da natureza de classe somada às concepções de Estado nas mais diversas frentes da teoria marxista, é necessário avançar com o debate sobre a exploração e acumulação do capital, afinal o Estado, como longamente fora abordado nesse espaço, contribui senão direta, mas certamente de forma indireta para a apropriação desigual da riqueza. Além disso, não é demasiado reforçar, a teoria do valor explica também o Estado contemporâneo.

## 2.4 O papel do fundo público

A partir do que vem sendo considerado neste capítulo, enquanto premissas e elementos que explicam o papel e a natureza de classe do Estado contemporâneo, é oportuno introduzir essa análise sobre o papel do fundo público (um elemento de base material e econômica que compõe o Estado), pois endossam a perspectiva marxista de que o Estado contemporâneo é o Estado da classe econômica dominante e dirigente politicamente. Concordando com Zeferino (2010), defende-se que a partir da “[...] relação contraditória e antagônica entre capital e trabalho, o Estado moderno tem o papel fundamentalmente importante e decisivo na legitimação da ordem vigente, de dominação do capital e subordinação do trabalho” (ZEFERINO 2010, p. 106).

A grande questão que resulta dessa atribuição velada do Estado se deve ao que Zeferino (baseada nas reflexões de Mészáros) sintetizou:

*Assim, quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais miséria acumula para si, pois toda a produção é apropriada pelo capitalista. Essa é a contradição essencial do sistema capitalista: a produção de riqueza é cada vez mais social, enquanto a apropriação desta é cada vez mais privada. Sendo tal relação assegurada (em sua maioria) pelo uso da violência econômica (extração do excedente produzido pelo trabalhador) que se dá segundo leis que regulam a lógica do mercado e pela violência do comando político do Estado que, como parte da base material, garante o controle e a regulação da extração do trabalho excedente, e principalmente a proteção à propriedade privada (ZEFERINO 2010, p. 110. Grifos nossos).*

O fragmento de texto ora exposto faz recordar o que já fora citado no primeiro item do primeiro capítulo desse estudo sobre o que Marx havia dito à classe operária de sua época: o interesse do trabalhador no “rápido crescimento do capital” seria, sobretudo, o interesse pelo aumento, em consequência, das “migalhas” que lhe sobram. Portanto, por mais que na atualidade parcela dos trabalhadores consomem bens e serviços que, via de regra, não compõem a cesta básica de reprodução de sua força de trabalho, ainda assim, o acesso a tais bens e serviços, são, do ponto de vista global, “gordas migalhas” que premiam esses trabalhadores.

Do ponto de vista liberal e individualista dessa sociedade, os trabalhadores que souberam aproveitar as oportunidades, por mérito conquistaram as melhores ocupações e profissões no mercado de trabalho. Mas, na verdade, sabe-se que isso não é apenas uma questão de mérito ou oportunidade, mas uma questão cujas raízes são profundas na história da acumulação primitiva do capital.

Ainda, Zeferino assevera, com o mesmo objetivo de demonstrar o papel do Estado moderno frente à relação capital e trabalho que “[...] o Estado acompanha as transformações ocorridas no processo de expansão do capital e para isso, sua estrutura política também se modifica para poder garantir essa expansão” (ZEFERINO, 2010, p. 111). Acompanhar essas mudanças passa pela questão da legitimidade e do poder conferido ao Estado. Esse, segundo a mesma autora, “[...] por meio da regulação da relação entre capital e trabalho tem o papel de velar politicamente, legalmente essa relação de exploração e extração do trabalho excedente por meio das diversas legislações que cria e sustenta de acordo com a dinâmica e expansão e acúmulo do capital” (ZEFERINO, 2010, p. 115).

Pelo exposto, o papel do fundo público na expansão e acúmulo do capital ganha relevância e destaque, pois como afirma Behring, o fundo público

[...] assume tarefas e proporções cada vez maiores no capitalismo contemporâneo, diga-se, em sua fase madura e fortemente destrutiva, com o predomínio do neoliberalismo e da financeirização, não obstante todas as odes puramente ideológicas em prol do Estado mínimo, amplamente difundidas desde os anos 80 do século XX (BEHRING, 2010, p. 14).

Nessa perspectiva, o fundo público atende as demandas primordialmente da classe capitalista. Para Behring, o mesmo

[...] se forma a partir de uma punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. [...] atua na

reprodução do capital, retornando, portanto, para seus segmentos especialmente nos momentos de crise; e na reprodução da força de trabalho, a exemplo da implementação de políticas sociais (2010, p. 20).

E na sociedade capitalista atual, ajudam a compor o fundo público não

[...] apenas o trabalho excedente metamorfoseado em valor, mas também o trabalho necessário, na medida em que os trabalhadores pagam impostos direta e, sobretudo, indiretamente, por meio do consumo, onde os impostos estão embutidos nos preços das mercadorias (BEHRING, 2010, p. 20).

Ainda a esse respeito, a autora demarca que

[...] se retornarmos a Marx para encontrar pistas, pode-se inferir das suas reflexões que o fundo público atua constituindo 'causas contrariantes' à queda tendencial da taxa de lucros, interferindo no ritmo da circulação de mercadorias e dinheiro, estimulando a metamorfose de um e de outro (BEHRIBG, 2010, p. 21).

O fato é que o fundo público, como dito, cuja formação se dá pela punção compulsória da fração da mais-valia bem como pela contribuição, ainda mais compulsória do trabalho necessário, possui mão dupla, pois, ao mesmo tempo em que retorna ao trabalhador em forma de salários indiretos, isto é, na forma de benefícios e políticas sociais, retorna principalmente ao ciclo global do capital como uma espécie de socorro<sup>54</sup> aos negócios e investimentos financeiros do grande capital (mundializado). O papel das Nações e das uniões comerciais (os blocos econômicos) é justamente socorrer o capital da queda das taxas de crescimento. Uma das maiores diferenças entre essas atribuições do fundo público está nos números, isto é, na quantidade que se investe em prol da classe trabalhadora que é pífia e, a quantidade investida em amortização dos juros da "dívida pública", injeção

---

<sup>54</sup> Uma abordagem mais detalhada sobre o tema é encontrada em Salvador (2010).

de capitais e até mesmo, as privatizações. Todas estas estratégias abarcam uma fatia significativa do PIB mundial<sup>55</sup>.

Esse debate reforça, sobretudo, o argumento do fetichismo da sociedade do assalariamento. Como foi afirmado no capítulo anterior, o salário do trabalhador volta para as mãos do capitalista e agora, considerando o Estado nesse processo, parcela desse salário passa pelas mãos do Estado e retorna ao capital, tendo em vista que “[...] o fundo público”, como lembra Behring, “participa do processo de rotação do capital, tendo em perspectiva o processo de reprodução capitalista como um todo, especialmente em contextos de crise” (2010, p. 21).

A autora, adentrando na obra de Marx, refere-se ao fundo público como mais um elemento a influenciar diretamente o ciclo global do capital (D---M---D’). Foi dito no primeiro capítulo que a rotação do capital é a forma pela qual se realiza a mais-valia (na esfera da circulação) e que a quantidade de rotações está na razão inversa da quantidade de valor realizado. Tendo em vista esses dois aspectos que interferem na segunda parte do ciclo da mercadoria (M’---D’), merece destaque as sugestões de Behring, a respeito de “observar a repartição da mais-valia em dois movimentos”:

*O primeiro movimento, o excedente se reparte em lucros, juros e renda da terra e fundo público, sempre lembrando aqui que o Estado se apropria também do trabalho necessário, diga-se dos salários, via tributação, com o que o fundo público é um compósito de tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário. Mas essa repartição tem continuidade num segundo movimento: no retorno de parcelas do fundo público na forma de juro – o que sem dúvida nenhuma é a destinação predominante no tempo presente, de financeirização do capital [...] por meio dos mecanismos da dívida pública – mas também nas outras formas: pela via das compras e contratos estatais, oferta e regulação de crédito, pela complexa rede público-privadas que se estabelece no capitalismo maduro, tendo em vista a atuar no processo de rotação do capital, acelerando, interferindo nos ritmos da metamorfose D---M---D’ (BEHRING, 2010, p. 22-23. Grifos nossos).*

---

<sup>55</sup> Ainda nessa seção retorna-se a este tema.

Por esses dois movimentos o Estado garante, como visto em Salama, que a tendência à “perequação das taxas de lucro” não influencie “nos ritmos da metamorfose do capital”. O capital tem requisitado cada vez mais do Estado intervenção. Os gastos públicos no alívio da atual crise, como dito inicialmente, superam em números representativos os gastos sociais, isto é, os gastos com a parte da reprodução da força de trabalho que compete ao Estado. Segundo Behring,

As instituições financeiras exigiram o socorro público para restaurar a confiança dos mercados, adquirindo títulos depreciados, para revalorizá-los e revendê-los; imprimindo dinheiro – inclusive tornando a inflação um mal menor, diferentemente do discurso anterior à crise (BEHRING, 2010, p. 30).

Em números a autora aponta para os Estado Unidos com gastos à ordem de 700 bilhões de dólares; Japão, 10 bilhões e o Brasil,

[...] o BNDES liberou R\$ 12 bilhões de reais para as 20 maiores corporações agroindustriais – que demitiram cerca de 100 mil trabalhadores – para conter os efeitos da crise internacional, no mesmo passo que assegurou [apenas] 20 milhões em linhas de crédito para a reforma agrária (BEHRING, 2010, p. 31).

A conclusão que a autora chega a respeito da participação do Estado via fundo público na superação da crise e logo, na renovação da acumulação capitalista se dá em duas dimensões.

Primeiro, na sua formação, implicando “reformas” tributárias regressivas, à medida que o fundo público se torna vital numa perspectiva anticíclica, diga-se de contenção da crise, e implicando também no desencadeamento de mecanismos de renúncia fiscal para o empresariado, para “proteger o emprego”. Segundo, na sua destinação. De que maneira? Adquirindo ativos das empresas “adoecidas” também sob o argumento de proteger o emprego, apropriando-se de recursos de reprodução do trabalho para sustentar essa movimentação; [e] interferindo diretamente nos processos de rotação do capital (BEHRING, 2010, p. 32).

Na mesma perspectiva, Salvador propõe que o fundo público, como dito inicialmente, é o socorro à crise do capital. “Existe uma miríade de formas de gastos sociais e de financiamento, incluindo a questão da manutenção e da valorização dos capitais pela via da dívida pública. A formação do capitalismo seria impensável sem a utilização de recursos públicos” (SALAVADOR, 2010, p. 35).

Para Salvador, principalmente nessa fase atual da dinâmica de acumulação capitalista, “o capital portador a juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais da atualidade e da atual crise financeira em curso” (SALAVADOR, 2010, p. 36).

Recorde, para tanto, que Marx, ainda no século XIX, fazia referências a mais essa forma assumida pelo capital e, pode-se dizer, renunciou elementos<sup>56</sup> que traduzem perfeitamente o comportamento da sociedade capitalista deste século. Como afirmou o autor, na análise da circulação da mais-valia (Capítulo XVII. Livro 2, v. 3.), o capitalista em tese deveria esperar que a massa de mais-valia se transformasse em “capital-dinheiro latente” para então investir novamente no processo produtivo. Entretanto, supõe-se que se o capitalista esperar por essa prerrogativa, entrará em conflito com a necessidade de acumular capital ininterruptamente. A saída, portanto, foi justamente introduzir a participação do capital bancário no processo produtivo.

Não é objetivo adentrar nesses elementos. É bastante ao debate do fundo público enquanto elemento importante e decisivo ao capital, compreender que o Estado e o fundo público se fazem presentes direta e indiretamente da rotação, realização e reprodução do capital, perpetuando enquanto possível for a “exploração do homem pelo homem” que acontece na atualidade, de forma velada.

---

<sup>56</sup> Retornar ao item 1.2 deste estudo.

### 3. O ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

A construção teórica dos capítulos anteriores permitiu formular alguns apontamentos no que se refere ao processo de apropriação e expropriação da velhice do trabalhador, pelo capital:

i) o trabalhador *perde todo seu valor de uso para o capital na velhice com o desgaste de sua força de trabalho*. Esse aspecto relaciona-se, em grande medida, à *questão da idade cronológica que representa a velhice do trabalhador nesse sistema*.

ii) também, pela análise da magnitude do valor e reprodução da força de trabalho<sup>57</sup>, *o trabalhador idoso se torna para o capital um custo oneroso*. Isto significa que o capital não está preocupado com o futuro do trabalhador. Consome o valor de uso da força de trabalho e quando o trabalhador, já envelhecido, e com marcas da extração da mais-valia, pelas jornadas e condições de trabalho não consegue revigorar suas forças para as jornadas seguintes e produzir a mesma magnitude de valor, torna-se substituível por força de trabalho mais jovem e vigorosa, isto é, caindo a produtividade do trabalho, começam, na atualidade, a ser "preparados" para a aposentadoria.

iii) a *reinserção dos trabalhadores aposentados no mercado* corrobora para o declínio do valor da força de trabalho em termo de rebaixamento de salários. E é ainda, mais uma particularidade para a velhice, pois ao mesmo tempo atende às necessidades de autoafirmação do sujeito com mais de 60 anos, isto é, daquele idoso que se sente "útil" à sociedade apenas se estiver exercendo alguma atividade laboral e atende também, ou principalmente, à necessidade de complementação da renda do aposentado, que muitas vezes é o provedor da sua família.

Embora esses elementos apontem mais para a direção da expropriação da velhice, contraditoriamente, o desenvolvimento das forças produtivas, que expulsa a

---

<sup>57</sup> Capítulo 1, item 1.1.1.

força de trabalho da produção, promove sobrevivência do trabalhador idoso, inclusive para aquele trabalhador mais degradado pelas condições de trabalho e reprodução social. *Parcela desse contingente de idosos que consomem produtos e serviços exclusivos, personalizados e destinados a essa fase da vida, fortalece a apropriação da riqueza pelo capital, embora não produzindo mais-valia diretamente.* Trata-se de uma apropriação expressa no âmbito da circulação da mercadoria.

Pode-se dizer que esse processo ocorre de modo semelhante ao *processo de transferência de valores* - visto na seção sobre a apropriação da mais-valia pelo capital -, em que na relação entre capitais, o processo de transferência se manifesta na medida em que a mais-valia produzida, num processo produtivo de um capital pequeno, é absorvida por um capital grande: este se configura, nessa relação, como o verdadeiro explorador da força de trabalho. Recorde que Carcanholo (2011) citou como exemplo uma pequena padaria e uma oficina mecânica. A transferência de valores se dá via preços.

Sobre o papel do Estado, analisando-o pela ótica da luta de classes, inserindo-o no contexto e dinâmica da reprodução social, isto é, das determinações históricas e da formação do capitalismo, o Estado contemporâneo (burguês) é fruto, pode-se afirmar, dessas relações sociais que, assumindo uma aparência de neutralidade, no sentido de imparcialidade e parecendo estar acima das classes fundamentais, regula e intervém no funcionamento do sistema capitalista.

No que se refere ao trabalhador idoso, nesse sentido, esse Estado, dotado dessas características é o responsável por atender às suas demandas, por meio das políticas sociais. Trata-se das necessidades dos trabalhadores que, envelhecendo, estão deixando de fazer parte da população economicamente ativa e ainda, das necessidades dos que encontram dificuldades para se reinserirem no mercado de trabalho por causa da idade.

As respostas a essas demandas se situam na *lógica da assistência*, no que se refere às políticas de trabalho e geração de renda. No caso brasileiro, no âmbito do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), estão previstos cursos – que compõem a chamada inclusão produtiva – que visam a capacitação (cursos de

panificação, manicure, corte e costura, dentre outros) para a reinserção do trabalhador ao mercado de trabalho (não há a pretensão de que a ocupação seja pela via formal, prioritariamente). Sob a *lógica do seguro*, há a proposta de recondução do trabalhador (que deixou seu atual emprego por motivo de doenças funcionais<sup>58</sup> ou acidente de trabalho) ao mercado de trabalho, diminuindo o pagamento de benefícios como o auxílio doença ou a aposentadoria por invalidez. São ações no âmbito do INSS.

Em síntese, a sociedade capitalista, além de ser uma sociedade produtora de mercadorias e de relações de dominação, é uma sociedade (re)produtora de relações de exploração e degradação dos trabalhadores e de valores humanos regidos pela lógica do trabalho abstrato. Sob o aval e proteção do Estado, o capital pretende perpetuar a realização da mais-valia, a reprodução, a acumulação e a concentração da riqueza produzida socialmente.

Chegar a essa assertiva foi possível somente pela análise da sociedade capitalista, na dimensão da compra e venda da força de trabalho, à luz da teoria do valor bem como a natureza de classe do Estado. Mais um passo na construção e abstração teórica se faz necessário: visitar, ainda em Marx, a Lei geral da acumulação capitalista e como componente desta, o processo de formação da superpopulação relativa.

### *3.1 Lei geral da acumulação capitalista e a formação da superpopulação relativa*

Um aspecto fundamental na análise da lei geral da acumulação capitalista é a produtividade do trabalho. É ela quem regula a taxa de empregabilidade de força de trabalho. Marx inicia o capítulo que comporta esse tema dizendo que examinará “a influência que o aumento do capital tem sobre a sorte da classe trabalhadora” (MARX, 2005, p. 715. Livro 1, v. 2). Propõe que a acumulação capitalista relaciona-se ainda com a magnitude do valor da força de trabalho. Admite, para tanto, três

---

<sup>58</sup> A Lesão por esforço repetitivo (LER) é a mais comum.

argumentos/suposições para explicar a lei geral da acumulação: a) supondo que seja mantida constante a composição do capital e demais condições, a tendência é o aumento proporcional ou progressivo dos salários, desde que não perturbe os índices de acumulação; b) supondo que a composição do capital – expressa na e pela composição técnica, isto é, a proporção que se confrontam na produção, meios de produção e força de trabalho - seja aumentada, os salários tendem a aumentar na grandeza inversa da acumulação, como fruto do processo de centralização de capitais; c) a formação da superpopulação relativa é funcional ao processo de acumulação. E dialeticamente, a superpopulação é unidade da acumulação e se expressa em pelo menos quatro formas: flutuante; latente; estagnada e o pauperismo.

Parafraseando o autor, “vejamos mais de perto” esta discussão.

Para Marx, “os fatores mais importantes para este estudo são a composição do capital e as modificações que ele experimenta no curso do processo de acumulação” (MARX, 2005, p. 715. Livro 1, v. 2). A composição do capital, portanto, é determinada sob dois pontos de vista: do valor e da matéria.

*Do ponto de vista do valor*, [a composição do capital] é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. *Do ponto de vista da matéria* que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa de produção empregada e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados (MARX, 2005, p. 715. Livro 1, v. 2. Grifos nossos).

Carcanholo e Amaral (2008) expressam matematicamente essas duas determinações da composição do capital, isto é,

[...] a esfera do valor (composição-valor) e a esfera material – da matéria utilizada no processo produtivo – (composição técnica do capital). A primeira é determinada pelo valor dos meios de produção

e pelo valor da força de trabalho, ou seja, envolve as proporções nas quais o capital se divide em constante e variável, respectivamente, e pode ser representada na forma  $c/v$ , onde  $c$  representa o capital constante e  $v$  diz respeito ao capital variável.

A segunda, a composição técnica, se refere à quantidade de força de trabalho (FT) necessária para operar determinada massa de meios de produção (MP), tendo em vista que no processo produtivo todo o capital empregado se decompõe nestes dois fatores. Formalmente, a composição técnica se expressa na forma  $MP/FT$ , ou seja, quanto de força de trabalho é necessário para operar uma quantidade dada de meios de produção (CARCANHOLO; AMARAL, 2008, p. 164-165. Grifos nossos).

Ainda para os autores, “Marx considera a composição orgânica como sendo a própria composição do capital. Isto se justifica no reconhecimento de que a composição orgânica do capital é determinada pela composição técnica” (CARCANHOLO; AMARAL, 2008, p. 165). Portanto,

[...] a força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado (MARX, 2005, p. 716-717. Livro 1, v. 2).

Em nota de rodapé (nota 70, na edição de “O Capital”, Livro 1, utilizada nesse estudo), Marx define o proletariado associado à sua funcionalidade para o modo de produção e, nas entrelinhas, anuncia a luta de classes enquanto instrumento de resistência. “Por ‘proletário’ deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do ‘*monsieur capital*’” (MARX, 2005, p. 717. Livro 1, v. 2. Grifos do autor).

A incorporação contínua de força de trabalho no processo produtivo explica a necessidade existencial do capital: a criação de valor. Pois, trabalho cristalizado em capital constante não cria, apenas transfere valor à mercadoria produzida. Assim, admitindo-se que em dado ciclo produtivo, permaneça constante a composição do

capital, é possível a valorização da força de trabalho, isto é, é possível para a classe trabalhadora obter ganhos salariais reais. Decorrem, no entanto, dessa primeira suposição, o seguinte: “ou o preço do trabalho continua a elevar-se, por não perturbar [...] o progresso da acumulação [...]”, porém, sabe-se que no modo de produção capitalista, não há cooperação de classes, “[...] ou, o outro lado dessa alternativa, a acumulação retarda-se em virtude de elevar-se o preço do trabalho, ficando embotado o aguilhão do lucro. A acumulação diminui” (MARX, 2005, p. 722-723. Livro 1, v.2).

Em síntese,

Se cresce a quantidade de trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora e acumulado pela classe capitalista, com velocidade bastante que só possa transformar-se em capital com um acréscimo extraordinário de trabalho pago, haverá então uma elevação de salário e, não se alterando as demais condições, decrescerá proporcionalmente o trabalho não-pago. Mas quando esse decréscimo atinge o ponto em que o capital não obtém mais em proporção normal o trabalho excedente que o alimenta, opera-se uma reação: capitaliza-se parte menor da renda, a acumulação enfraquece e surge uma pressão contra o movimento ascensional dos salários. A elevação do preço do trabalho fica, portanto, confinada em limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente. A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 2005, p. 724. Livro 1, v.2).

Pode-se dizer dessa primeira suposição de Marx, portanto, que uma tendência da lei geral da acumulação é o capital ter de resolver os problemas que cria para si, pois, diminuição da acumulação significa, em última instância, crise.

Segunda suposição: o aumento do valor da força de trabalho (salários) se torna inversamente proporcional ao aumento da composição técnica do capital. Conforme

Marx, “observamos até agora uma fase desse processo [...] mas o processo ultrapassa essa fase” (MARX, 2005, p. 725. Livro1, v.2).

Novamente, o aspecto que interfere nesse processo é a produtividade do trabalho, que garante ao capital, até certo limite, acumular valor em patamares absolutos. Assim, “a conversão contínua de mais-valia em capital se patenteia na magnitude crescente do capital que entra no processo e se torna a base da produção em escala ampliada, dos métodos que a acompanham para elevar a força produtiva do trabalho e acelerar a produção de mais-valia” (MARX, 2005, p. 728. Livro1, v.2).

Associado a esse movimento, os capitais individuais competem entre si. Ocorre o que Marx chama de centralização de capitais que nada mais é do que o processo de “expropriação do capitalista pelo capitalista” ou processo de

[...] transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. O capital que se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e concentração (MARX, 2005, p. 729. Livro1, v.2).

O resultado desse movimento de concorrência é o surgimento das sociedades anônimas, na melhor das hipóteses, como afirma o autor. Protoformas pode-se dizer, da formação dos monopólios e complexificação do modo de produção vigente, em que o crédito possui um papel fundamental. Funciona, num primeiro momento - apenas num primeiro momento, parafraseando Carcanholo (2011) – como um simples mecanismo de acelerar o processo produtivo, garantindo a reprodução da composição do capital. De acordo com Marx,

Os capitais pequenos lançam-se, assim, nos ramos de produção de que a grande indústria se apossou de maneira esporádica ou incompleta. A concorrência acirra-se então na razão direta do número e na inversa da magnitude dos capitais que se rivalizam. E acaba sempre com a derrota dos capitais pequenos, cujos capitais

soçobram ou se transferem para as mãos do vencedor (MARX, 2005, p. 729. Livro1, v.2).

Marx conclui de maneira inquestionável: “a concorrência e o crédito, as duas alavancas mais poderosas da centralização, desenvolvem-se na medida em que se amplia a produção capitalista e a acumulação” (MARX, 2005, p. 730. Livro1, v.2). Com isso, ocorre que a força de trabalho é atraída cada vez menos pelo capital adicional e repelida cada vez mais pelo “velho capital”.

A redução absoluta da procura de trabalho [pelo capital] que necessariamente daí decorre será, evidentemente, tanto maior, quanto mais tenha o movimento de centralização combinando os capitais que percorrem esse processo de renovação” (MARX, 2005, p. 731. Livro1, v.2).

Por fim, a formação da superpopulação relativa, como influência direta na “sorte do trabalhador” e elemento intrínseco ao processo de acumulação, ou seja, parte orgânica da lei geral revela o lugar dos trabalhadores idosos e dos idosos trabalhadores na sociedade capitalista<sup>59</sup>.

Conforme foi apontado no item 1.3 deste estudo, o valor, ao substantivar-se, isto é, tornar-se valor-capital ou simplesmente capital (Carcanholo), inaugurou um novo processo histórico no desenvolvimento da humanidade. Esse movimento ocorre, de acordo com o que tem sido considerado na lei geral da acumulação, a partir do incremento na composição do capital. Tem se realizado, conforme Marx, “[...] com contínua mudança qualitativa [...] [e] ocorrendo constante acréscimo de sua parte constante à custa da parte variável” (MARX, 2005, p. 732. Livro 1, v.2). Em outros termos, isso quer dizer que o modo de produção capitalista se reproduz sacrificando parcela significativa de força de trabalho, ao mesmo tempo em que a mantém acorrentada às margens de seu ciclo reprodutivo global. “Por isso”, diz Marx, “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (MARX, 2005, p. 734. Livro 1, v.2).

---

<sup>59</sup> As formas de existência da superpopulação relativa fornecerão os elementos para compreender, mais de perto, o lugar atribuído ao trabalhador idoso. Detalhamento dessa abordagem consta no final deste item.

O adjetivo 'supérflua', observe, está acompanhado do advérbio 'relativamente'. Isso significa que mesmo que o capital apareça como autossuficiente no ciclo total é o trabalho quem cria valor. Mesmo com o aumento da composição técnica do capital, ainda será o trabalho o sujeito da ação do processo produtivo.

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto a ser explorado, *independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população* (MARX, 2005, p.735. Livro 1, v.2. Grifos nossos).

Nessa passagem parece implícito que não é necessário que se ocorra crescimento demográfico<sup>60</sup> para ocorrer desenvolvimento econômico de uma nação, ou mesmo crescimento econômico global. Todos os grupos etários cumprem um papel na expansão e acumulação de capital: senão direta, mas indiretamente à criação e realização do valor e de mais-valia. Será preciso voltar a esta reflexão mais adiante. Por hora, basta sinalizar que todos os grupos etários da classe trabalhadora estão imbricados, de algum modo, com a acumulação.

Conforme Marx,

Vimos que o desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva do trabalho, causa e efeito ao mesmo tempo da acumulação, capacita o capitalista a por em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensiva ou intensivamente, as forças de trabalho individuais. Vimos também que ele compra mais força de trabalho com o mesmo capital, ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão de obra amadurecida por mão de obra incipiente, força de trabalho masculina pela feminina, a adulta pela dos jovens e das crianças (MARX, 2005, p. 739. Livro 1, v.2).

---

<sup>60</sup> Há estudos sobre demografia fundamentados em Keynes, que por sua vez, retoma as teses de Smith que admite uma relação direta entre crescimento populacional e crescimento econômico.

Esse movimento de substituição de mão de obra produz dois efeitos: garante ao capital o aumento progressivo de trabalho excedente, sem, no entanto, aumentar força de trabalho empregada, e garante também, o controle sobre a massa de trabalhadores. Produz, de certo modo, um exército de trabalhadores dóceis e com pouca autonomia, dificultando, na atualidade, a organização do movimento da classe trabalhadora.

Voltando a atenção para o primeiro efeito, isto é, a “liberação de trabalhadores”, o autor, assevera que isto se dará tanto mais rapidamente quanto for o aumento da composição técnica do capital.

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital (MARX, 2005, p. 740. Livro 1, v.2).

Na mesma perspectiva, o segundo efeito, decorre do fato de que quando os trabalhadores percebem a perversidade da lei da oferta e procura de trabalho, procuram se organizar em sindicatos e em movimentos de classe, pressionando tal lei. O movimento no sentido oposto, logo, é a repressão. Subentende-se que o capital é auxiliado nesses e em outros momentos pelo Estado: “o capital, *de mãos dadas com seu escudeiro apregoador* de lugares comuns, rebela-se contra a lei ‘sacrossanta’ da oferta e procura<sup>61</sup> e procura corrigi-la através de providências coercitivas” (MARX, 2005, p. 744. Livro 1, v.2. Grifos nossos).

Posto esse primeiro aspecto da formação da superpopulação relativa ou exército de reserva de trabalhadores, é mister destacar as suas formas de existência. Como dito inicialmente, a superpopulação relativa se expressa sob quatro formas: flutuante, latente, estagnada e o pauperismo.

---

<sup>61</sup> Procura no sentido de demanda.

Em Marx, “todo trabalhador dela [superpopulação] faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado” (MARX, 2005, p. 744. Livro 1, v.2). É considerada superpopulação relativa na forma *flutuante*, aqueles trabalhadores em idade e condições de trabalhar que são ora absorvidos, ora repelidos do processo reprodutivo do capital em magnitudes que garantem o aumento da produtividade do trabalho, sem minar os recursos investidos em capital variável. Conforme aponta o autor,

[...] são empregados meninos e rapazes até atingir a idade adulta. Chegado a esse termo, só um número muito reduzido pode continuar empregado nos mesmos ramos de atividade, sendo a maioria ordinariamente despedida. Esses que são despedidos tornam-se elementos da superpopulação relativa flutuante que aumenta ao crescer a indústria (MARX, 2005, p. 745. Livro 1, v.2).

Esse é um indício que ajuda a explicar, dentre muitos aspectos, a expropriação do trabalhador “considerado idoso” para o capital principalmente, na atual conjuntura, pela oferta dos estágios; dos programas de adolescentes aprendizes, dentre outros. Além disso, Marx prenunciava, embora não tenha dado nome para tais formas de inserção no mercado de trabalho, uma tendência para as protoformas da indústria moderna, mas que se aplica perfeitamente em tempos de “modernização conservadora” deste século, principalmente no que se refere ao capitalismo periférico.

Outra forma que a superpopulação relativa assume é a *latente*. Refere-se aos trabalhadores do campo, que são obrigados a migrar para as áreas urbanas. Trata-se de parcela da população supérflua que, conforme afirma Marx, possui as maiores chances de serem rebaixadas à esfera do pauperismo:

[...] parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência [...] o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo (MARX, 2005, p. 746. Livro 1, v.2.)

A superpopulação relativa *estagnada*, por seu turno, comporta a maior parcela dos trabalhadores. São aqueles que exercem atividades esporádicas, temporárias e informais ou ocupações irregulares, como aponta o autor. “A superpopulação estagnada se amplia à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos” (MARX, 2005, p. 747. Livro 1, v.2).

Por fim, a esfera do *pauperismo*. Marx classifica nessa categoria os trabalhadores considerados um “peso morto para o capital”.

Pondo-se de lado os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, o rebotalho do proletariado, em suma, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, *os aptos para o trabalho* [...] seu número aumenta em todas as crises e diminui quando os negócios reanimam. Segundo, *os órfãos e filhos de indigentes*. Irão engrossar o exército industrial de reserva, e são recrutados rapidamente e em massa para o exército ativo de trabalhadores em tempos de grande prosperidade [...]. Terceiro, *os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar*. São, notadamente, os indivíduos que sucumbem em virtude de sua capacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho; *os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador; e as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas, etc.*, cujo número aumenta com as máquinas perigosas, as minas, as fábricas de produtos químicos etc. (MARX, 2005, p. 747. Livro 1, v.2. Grifos nossos).

Sendo descritas em detalhes as definições de Marx para as formas da superpopulação relativa, cabe salientar que as mesmas não se constituem em grupos fechados. Os trabalhadores acabam, inclusive, por transitar de uma forma para outra. Isso revela, sobretudo, uma “sorte” desvalida, na qual os trabalhadores desempregados e subempregados dificilmente terão chances de melhorar suas condições de reprodução social. Conforme Aquino (2008), “[...] à medida que a mecanização penetra todas as esferas da sociedade (industrial, comercial, agrícola, financeira) o exército industrial cresce a ponto de ficar cada vez mais difícil sua exaustão significativa nas fases de prosperidade” (AQUINO, 2008, p. 84).

Voltando a atenção, especialmente para a esfera do pauperismo, observa-se que foi esse o lugar em que Marx encerrou a população trabalhadora idosa de seu tempo, isto é, aqueles trabalhadores que conseguiram suportar as desumanas condições de trabalho na indústria, nas minas de carvão e metais preciosos, na ferrovia, e em outros ramos mais do processo produtivo capitalista.

Entretanto, o desenvolvimento da sociedade capitalista, marcado pelas revoluções industriais e tecnológicas<sup>62</sup>, revela para a problemática do envelhecimento dos trabalhadores da contemporaneidade, um contraditório movimento: se de um lado, tem-se o desenvolvimento das forças produtivas com aumento de capital constante, expulsando da cadeia produtiva capital variável, como foi possível constatar neste item, ao mesmo tempo, tem garantida sobrevivência tanto para os trabalhadores incluídos no processo produtivo, como para os trabalhadores excedentes.

O aumento da expectativa de vida da população mundial, por suposto, é também resultado desse movimento de expansão e acumulação do capital. Produziu-se um grupo etário heterogêneo: idosos que envelheceram nas mais diferentes condições de saúde; com níveis de renda variados; com significativo recorte de gênero – as mulheres vivem mais e em piores condições, sem contar as diferenças regionais delimitadas pela mundialização do capital: países do centro e países periféricos.

Portanto, como fruto do movimento histórico, pode-se dizer que na contemporaneidade, os trabalhadores idosos não habitam somente a esfera do pauperismo, transitam pelas outras esferas da superpopulação relativa, e, em certa medida, estão progressivamente retornando ao mercado de trabalho, seja em postos regulares (ou formais) ou mesmo nas ocupações irregulares (ou informais) que de um modo geral, no caso brasileiro<sup>63</sup>, é onde se concentra a maior parte da classe trabalhadora.

---

<sup>62</sup> Conforme foi demarcado nas abordagens iniciais deste estudo. Outro elemento que se soma ao desenvolvimento tecnológico é o desenvolvimento das pesquisas e da medicina que contribuíram e ainda continuam contribuindo consideravelmente para a “conquista” da velhice.

<sup>63</sup> Os dados estatísticos apresentados a seguir se referem à realidade brasileira.

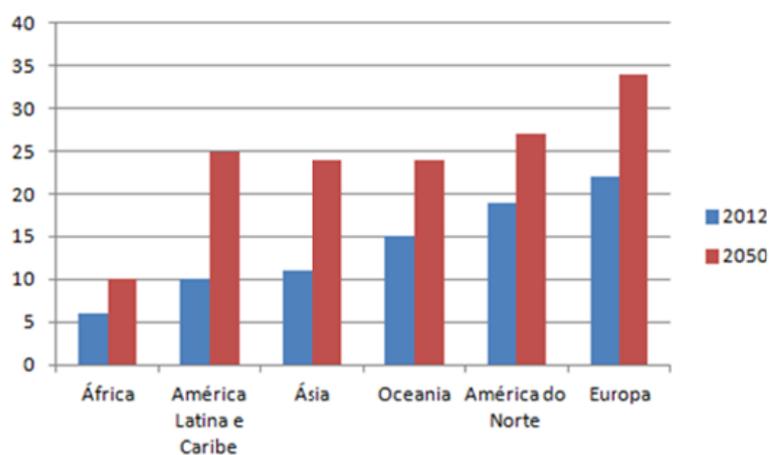
### 3.2 A população idosa: particularidades da realidade brasileira

Recorde que na Introdução deste estudo, foi dito que a população idosa brasileira alcançou estatuto e relevância: passou da ordem de 8% em 2000 para 12% em 2010 e, estima-se chegar à importância de quase 29% em 2050 (IBGE, 2009). Configurando-se, portanto, um grupo etário numericamente representativo, acompanhando a tendência mundial.

O envelhecimento populacional mundial, por sua vez, consolidou-se em meados do século passado e de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA (2012), “em 1950, havia 205 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no mundo. Em 2012, o número de pessoas mais velhas aumentou para quase 810 milhões. Projeta-se que esse número alcance 1 bilhão em menos de 10 anos e que duplique até 2050, alcançando 2 bilhões” (UNFPA, 2012, p. 03).

Ainda, em detalhes, o Fundo mostrou as estimativas de crescimento da população com mais de 60 anos para o intervalo 2012-2050 discriminando cada continente. O gráfico a seguir foi construído a partir dos dados trazidos por extenso na publicação do Fundo e ajuda ilustrar essas estimativas:

**Gráfico III - Estimativa de crescimento da população idosa mundial (%):  
2012-2050**



FONTE: Sistematização da autora a partir do relatório da UNFPA (2012).

Implicitamente a mundialização da economia ajuda a desenhar tais estimativas. O continente africano, por exemplo, desconsiderando suas desigualdades internas, não alcançará, em 40 anos, o percentual da população idosa que os demais continentes já vivenciaram e/ou vivenciam no presente (10% da população) enquanto que o continente europeu perceberá uma estimativa de quase 35% de sua população idosa em 2050. São dois extremos, são dois continentes marcados pela desigualdade absoluta dos índices de desenvolvimento quando colocados em relação. E o discurso das Nações Unidas, no entanto, é de celebração:

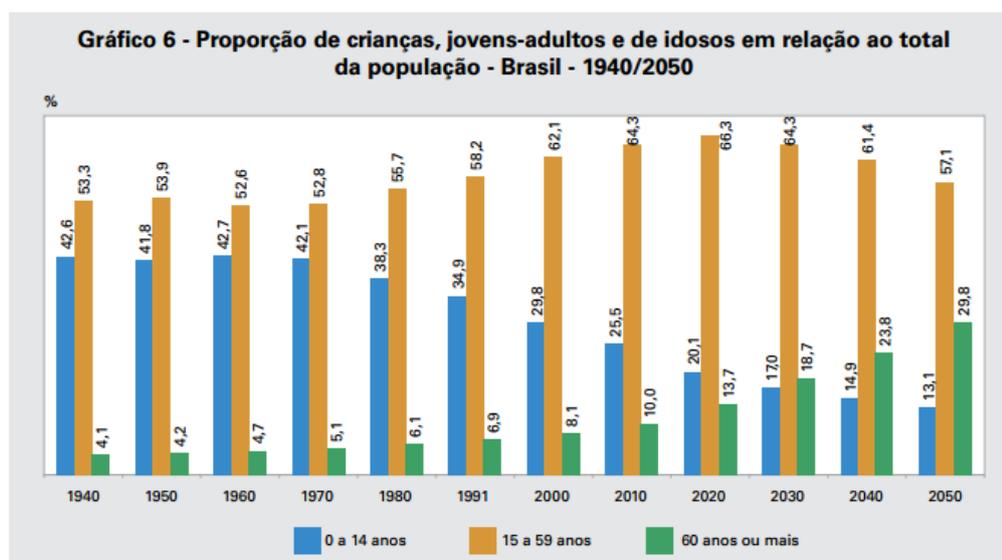
O envelhecimento é um triunfo do desenvolvimento. O aumento da longevidade é uma das maiores conquistas da humanidade. As pessoas vivem mais em razão de melhoras na nutrição, nas condições sanitárias, nos avanços da medicina, nos cuidados com a saúde, no ensino e no bem-estar econômico. A expectativa de vida no nascimento, atualmente, está situada acima dos 80 anos em 33 países; há apenas 5 anos, somente 19 deles haviam alcançado esse patamar. Muitos dos que leem este relatório viverão até seus 80, 90, e até mesmo 100 anos (UNFPA, 2012, p. 03).

É inegável que a longevidade é uma das maiores conquistas da humanidade. Contudo, Marx já ensinou que a maioria absoluta da população é classe trabalhadora e que é sobre esta classe que se encontra um dos elementos determinantes da lei geral da acumulação capitalista: a superpopulação relativa. Se esta reflexão não estiver equivocada, o alcance da longevidade não necessariamente, será uma conquista a ser celebrada para os trabalhadores que necessitam continuar trabalhando para sobreviverem, pois o mercado não lhes oferecerá condições satisfatórias para a venda de sua força de trabalho.

Voltando a atenção para a realidade brasileira, observa-se - pelo gráfico do IBGE (2009) sobre a trajetória da população no período de 1940 até as estimativas para 2050 reproduzido a seguir -, uma comprovação do que a literatura vem afirmando sobre o chamado “bônus demográfico”. A população brasileira entrou no auge da transição demográfica a partir dos anos 2000, em que a PIA (intervalo 15 a

59 anos, segundo metodologia do IBGE) cresceu o dobro da PNEA (intervalos 0 a 14 anos e 60 anos e mais, também de acordo com esta metodologia).

#### Gráfico IV: Proporções da população brasileira por grupos etários: 1940-2050



Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 – Revisão 2008.

Fonte: IBGE (2009).

Conforme registrado inicialmente, a principal reflexão encontrada nas literaturas sobre temas demográficos em relação a este dado refere-se à associação entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico. Esta reflexão escamoteia, entretanto, o fato de que a população idosa tem retornado ao mercado de trabalho e logo, continua a contribuir para tal desenvolvimento. A população idosa também é consumidora de bens e serviços e ainda, é suporte familiar: são provedores ou cuidam dos netos para os seus filhos trabalharem. Estes elementos serão demonstrados nos próximos itens desse capítulo.

É preciso ainda tecer outras análises para compreender melhor o fenômeno da transição demográfica. A taxa de fecundidade é outra variável determinante. O crescimento da população idosa, portanto, é também fruto do decréscimo na taxa de fecundidade. Isso significa como dito inicialmente, que há um envelhecimento pela base, isto é, quando decresce o número de nascimentos no país. Em 2006 a taxa de

fecundidade alcançou, segundo o IBGE (2009), um valor abaixo do nível de reposição da população.

Durante a década de 1980, manteve-se o ritmo de declínio, chegando-se, em 2000, as estimativas da ordem de 2,38 filhos por mulher e, em 2006, de 1,99 filho por mulher, valor este indicativo de que a fecundidade no País já se encontra abaixo de seu nível de reposição, ou seja, com uma taxa de fecundidade total inferior a 2,1 filhos por mulher [...]. Trata-se de um vertiginoso e espetacular declínio num tempo bastante reduzido (30 anos), quando comparado com a experiência anterior dos países desenvolvidos, cujo processo teve uma duração superior a um século para atingir patamares similares (IBGE, 2009, p. s/p).

Isso significa que, se as estimativas estiverem próximas da realidade<sup>64</sup>, a partir de 2050, a população brasileira total começará a declinar. Vale ressaltar que para calcular a taxa de fecundidade são consideradas outras variáveis como, por exemplo, a escolaridade da mulher e as regiões do país<sup>65</sup>.

Por fim, cabe ressaltar que as mulheres são a maioria neste intervalo etário. Trata-se de uma particularidade da velhice que é explicada a partir de diversos aspectos, como a questão biológica e os aspectos externos, por exemplo. Os homens têm morrido mais por causas externas, como a violência do que as mulheres. De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas,

Globalmente, as mulheres formam a maioria das pessoas idosas. Hoje, para cada 100 mulheres com 60 anos ou mais em todo o mundo, há apenas 84 homens. E para cada grupo de 100 mulheres com 80 anos ou mais, existem apenas 61 homens. O envelhecimento é um processo que atinge homens e mulheres de forma diferente. As relações de gênero estruturam todo o curso da vida, influenciando o acesso a recursos e oportunidades com um impacto que é tanto contínuo como cumulativo (UNFPA, 2012, p. 04).

---

<sup>64</sup> O IBGE atualiza esses estudos periodicamente.

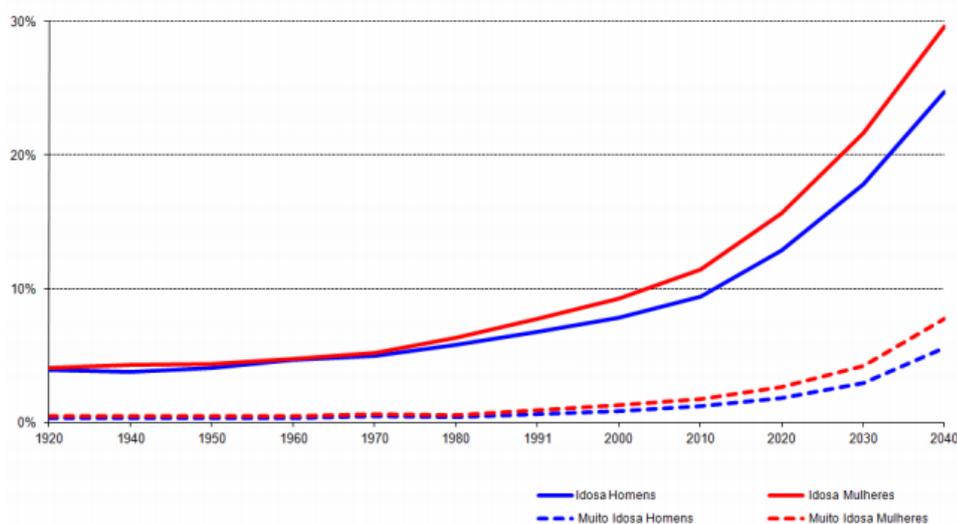
<sup>65</sup> Informações detalhadas sobre este tema consulte: IBGE (2009); CAMARANO; KANSO (2009); ALVES et all. (2010).

Concorda-se com essa passagem na medida em que revela a fragilidade da mulher idosa frente ao processo de envelhecimento e, para além disso, frente ao movimento global do capital, pode-se dizer que essa fragilidade é ainda maior. A *superpopulação relativa idosa* possui um perfil bastante claro: a maioria são mulheres, com pouca escolaridade e pouca renda. Além disso, este perfil é encontrado principalmente nos países periféricos.

Os dados brasileiros confirmam: enquanto em 1991, as mulheres eram 54% da população idosa, em 2000, passou para 55,1% (IBGE, 2009) e em 2010, esse número chegou a 55,5% dos mais de 20 milhões de idosos (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012).

O próximo gráfico ilustra a relação da feminização da velhice ao processo de longevidade também experimentado por esse grupo na atualidade, conforme já demonstrado em outros momentos. As mulheres serão 30% da população idosa, em 2040, como mostrado na projeção e também serão a maioria entre os mais idosos. Como explicam Camarano, Kanso e Mello (2004, p. 29), “A proporção do contingente feminino é mais expressiva quanto mais idoso for o segmento, fato este explicado pela mortalidade diferencial por sexo. Isso leva à constatação de que ‘o mundo dos muito idosos é um mundo das mulheres’”.

**Gráfico V: Proporção da população brasileira idosa e muito idosa por sexo**



Fonte: IBGE/Censos Demográficos e Camarano e Kanso (2009).

Fonte: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012.

Em virtude do que se registrou, enquanto dados sobre a população idosa brasileira, pode-se dizer que o envelhecimento populacional é um fenômeno irreversível e que alcançará seu auge em meados deste século, quando a população total começará a declinar. Tem se revelado, enquanto consenso, para a literatura sobre demografia, que o Brasil está vivenciando, como dito, o chamado bônus demográfico, isto é, um fenômeno em que a proporção de indivíduos adultos e em idade de trabalhar é superior à proporção de indivíduos chamados dependentes (crianças e idosos), isto é, a população não economicamente ativa. Segundo este consenso, o momento atual abarcando as estimativas para as próximas duas décadas, é onde se concentrarão as possibilidades de desenvolvimento econômico do país. É, sobretudo, o momento para o Estado e para a sociedade centrarem esforços na captação de investimentos, criando novos postos de trabalho, bem como, a urgente necessidade de o Estado centrar esforços em investimentos em políticas sociais.

Recorde, entretanto, que foi dito no primeiro item deste capítulo que todos os grupos etários cumprem um papel na expansão e acumulação de capital, e a população idosa possui lugares definidos neste processo. Considerando, ainda o papel e a natureza de classe do Estado contemporâneo, sabe-se que o modelo de Estado vigente (neoliberal) tem investido massivamente em políticas sociais focalizadas e seletivas, que arruínam os princípios de universalidade e emancipação, propondo políticas de transferências monetárias diretas e implementando serviços assistenciais pautados no princípio dos *mínimos sociais*.

Esse é o caráter da política social da primeira década do século XXI que se finalizou sem, no entanto, apresentar propostas de rupturas com o modelo liberal de fazer políticas sociais, pelo menos no caso brasileiro. O governo Dilma se mantém em continuidade com a linha de seus antecessores, principalmente do governo Lula: são políticas econômica e fiscal preservadas pela DRU (Desvinculação das Receitas da União) e ainda, sendo lançada mão das reduções de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) como forma de acelerar a economia pela via do consumo. Para Boschetti “pode-se considerar essa como uma medida de inspiração keynesiana para regular o equilíbrio entre oferta e demanda e aquecer a produção. Inegavelmente, tais medidas tiveram impacto na amenização da crise, pois o

consumo das famílias evitou uma queda ainda maior do PIB” (BOSCHETTI, 2010, p. 81). E no que se refere às políticas sociais, o atual governo apenas expandiu o que já vinha sendo desenvolvido com o Programa Bolsa Família (PBF), lançando o Programa Brasil Carinhoso, que basicamente se refere a uma renda extra aos usuários do PBF que tenham crianças de 0 a 6 anos (BRASIL, 2013). Conforme Pereira e Siqueira (2010), que citaram como exemplo o BPC, esses programas de transferência de renda mais “colocam o beneficiário na armadilha do desemprego” do que promovem partilha e distribuição da riqueza social.

Neste sentido, este estudo segue propondo uma abordagem que relaciona, no item a seguir, o envelhecimento dos trabalhadores e o papel do Estado, como forma de mostrar tantos os avanços quanto as limitações na agenda das políticas sociais brasileiras, principalmente a partir da CF 88.

### *3.30 Estado no atendimento das demandas decorrentes do processo de envelhecimento dos trabalhadores*

No segundo capítulo foi construído um referencial que classificou o Estado a partir da luta de classes. Foi dito que o Estado contemporâneo (burguês) é fruto das relações sociais, que aparecendo ser neutro e parecendo estar acima das classes fundamentais, regula e intervém no funcionamento do sistema capitalista. Desse modo, no que se refere ao trabalhador idoso e considerando algumas faces da realidade desses sujeitos, o Estado é chamado a intervir no enfrentamento das demandas sociais decorrentes.

Aos trabalhadores que envelheceram em situações de dependência revela-se uma realidade sofrida e de abandono. Enquanto fração da superpopulação que habita a esfera do pauperismo, esses idosos, em grande medida, acabam sendo abrigados nas Instituições de Longa Permanência (ILPI's) mantidas, na maior parte pela filantropia ou então pelo Estado que contribui com uma parcela ínfima dessa responsabilidade.

De acordo com uma pesquisa do IPEA (2011, p. 06), é da ordem de 65,2% o número de Instituições de Longa Permanência para idosos – ILPI's de caráter filantrópico, contra apenas 6,6% de caráter público ou misto. Os demais 28,2% são de caráter privado, isto é, possui fins lucrativos. Esses dados demonstram a forma como vêm sendo implementadas as ações da política de Assistência Social voltada para esta fração do segmento idoso<sup>66</sup>, na maioria dos municípios brasileiros. Demonstra o descaso com a velhice desamparada, sob o argumento do “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” de que se refere a Política Nacional da Assistência Social – PNAS. Os Estados da federação transferem a responsabilidade pelo atendimento dos casos de alta complexidade para as famílias e para a iniciativa filantrópica e privada da sociedade.

Aos trabalhadores que envelheceram tendo preservada a sua autonomia e independência revela-se uma realidade menos adversa. O Estado e a sociedade promovem espaços de sociabilidade e integração, pautando-se em atividades grupais como forma de elevar a autoestima, garantir qualidade de vida e estimular o chamado “envelhecimento ativo”. Os grupos e Centros de Convivência são as principais ações de proteção social ao idoso nessa perspectiva. De acordo com Borba (2011), no que se refere aos níveis de proteção social estabelecidos pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a proteção social básica é o nível de proteção que está, na atualidade, melhor estruturado e mais preparado para receber as demandas sociais, especialmente no que se refere a este grupo etário.

Ainda assim é preciso refletir que mesmo preservada a sua autonomia e independência, resguardando com isso a possibilidade de manter-se em atividade (remunerada ou não), essa fração de idosos também é superpopulação relativa, são trabalhadores excedentes que necessitam que suas demandas sejam atendidas.

Cabe ressaltar uma reflexão de Boschetti sobre a formação da proteção social no pós-guerra. Nesse período, surge em muitos países um modelo misto de proteção social que seguem lógicas distintas, porém, combinadas. Preservou-se para a política de previdência, a lógica bismarckiana ou do seguro e para as demais

---

<sup>66</sup> Sobre esse tema ver: BORBA, 2011.

políticas, a lógica da seguridade ou beveridgeana. Trata-se, portanto, de uma seguridade social constituída sob duas lógicas de proteção distintas: a lógica social ou da assistência e a lógica do seguro, forjando o referido modelo de proteção social (BOSCHETTI, 2009). O Brasil adotou mais tarde tal modelo para a seguridade já em seu nascimento no fim da década de 1980, com o agravante de na década seguinte, ter sido implantada a lógica neoliberal antes mesmo de se consolidar o seu padrão de bem-estar universal.

Nesse contexto, e nos embates da luta de classes, é construída a agenda pública para o envelhecimento brasileiro, isto é, a proteção do Estado dirigida à população idosa a partir da Constituição Federal de 1988 que considerou, além disso, as recomendações das Assembleias Mundiais sobre o envelhecimento de 1982 em Viena e de Madri, em 2002.

Considerando a seguridade brasileira como sendo um modelo misto, os subitens a seguir abordam a agenda pública de proteção social ao idoso nessa perspectiva.

### **3.3.1 A lógica social**

À lógica social são reservados os serviços assistenciais e de saúde garantidos pelos dispositivos legais conquistados nos últimos 20 anos, frutos de reivindicações de movimentos e parcelas da sociedade que se sensibilizam com a causa do envelhecimento, dentre elas: a Política Nacional do Idoso - PNI, promulgada em 1994 e o Estatuto do Idoso, em 2003, que completará 10 anos em outubro deste ano. Essas duas legislações são importantes, pois celebram a velhice e o envelhecimento como direito e garantem que as políticas sociais sejam destinadas a este segmento da sociedade brasileira, como prioridade.

Como dito, as Assembleias mundiais promovidas pela ONU tiveram um papel importante para agenda pública brasileira. A primeira assembleia mundial realizada na década de 1980, em Viena, Áustria, teve o propósito de explicitar ao mundo a

questão do envelhecimento e a necessidade se estabelecer um pacto pela atenção e incorporação da demanda da velhice nas agendas políticas dos países. Elaborou-se o I Plano de Ação Internacional com princípios e diretrizes fundamentados no mundo do trabalho, com vistas a garantir segurança econômica e social às pessoas com mais idade (ONU, 1982).

O plano contempla várias frentes no que se refere à chamada segurança econômica da população idosa e os seus princípios reforçam, em linhas gerais, a necessidade das Nações remanejarem recursos militares em prol do desenvolvimento humano; resolverem os problemas humanitários (Apartheid) e demais formas de dominação e opressão, prevalecendo o respeito aos direitos humanos<sup>67</sup>. E também o reconhecimento de que o envelhecimento ocorre com todos e é processo, de modo que “a preparação de toda a população para as etapas posteriores da vida, deverá ser parte integrante das políticas sociais e abranger fatores físicos, psicológicos, culturais, religiosos, espirituais, econômicos, de saúde, dentre outros” (ONU, 1982).

De acordo com Camarano e Pasinato (2004),

O Plano Internacional de Ação adotado na primeira Assembleia Mundial foi estruturado em forma de 66 recomendações para os estados membros referentes a sete áreas: saúde e nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia e meio ambiente, família, bem-estar social, previdência social, trabalho e educação (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 255).

Ainda de acordo com as autoras, nessa assembleia eram visadas as questões do envelhecimento voltadas mais aos países “desenvolvidos”, promovendo a concepção de idosos como

---

<sup>67</sup> A Assembleia de 1982 possui raízes na Conferência de Direitos Humanos, realizada em 1968. No contexto desta, o mundo vivia um momento de conflitos político-ideológico que influenciou mais tarde, no sentido relevar a fragilidade e as situações de vulnerabilidade do idoso. Ver: CAMARANO e PASINATO (2004).

[...] indivíduos independentes financeiramente e, portanto, com poder de compra. [...] *Suas necessidades deveriam ser ouvidas, pois agregavam valor à economia e permitiam o desenvolvimento de um novo nicho de mercado.* Por outro lado, o plano também foi fortemente dotado por uma visão da medicalização do processo de envelhecimento (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 255. Grifos nossos).

O plano, nessa perspectiva, ao mesmo em tempo que promoveu avanços no debate sobre a questão da velhice - visto que nas décadas anteriores o desamparo ao velho nos países centrais não era algo incomum, ao ponto de Beauvoir (1990) considerar, para a realidade francesa, a “velhice e pobreza quase como um pleonasma” -, se manteve voltado para as necessidades do mercado. Portanto, pode-se inferir que a preocupação da ONU e demais agentes sociais envolvidos com a segurança econômica na velhice naquele momento, estavam muito mais preocupados com a velada “segurança econômica” do mercado, isto é, estavam promovendo novas estratégias de acumulação e realização de mais-valia.

Nos anos seguintes, o tema do envelhecimento passou a ser pauta em outros fóruns e assembleias gerais da ONU. Em 1992, num desses eventos, foi pactuado que o ano de 1999 seria o “Ano Internacional do Idoso”. A partir desse momento, a concepção de velhice associada à dependência e vulnerabilidade que deu a tônica da primeira assembleia passou gradativamente a ser substituída por uma concepção de velhice associada à participação, autonomia e independência (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Passados 20 anos do evento de Viena, em 2002 foi realizada a segunda assembleia mundial sobre o envelhecimento, em Madri. Agora numa perspectiva e contexto societário distinto. O envelhecimento populacional nos países periféricos tornou-se alvo de debates, pois as características demográficas desta parte do globo tinham se alterado, revelando acelerado crescimento da população idosa. Além disso, o próprio modelo de bem-estar social sofreu profundas mudanças (até mesmo retrocessos) em função do período de estagnação econômica provocada pela crise de 1970.

Conforme explicitam Camarano e Pasinato,

A Segunda Assembleia Mundial ocorreu em um contexto bastante diferente do de Viena. Em primeiro lugar, ressalta-se a colaboração estabelecida entre o Estado e a sociedade civil. No âmbito do conselho econômico e social da ONU, aproximadamente 700 instituições não governamentais passaram a ter assento no seu conselho consultivo. Essa participação ocorreu em todos os temas (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 258).

A principal referência que norteou esse evento foi o conceito de “envelhecimento ativo” que representou, pode-se dizer, a bandeira para a temática da velhice e do envelhecimento do século XXI. O segundo plano de ação, produto dessa assembleia, avançou em relação ao primeiro no número de recomendações. Foram “239 recomendações para a adoção de medidas dirigidas aos governos nacionais, mas insistindo na necessidade de parcerias com membros da sociedade civil e setor privado para a sua execução” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 260).

A figura das parcerias com instituições sociais e privadas da sociedade civil é, sobretudo, um reflexo do contexto econômico e político das décadas que antecederam esse momento. Nos anos 2000 verificou-se a consolidação, em termos globais, do Estado neoliberal e principalmente a consolidação da mundialização da economia.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que este plano avançou em termos das recomendações, fortaleceu, em contrapartida, a premissa da atenção minimalista e partilhada com a sociedade, não conduziu as recomendações com vistas na primazia do Estado no provimento de recursos e execução de políticas públicas. O plano abarca três grandes eixos (ONU, 2002), quais sejam:

- a) *Pessoas idosas e desenvolvimento*: são 8 temas que resguardam a questão da proteção social à velhice; envelhecimento da força de trabalho; situações de emergência e erradicação da pobreza entre a população idosa, dentre outros.

- b) *Promoção da saúde e bem-estar na velhice*: composto por 6 temas que estão relacionados ao acesso universal a assistência à saúde; questões sobre saúde mental e HIV; recomendações aos prestadores de serviços e profissionais de saúde, bem como, recomendações que englobam a preservação das capacidades funcionais.
- c) *Criação de um ambiente propício e favorável*: são 4 temas que tratam basicamente da acessibilidade (moradias e condições de vida); assistência aos cuidadores; violência e maus-tratos, dentre outros.

Merece destaque<sup>68</sup>, dentre os temas que compõe os eixos, o tema 2 do primeiro eixo: “Emprego e envelhecimento da força de trabalho”. As recomendações contidas nesse âmbito possuem um caráter positivado que enaltece uma suposta necessidade do trabalhador permanecer no mercado de trabalho após a aposentadoria, como se fosse uma escolha estritamente voluntária.

É provável que se produza uma escassez de mão de obra como consequência da diminuição da reserva de pessoas jovens que vão ingressando no mercado de trabalho, do envelhecimento da mão de obra e da tendência de antecipar a aposentadoria. Nesse contexto, é indispensável adotar políticas para ampliar as possibilidades de emprego, como novas modalidades de trabalho baseadas na aposentadoria flexível, em ambientes trabalhistas adaptáveis e na reabilitação profissional para idosos incapacitados, de forma que os idosos possam combinar o emprego remunerado com outras atividades (ONU, 2002, p. 36).

Não se vislumbra qualquer argumento no decorrer do documento que tenha como premissa o recorte da luta de classes. Além disso, as recomendações aparecem num *plano abstrato* que não mensura as desigualdades regionais, nem a reestruturação do capital deflagrada no passado. Declara urgência da necessidade de criação de postos de emprego para todos os trabalhadores idosos que desejam permanecerem trabalhando, apontam sugestões, embora nobres, que esbarram e encontram resistência na lei geral da acumulação capitalista.

---

<sup>68</sup> Para efeitos das análises em curso nessa Dissertação.

[...] adotar medidas para aumentar a participação na força de trabalho de toda a população idosa para trabalhar e reduzir o risco da exclusão ou dependência num momento futuro da vida. Esta medida deve ser promovida mediante políticas como, entre outras, o aumento da participação de mulheres idosas, serviços sustentáveis de assistência à saúde relacionada com o trabalho, insistindo na prevenção, na *promoção da saúde e segurança ocupacional para manter a capacidade de trabalhar e o acesso à tecnologia, ao aprendizado continuado, à educação permanente, à capacitação no emprego, à reabilitação profissional e à medidas de aposentadoria flexíveis, assim como procurar a reintegração de desempregados e de pessoas incapazes no mercado de trabalho* (ONU, 2002, p. 37. Grifos nossos).

Camarano e Pasinato também comungam em pelo menos um aspecto da interpretação deste estudo, expresso acima. Para elas, “Tanto as estratégias propostas pelo Plano de Madri quanto por outros documentos das Nações Unidas tendem a ser por demais vagas sem considerar as diversidades regionais” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 260). Além disso, as autoras complementam que

Como qualquer outra política, a implementação do Plano de Madri depende, fundamentalmente, da alocação de recursos. O plano não previu recursos para o cumprimento das metas, muito embora a declaração política tenha reconhecido a dificuldade dos países pobres de se integrarem na economia global. Por exemplo, foi estabelecida uma meta de redução até 2015 de 50% da proporção de pessoas que vivem na pobreza extrema. No entanto, as condições para a sua realização não foram explicitadas. O mesmo ocorre com a meta de promoção de programas que permitam a todos os trabalhadores obter uma proteção social básica que compreenda aposentadorias, pensões, benefícios por invalidez e atenção à saúde (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 261).

A realidade dos países periféricos reforça tal reflexão. Como dito inicialmente<sup>69</sup>, a alocação dos recursos públicos seguem estritamente, desde a década de 1990, as recomendações do FMI. O exemplo brasileiro é fatídico: política fiscal retroalimentada por recursos sociais; políticas sociais de caráter compensatório que

---

<sup>69</sup> Esse tema será melhor explicitado no subitem a seguir.

de algum modo revelam uma releitura de políticas assistencialistas anteriores a 1988 e frágil controle social das políticas sociais. Além disso, essa realidade é reforçada por uma cultura discriminatória e preconceituosa para com as chamadas ‘minorias’; descrédito da esfera pública e frágil cultura de participação social e política.

A agenda pública brasileira para o envelhecimento, como dito inicialmente, avançou a partir de 1988, quando a Constituição, pela primeira vez, anunciou a velhice como um direito de todos e ao mesmo tempo um dever partilhado entre família, comunidade e Estado.

Os dispositivos legais que vieram após a CF 88, a Política Nacional (PNI) e o Estatuto do Idoso, se configuram como instrumentos amplos de garantias de proteção social. Garante a efetiva atuação do Ministério Público no enfrentamento dos casos de violência ou outras contingências contra o segmento idoso. Tanto no Estatuto quanto na PNI, os direitos fundamentais dos idosos são tidos como prioridades.

Conforme Neri, a PNI (Lei 8.842/94) “foi pautada em dois eixos básicos: *proteção social*, que inclui as questões de saúde, moradia, transporte, [...] e *inclusão social*, que trata da inserção ou reinserção social dos idosos” (NERI, 2001, p. 78), por meio de ações de caráter educativo e de trabalho e renda. Porém, esta política “deveria ser”, defende a autora, “um instrumento de referência fundamental para o trabalho com o segmento, porém até hoje pouco apropriado tanto pelos profissionais como pelos idosos, no sentido de exigirem a garantia de seus direitos sociais, espaços de participação política e inserção social” (NERI, 2003, p. 79).

Prado (2012) destaca que no processo de formulação da política foram deixadas de fora do processo os próprios idosos e as instituições representativas da sociedade. Desconsiderou-se também as recomendações da Associação Nacional de Gerontologia – ANG que constavam no documento “Recomendações: políticas para terceira idade nos anos 90” de 1989. Para a autora, esse documento teria sido “mais adequado para orientar a política de atenção à pessoa idosa” (PRADO, 2012, p. 88).

Teixeira, numa perspectiva mais abrangente analisa a PNI para além desses conflitos pontuais. Segundo a autora,

A PNI toma o idoso como um grupo etário, homogêneo, e mascara não apenas as desigualdades sociais, mas também a tragédia do envelhecimento para os trabalhadores. Embora a política deva ser universal, a centralidade das ações deve ser para os trabalhadores, dada a vulnerabilidade social dessa classe, principalmente quando envelhece, devendo, a partir daí, universalizar-se para atingir diversos grupos e frações dessa classe e outros grupos intermediários, já que não é para todos que o envelhecimento significa um problema social (TEIXEIRA, 2008, p. 266).

A autora realiza uma crítica fundamentada na luta de classes claramente posicionada em favor da classe trabalhadora e demonstra que apesar de ter sido uma conquista popular, a PNI está acorrentada a princípios societários capitalistas que reforçam a imagem de uma velhice rodeada de contradições.

Em outra passagem a autora desvela a fragilidade desse instrumento em sua consolidação: “A PNI é uma legislação moderna que reforça a característica brasileira de legislações complexas, ricas de proteção social, entretanto, com nítido caráter formal, legalista que não se expressa em ações efetivas de proteção” (TEIXEIRA, 2008, p. 266). Além disso, segundo a mesma autora, divide a responsabilidade da proteção social com a sociedade civil. O Estado participa como normatizador e financiador das ações, mas a execução, como foi constatado para o caso das ILPI's, é praticamente de responsabilidade total das entidades sociais.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), como um conjunto de normas cujo propósito é regulamentar e aglutinar em um único instrumento legal os direitos dos idosos, garantindo amplamente o acesso aos direitos sociais, civis e políticos, deve ser reconhecido socialmente e deve celebrado como um grande avanço no marco do direito brasileiro, mas que só foi possível graças a

[...] muitos anos de embate político”, nos quais foram protagonistas dessa luta, principalmente as “organizações sociais dos idosos

(associações, federações e confederação nacional dos aposentados e pensionistas, Associação Nacional de Gerontologia, e outras)” (PRADO, 2012, p. 91).

Para Camarano e Pasinato, “a aprovação do Estatuto do Idoso representa um passo importante da legislação brasileira no contexto de sua adequação às orientações do Plano de Madri” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 270). O Estatuto possui 118 artigos e chama a atenção das autoras, dentre outros aspectos, o fato de ter sido, no art. 15, parágrafo 3º “vedada a discriminação dos idosos nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade” (BRASIL, 2003), cujos custos seriam repassados pelos planos de saúde, encarecendo os valores para todos aos demais segurados (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Obviamente, esse seria um resultado esperado. O capital não aceitará de bom grado perder a menor fração de lucro sob qualquer hipótese. A conquista dos direitos sociais pela classe trabalhadora deve ser administrada pelo Estado, tal como propõe a interpretação de Poulantzas sobre o Estado capitalista, construída no segundo capítulo deste estudo. Recorde que foi dito que para este autor, o Estado mascara os interesses políticos da classe dominante em nome do chamado “interesse geral” e pelo exercício da força, garante a perenidade do bloco no poder, isto é, frações da classe dominante, minimizando suas contradições internas.

Para Teixeira, o Estatuto constitui

[...] um mecanismo formal, legal, que visa garantir direitos elementares da existência, da integridade da vida e do corpo, da dignidade, independentemente da condição de ‘homem econômico’, do ‘valor de uso’ ou do que tenha para trocar no mercado” (TEIXEIRA, 2008, p. 288-289).

Essa passagem a ajuda a reforçar a ideia de avanço no marco do direito (pautado na sociedade burguesa e capitalista), sob uma perspectiva que considera principalmente as relações sociais e a reprodução da vida social. A mesma autora revela sua concepção a este respeito:

A lei aponta uma tendência de transformar os idosos em “sujeitos de direitos”, ao lado de outras leis que regulam o direitos das minorias, dos “invisíveis” para o capital, do “não-rentáveis”, garantindo-lhes direitos civis, políticos e sociais. Nessa lei o idoso ingressa na condição humana, ampliando a concepção de direitos humanos “iluminista-burguesa”, entretanto, sem ruptura de fundo, mas expandindo-se para os “não-rentáveis” (TEIXEIRA, 2008, p. 289).

Os longos anos de embate político<sup>70</sup> mencionados por Prado (2012), nessa perspectiva, não podem ser apenas registrados ou homenageados, mas devem ser fortalecidos com novos embates e luta social. Será em 1º de outubro de 2013, o décimo aniversário do Estatuto do Idoso. Essa data revela, no mínimo, a necessidade de uma avaliação nos diversos âmbitos do Estado e da sociedade sobre a efetivação de fato desse dispositivo legal, no sentido de um exame sob os avanços, limitações e dificuldades no que se refere ao diálogo e à integração das políticas setoriais; à ampliação dos recursos públicos destinados aos programas e serviços que trata a PNI; ao interesse em acatar as deliberações das Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa, principalmente na resolução da contradição na elegibilidade pelo critério da idade (a partir dos 65 anos) do acesso a alguns direitos como: gratuidade do transporte coletivo; descontos em eventos culturais, cinemas e outros do mesmo gênero e, especialmente, o acesso ao BPC.

Não é objetivo adentrar e explicitar as particularidades dos benefícios, programas e projetos referendados pelas políticas de seguridade. Basta situar que no que se refere à assistência, a proteção social básica, como dito, é a que está mais estruturada e o BPC, como um programa de transferência de renda, abarca, junto com o PBF, a maior parte dos recursos do financiamento da política de assistência. A política de saúde tem enfrentado na atualidade um processo de desmonte como nunca enfrentara desde sua consolidação com o SUS na década de 1990, o que torna essa conjuntura um fator dificultador no atendimento prioritário dos idosos. Assim como na assistência, a atenção primária, na figura da Estratégia de Saúde da Família – ESF é o nível de proteção em saúde que está mais estruturado e que consegue dar melhores respostas ao atendimento aos idosos.

---

<sup>70</sup> Desde a Carta Magna de 1988 e a PNI de 1994, até o próprio Estatuto.

### 3.3.2 A lógica do seguro

À lógica do seguro reservam as normatizações referentes aos direitos previdenciários. Sob esta perspectiva merece destaque a reforma previdenciária em curso, pois tem sido sustentada sob equivocadas justificativas<sup>71</sup>: a) *mudança no perfil demográfico da população brasileira*; b) *diminuição das contribuições* – o modelo de repartição simples entrará em colapso quando inverter a razão entre contribuintes (PEA) e beneficiários (aposentados e pensionistas); c) os *riscos de inadimplência e sonegação*; d) *legislação benevolente* – regras pouco rígidas na concessão das aposentadorias; as mulheres e professores se aposentam muito cedo; e, d) *baixo crescimento da economia* – o PIB cresceu apenas 2,0 a.a na década passada.

Nesse sentido, no final da década de 1990 ocorreram as primeiras investidas. Para Marques e Mendes (2004), a Previdência brasileira é a mais organizada da América Latina, pois atinge de igual modo todos os trabalhadores e,

Ao conceder um mesmo estatuto para esses trabalhadores, o Estado brasileiro deu um importante passo na construção da ideia de nação, integrando em [...] todo o trabalhador do Norte e do Sul do país. Esse processo, ainda incompleto, avançou significativamente com a Constituição de 1988, quando, entre outros dispositivos, os benefícios foram estendidos aos trabalhadores rurais e o piso correspondente a um salário mínimo foi introduzido, o qual, na doutrina previdenciária, refere-se à renda de base, aquela que a sociedade considera ser o valor mínimo que um trabalhador na inatividade deve receber (MARQUES; MENDES, 2004, p. 08).

Contudo, esse avanço memorável esbarrou na dificuldade de atingir a todo o conjunto dos trabalhadores que estão exercendo algum tipo de atividade remunerada. “Mas isso não se deveu a alguma ‘deficiência’ do desenho da cobertura

---

<sup>71</sup> Ver: GIAMBIGI, Fábio *et al.* Diagnóstico da previdência social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar?. IPEA. **Pesquisa e planejamento econômico**. ppe, v.34, n.3, dez 2004. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/73/47>>. Acesso em: Dezembro de 2011.

e sim ao processo econômico vivenciado pelo país nas últimas décadas, com seus inevitáveis reflexos sobre o mercado de trabalho” (MARQUES; MENDES, 2004, p. 08), o que se revela como um desafio frente às reformas nas regras da aposentadoria e também do acesso aos demais benefícios previdenciários como o auxílio doença, por exemplo.

Antes da reforma, as regras para a aposentadoria eram basicamente: a média aritmética dos últimos 36 meses de contribuição; aposentadoria por tempo de contribuição, não sendo a idade um fator determinante. À época, depois de tramitar no Legislativo a PEC 20/97 e posteriormente a Lei 9.876/99, ficaram estabelecidas as seguintes regras para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS):

*A partir da vigência dessa lei o valor da aposentadoria não seria mais calculado com base na média aritmética dos últimos 36 meses de contribuição (ou no máximo um período de 48 meses) e sim pela média aritmética dos maiores salários de contribuição, corrigidos monetariamente, de, no mínimo, 80% do período contributivo do segurado. Sobre esse cálculo é aplicado um fator redutor [fator previdenciário] que varia de acordo com a idade do segurado, ou seja, o quanto de vida ele terá depois de aposentado, segundo estimativas do IBGE (MARQUES; MENDES, 2004, p. 07, grifos nossos).*

Além dessa regra ficou estabelecida a idade mínima de 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens para requerer a aposentadoria integral somado ao tempo de contribuição. Na área rural, a idade decai em 5 anos, isto é, 60 para os homens e 55 para as mulheres, sendo necessária a comprovação de que trabalhou no campo.

Para o regime dos servidores públicos

[...] o governo FHC, embora tenha conseguido aprovar modificações, não obteve sucesso naquilo que considerava fundamental: a supressão do direito à integralidade (aposentadoria de valor igual ao do provento da ativa) e do direito à paridade nos reajustes (garantia, para o valor da aposentadoria, da aplicação do mesmo indexador e percentual utilizado no reajuste dos proventos dos servidores ativos);

e a exigência de contribuição dos aposentados (MARQUES; MENDES, 2004, p. 07).

É por meio dessas frentes que no início da década seguinte, o Governo Lula impetrou novas etapas de reformas. As propostas que pretendiam mexer na integralidade da aposentadoria do funcionário público federal, bem como instituir um fundo de aposentadoria complementar só foi aprovada recentemente no Governo Dilma.

A presidente sancionou em 30 de abril de 2012 a lei 12.618 que institui

[...] o regime de previdência complementar [...] para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União” (BRASIL, 2012, Art. 1º).

Esse novo fundo foi criado com características próprias:

É a União autorizada a criar [...] as seguintes entidades fechadas de previdência complementar, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário nos termos das Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001:

I - a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Executivo, por meio de ato do Presidente da República;

II - a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União e para os membros deste Tribunal, por meio de ato conjunto dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e

III - a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), para os servidores públicos titulares de cargo efetivo e para os membros do Poder Judiciário, por meio de ato do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º *A Funpresp-Exe, a Funpresp-Leg e a Funpresp-Jud serão estruturadas na forma de fundação, de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado, gozarão de autonomia*

*administrativa, financeira e gerencial e terão sede e foro no Distrito Federal.*

§ 2º Por ato conjunto das autoridades competentes para a criação das fundações previstas nos incisos I a III, poderá ser criada fundação que contemple os servidores públicos de 2 (dois) ou dos 3 (três) Poderes.

§ 3º *Consideram-se membros do Tribunal de Contas da União, para os efeitos desta Lei, os Ministros, os Auditores de que trata o § 4º do art. 73 da Constituição Federal e os Subprocuradores-Gerais e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2012, Art. 4º. Grifos nossos).*

Essa legislação, em síntese, garante a introdução compulsória da previdência complementar, no sentido de que os trabalhadores que ingressarem, a partir da vigência da lei no serviço público-federal, que quiserem se aposentar com um valor acima do teto do INSS, terão de contribuir com o respectivo fundo complementar, citados na legislação.

Somado a tudo isso, tem-se a DRU, auge do debate quando o objetivo é desvelar o mito do déficit previdenciário. Fruto de uma proposta de emenda constitucional em 1999 e, originalmente programada para vigorar até o ano de 2003 (BEHRING, 2008), a DRU se revelou para os governos como um valioso “instrumento de gestão”, pois na proposta e na prática essa emenda garante a possibilidade de desvincular 20% dos recursos do orçamento da Seguridade para ser utilizado de acordo com as demandas e necessidades da União. Esses recursos têm sido utilizados, desde a sua criação, para compor superávit primário, reserva necessária ao pagamento de juros da dívida.

Esta estratégia de governo já é uma velha conhecida do país. Antes de se chamar “Desvinculação das Receitas da União”, era o “Fundo Social de Emergência (FSE)” em 1994, no Governo de Itamar Franco e, depois o “Fundo de Estabilização Fiscal (FEF)”, no primeiro mandato de FHC. Tornou-se DRU em 1999, no segundo mandato do Governo FHC. Antes de expirar seu prazo de validade em 2003, mais que rapidamente ganhou nova sobrevida nos mandatos do Governo Lula (2003-2010) e, recentemente foi renovada para vigorar até o ano de 2015. Foi aprovada no Senado, de acordo com os veículos de comunicação, com 55 votos favoráveis, 13 contrários e uma abstenção, pouco tempo antes de perder sua vigência em 31 de dezembro de 2011 (CONCEIÇÃO, 2012).

O Brasil assiste mais uma vez a vitória das forças do capital. A pequena trajetória dessa EC indica que a mesma se tornou a 'galinha dos ovos de ouro' dos últimos governos. Já são 18 anos de existência daquilo que deveria ser provisório. Em cifras, a aprovação da DRU para o mandato do governo Dilma, "significa R\$ 62,4 bilhões" (LIMA, 2012) em superávit, deixados de serem investidos onde lhe é devido.

A Constituição Federal de 1988 é suficientemente clara ao estabelecer na concepção de Seguridade Social: as bases de financiamento e distribuição dos recursos entre as políticas do tripé, além, é claro, das formas de controle social. O Título "Da Ordem Social" tem sido um encaixo para o Estado travestido de neoliberalismo. São inúmeras e frequentes as defesas da tese de que a CF 88 é um empecilho para o desenvolvimento econômico do país. São, nessa concepção, princípios e diretrizes rígidos e ultrapassados que não acompanham o cenário mundial.

Parece culpa do trabalhador. Ele envelhece, ele não contribui, ele tenta burlar as regras da Previdência. E assim vão sendo construídas as justificativas em torno da reforma, quando na verdade estas encobrem os investimentos em capital fictício sob a forma de títulos da dívida pública e também privada. Merece destaque a contribuição de Gentil que demonstrou que o déficit repousa sobre pobres argumentos.

Se houvesse a elaboração, de forma isolada, do orçamento da seguridade social, ficaria revelado, com clareza: 1) que o desequilíbrio orçamentário está no orçamento fiscal e não no orçamento da seguridade social ou no orçamento da previdência social; 2) que a seguridade social não recebe recursos do orçamento fiscal, ao contrário, parte substancialmente elevada de seus recursos financia o orçamento fiscal; e, 3) que não é a previdência que causa problemas de instabilidade econômica e crise de confiança nos investidores, mas é a política econômica que atinge a previdência, a saúde pública e a assistência social, precarizando serviços essenciais à sobrevivência da classe trabalhadora (GENTIL, 2007, p. 20).

Diante dessa reflexão, encoraja-se a afirmar que embora na história da política de Previdência social brasileira tenham se processado avanços memoráveis, sendo o maior deles, nessa concepção, a inclusão dos trabalhadores rurais como segurados, garantindo-lhes um salário mínimo, bem como as melhorias tecnológicas das agências do INSS, a contratação de técnicos via concursos, dentre outros, não se conseguiu consolidar uma cobertura universalista. A lógica do seguro permanece como o pilar de sustentação dessa política.

O desmonte da Seguridade Social revela que as reformas da previdência em curso desde a década de 1990, atendem aos interesses do capital garantindo ao capital fictício perenidade, por meio do pagamento dos juros da dívida pública. Independentemente das necessidades e demandas da classe trabalhadora, a reforma da previdência vem se tornando um fato perverso, dificultando cada vez mais o acesso do trabalhador a esse direito historicamente conquistado.

Os contornos da reforma da Previdência é uma das respostas do Estado que tem impactado direto na vida do trabalhador, aumentando as dificuldades dos trabalhadores na velhice. O entendimento dos técnicos do governo de que a reforma é uma forma de consertar a “legislação benevolente”, em que a idade mínima para a aposentadoria não condiz mais com a expectativa de vida dos trabalhadores e que não é possível mais resguardar a diferença de idade entre os sexos no acesso ao benefício, contribuem para o risco de uma velhice desamparada, quando muito estará resguardada pelo Benefício da Prestação Continuada se a condição do idoso estiver adequada aos critérios de concessão. Assim, obrigando o trabalhador a recorrer a outras formas de previdência. A velhice se torna uma fonte rentável para os fundos privados de pensão<sup>72</sup>.

Por todos esses elementos que envolvem o formato da Seguridade e a plena disputa pelo fundo público<sup>73</sup>, em que para Salvador (2010), o mesmo cumpre um papel de “socorrer” o capital, principalmente no que se visualizou na crise atual do sistema financeiro mundial. Dessa forma o Estado tem garantido o desenvolvimento

---

<sup>72</sup> Ver: VACCARO, Stefania Becattini. **Fundos de pensão**: um caminho socioeconomicamente viável?. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

<sup>73</sup> Capítulo 2. Item 2.4.

do sistema econômico. Recorde também que no segundo capítulo, foi dito que em momentos de crise, o Estado garante função regeneradora do sistema (MATHIAS; SALAMA, 1983), pois mesmo em sociedades mais liberais existe algum grau de intervenção do Estado, mesmo que seja em termos de política econômica.

Após estas reflexões, segue uma abordagem para a relação do envelhecimento dos trabalhadores e o capital, procurando mostrar a visão do capital a esse respeito e o devido contraponto: de caráter crítico e pautado na luta de classes, explicitando as possíveis mudanças no perfil da força de trabalho, principalmente no que se refere à reinserção do trabalhador idoso no mercado de trabalho face à realidade brasileira.

#### *3.4 O envelhecimento do trabalhador no contexto societário vigente: questões no cerne do conflito capital e trabalho*

As reflexões sobre as diversas faces da realidade do sujeito idoso, contidas no item anterior e na Introdução deste estudo, também se aplicam a essa abordagem. Pode-se dizer que apontam questões para o fenômeno da reinserção do idoso no mercado de trabalho vivenciado na sociedade capitalista com intensidade e características próprias nas últimas décadas, principalmente em virtude do aumento da expectativa de vida, bem como da melhoria das condições de saúde e apontam também questões no que se refere à realização de mais-valia, principalmente no mercado de serviços.

Os trabalhadores aposentados, nessa perspectiva, formam um grupo de idosos que estão assegurados pela proteção social sob a lógica do seguro, pois certamente durante sua vida produtiva estiveram no mercado formal de trabalho. Ainda assim, são trabalhadores que foram explorados por longos anos, por jornadas intensas e extensas de trabalho e que envelheceram e adquiriram o direito à aposentadoria, mas uma parcela significativa desse grupo precisa continuar trabalhando para manter seu padrão de vida e de sua família. Manter-se no mercado

de trabalho (formal ou mesmo informal), nessa perspectiva, não é uma opção ou escolha individual. Continua sendo uma necessidade.

Outro grupo de trabalhadores aposentados é o que basicamente se refere Beauvoir (1990): trabalhadores que “não se deram conta de que o tempo passou” e o sistema capitalista continua lhe explorando. O capital tem garantido a realização de mais-valia ou pelo menos frações dela em novo mecanismo: pelo consumo de serviços personalizados como os créditos consignados, o turismo da “melhor idade”, os seguros de previdência privada, dentre outros. Denota a face do trabalhador idoso que tem sido apropriada pelo capital, enquanto um “nicho de mercado” potencial. Como visto no item anterior, na década de 1980, o plano de Viena promovia reflexões no sentido garantir a segurança econômica do idoso dos países centrais e em consequência garantiu a segurança econômica do mercado de serviços.

Além desses trabalhadores aposentados que tem garantias de uma velhice, com possibilidades de aquisição de bens e serviços, os trabalhadores idosos “abandonados à própria sorte”, em situação de dependência, em condição de pobreza ou não, também garantem de alguma forma a realização de mais-valia. Pela pesquisa do IPEA (2011) referida anteriormente, nota-se que aproximadamente 30% das ILPI's são privadas e se somadas às de natureza filantrópica, correspondem a praticamente 90% das instituições, ou seja, são também formas de apropriação da velhice pelo capital, mesmo sendo o abrigo encarado na lógica privada, como um serviço. Os idosos institucionalizados e suas famílias que optam por essa decisão, são a clientela e no caso das filantrópicas, estas são mantidas geralmente por captação de recursos públicos, doações ou ainda pelos próprios salários dos idosos. Convém mencionar as Fundações que funcionam como parcelas de “responsabilidade social”, garantindo a dedução fiscal da empresa que a financia.

Não será possível analisar todas as possibilidades mercadológicas que investem esforços para explorar esse “novo nicho”. Privilegiou-se, nesse sentido, alguns ramos do mercado capitalista, quais sejam: o marketing, a moda, o turismo, os serviços bancários e de previdência e os serviços relacionados à proposta de saúde como os planos completos de saúde. O subitem a seguir cumpre o papel de

descrever alguns aspectos que configuram a realidade vigente, explicitando as possibilidades mercadológicas que se apresentam. O capital se propõe a vencer as barreiras do estigma e do preconceito com a velhice pela via do consumo. Além disso, também mostrará a reinserção do idoso no mercado de trabalho, sob esta mesma perspectiva: explicitando os argumentos favoráveis e que enaltecem essa prática nos tempos atuais.

#### **3.4.1 O trabalhador idoso como um potencial nicho dos mercados de trabalho e de serviços: avaliação do capital**

Conforme apontado anteriormente, para Camarano e Pasinato (2004), desde o primeiro plano internacional sobre o envelhecimento na década de 1980, a população idosa pode se tornar um grupo que demanda atenção de diversos mercados, “agregando valor a economia”. Essa passagem das autoras indica que o mercado capitalista está atento para novas relações sociais e para as mudanças de paradigmas na velhice, fazendo dessas mudanças algo favorável à acumulação.

Literaturas consultadas, cujas características teóricas demarcam posições favoráveis à sociedade capitalista tal como está constituída, explicitam a necessidade de o mercado explorar cada vez mais esse “crescente nicho”. A defesa da extinção de estereótipos e mitos que definem o idoso como um grupo dependente, vulnerável e incapaz também é uma questão relevante nessa perspectiva. Fortalece a necessidade de se investir em pesquisas de mercado, focalizando produtos e serviços personalizados que, nessa concepção, podem ser grandes aliados ao combate do preconceito com a idade.

#### ***O marketing e a publicidade***

Para Palacios (2008), as empresas de informação e comunicação precisam estar atentas para as mudanças sociais decorrentes da constatação de que há uma

irreversibilidade no envelhecimento mundial. A autora também aponta para o cuidado que as empresas do ramo precisam tomar ao adotar estereótipos para a velhice.

Os anúncios publicitários, como modo de manifestação dos discursos para a afirmação de uma *nova velhice*, concorrem para a construção de uma outra mentalidade social para a compreensão do fenômeno do envelhecimento. Fenômeno este, que vem se tornando objeto central em investigações, nos mais variados campos de conhecimento, em virtude da (unânime) constatação em torno do envelhecimento da população terrestre, como uma tendência demográfica mundial (PALACIOS, 2008, s/p).

Embora dotada de certa postura crítica, a autora reforça a imagem positiva que representa essa população para diversos ramos do mercado de serviços. Analisou, do ponto de vista da linguagem e do discurso, anúncios de prestação de serviços no ramo da saúde, previdência e turismo. Chegou a conclusão que um padrão se repetiu nas propagandas: imagem de praias e casais de idosos bem vestidos e com aparência saudável, representam o cenário e atores que melhor caracterizam a “nova velhice”, dissociada da imagem de decrepitude, solidão e mau humor - imagem da velhice no passado.

Ao mostrarem<sup>74</sup> pessoas idosas (sexagenárias?setuagenárias?) muito bem cuidadas, interessadas pela vida, felizes [...] constroem um universo enunciativo que parece querer dizer que a velhice (sempre chamada de terceira idade, melhor idade, maturidade) significa (ou pode significar) uma época de desfrute, de benesses.

As marcas linguísticas associadas à velhice confirmam que um novo ideal para o fenômeno do envelhecimento vem sendo socialmente construído, esboçado e a publicidade, em sua atividade enunciativa, como uma prática sócio-discursiva (essencialmente, uma forma de comunicação do marketing comercial) afinada com outras instâncias discursivas (a jornalística, a das ciências médicas) desempenha um papel crucial nas modernas sociedades urbanas (PALACIOS, 2008, s/p).

---

<sup>74</sup> A autora refere-se às propagandas.

A autora destaca ainda, com base em outras pesquisas, que o ramo de serviço que se sobressai para esse público é o dos créditos consignados e demais serviços bancários.

Pesquisa realizada pelo Ibope Mídia, com o objetivo de mapear os hábitos de consumo dos idosos e descobrir os mercados potenciais a serem explorados, nesta faixa da população, conclui que os produtos financeiros alcançam a maior receptividade. Das pessoas entrevistadas, 19% usam cartão de crédito, 10% já realizaram empréstimos, 7% têm previdência, 39% operam conta corrente e 9% possuem seguros de vida (PALACIOS, 2008, s/p).

Barth e Musskoph (2011) corroboram com essa concepção, no sentido de que a publicidade tem investido em propagandas que enaltecem o idoso, contextualizando-o ao mundo das tecnologias e principalmente ao mundo das redes sociais. A pesquisa dos autores descreve<sup>75</sup> a propaganda de um micro-ondas veiculada nos meios de comunicação no ano de 2011<sup>76</sup> e na concepção dos autores, “a linguagem é clara e mostra que qualquer pessoa, independentemente da idade (utilizam-se do idoso justamente para retratar isso), pode fazer parte da evolução e das novidades que são lançadas pelo mercado” (BARTH; MUSSKOPH, 2011, p. s/p).

Essa passagem aponta para uma concepção de que aprender e dominar novas tecnologias é algo do cotidiano e que mesmo o sujeito idoso, cuja visão do senso comum é a de que o idoso não está disposto a aprender ou “está velho demais” para novos conhecimentos, podem acessar e consumir esse tipo de mercadoria. A valorização do ser humano, nessa concepção, é possível pela via do consumo.

---

<sup>75</sup> Trata-se apenas de uma descrição. Sem críticas ou consenso com relação à propaganda analisada.

<sup>76</sup> O cenário da propaganda revela uma cozinha equipada, pelo que se observa nas fotos disponibilizadas no estudo, com móveis e eletrodomésticos que seguem um conceito de arquitetura e com personagens que remontam uma família típica, tradicional. A personagem central é uma idosa que se mostra bastante entendida e familiarizada com a nova tecnologia do micro-ondas, bem como com tecnologias da informação. Os demais personagens se surpreendem com a desenvoltura da idosa.

### ***Mercado da Moda***

A moda refere-se aos costumes e práticas culturais (vestuário, acessórios, adornos, entre outros) construídas socialmente e orientadas pelo mercado capitalista. Desse modo, inclusive neste ramo de atividade os olhares estão se voltando para a velhice enquanto novas possibilidades.

Para Ballstaedt, “esse segmento representa um grande nicho de mercado para novos produtos de moda, principalmente se estes, além de valores estéticos, forem direcionadas para os seus atuais interesses e necessidades como o conforto e a praticidade” (BALLSTAEDT, 2007, s/p).

A autora representou esse público em números e referendou seu poder de consumo no mercado brasileiro.

Os idosos brasileiros não se enquadram em estereótipos de vovôs que praticam esportes radicais nem de velhinhos abandonados em asilos, formam *um grupo muito heterogêneo de 15 milhões de consumidores (14% da população adulta)*, que deve chegar a 30 milhões de pessoas até 2020, *a maioria mulheres, com uma renda que soma R\$ 7,5 bilhões ao mês, o dobro da média nacional, e que têm muito mais poder de influenciar hábitos de consumo nas famílias do que se imagina*. Estas são algumas das principais conclusões de uma pesquisa inédita no Brasil sobre o perfil da terceira idade, o Panorama da Maturidade, que acaba de ser concluída pelo Indicador GfK - Instituto de Pesquisas de Consumo ([www.portaldafamilia.org](http://www.portaldafamilia.org)) (BALLSTAEDT, 2007, s/p. Grifos nossos).

Além disso, merece destaque outras assertivas da autora.

Como perfil do consumidor idoso brasileiro, podemos observar o grande bolo que está inserido tanto os “velhinhos clássicos”, aqueles que fazem tricô e jogam xadrez na praça, como outros que trabalham, viajam regularmente, fazem academia e consomem produtos e serviços altamente especializados e sofisticados. Esse

segundo grupo surge como parte de um fenômeno do envelhecimento numa sociedade em que há uma oferta enorme de alternativas e tecnologias que oferecem qualidade e prolongamento de vida.

Os dois tipos de terceira idade geram oportunidades de negócio, mas cresce o foco de atenção de grande parte dos empreendedores no segundo grupo, de olho numa mudança de comportamento do público consumidor. Afinal, trata-se de um interessantíssimo mercado, com grande e variada oferta de itens e acelerada expansão de demanda. No Brasil esse é um nicho de negócios ainda é pouco explorado.

[...]

Como previsão sobre este assunto serão os centros das atenções nos campos políticos, sociais e econômicos, transformando-se na maior força econômica do mercado consumidor (BALLSTAEDT, 2007, s/p.).

Com expectativas positivas, a autora conclui suas reflexões afirmando que o mercado brasileiro pode comemorar. “[...] no Brasil, o consumidor está mais velho e com mais dinheiro no bolso, o idoso tem o seu poder de consumo. Os profissionais que atuam na área também precisarão ser mais criteriosos porque esse novo cliente também será mais exigente e seletivo” (BALLSTAEDT, 2007, s/p.).

O estudo de Slongo *et al.* (2009) explicita além disso, a “[...] grande participação que o vestuário, os acessórios, perfumes, maquiagens e os diversos itens da moda exercem na expressão e na construção da identidade dos indivíduos”, sendo descoberto portanto, “[...] um novo consumidor que não corresponde aos estereótipos normalmente a ele associados [...] e que possui imenso potencial de consumo, vontade de participar em atividades sociais e desejo de desfrutar dos prazeres da vida” (SLONGO *et al.* 2009, p. 01).

Acrescenta-se o entendimento dos autores de que a moda, na figura do vestuário, é em primeiro plano, um aspecto da vida, isto é, “expressão e construção de identidade do indivíduo”, para o caso do segmento idoso feminino,

[...] embora continuem gostando de roupas, as mulheres da terceira idade não aparentam ter a mesma disposição, paciência e vontade de caminhar por várias lojas e procurar a roupa ideal. Este fato requer atenção daqueles que almejam atingir este público-alvo, devendo tornar os seus produtos mais acessíveis (evitando pesquisas demoradas dentro do estabelecimento) e buscando treinar funcionários para melhor atender estas pessoas, uma vez que o atendimento mostrou-se fator fundamental na hora da compra de uma roupa ou acessório (SLONGO et al. 2009, p. 14-15).

O principal encaminhamento das abordagens em evidência, portanto, é a necessidade de o mercado de moda se adequar ao novo perfil de consumidores que por possuírem renda disponível. Merecem atenção diferenciada “na hora de irem às compras”.

### ***O mercado de “turismo da melhor idade”***

O turismo e o lazer são elementos interligados diretamente, pois a busca por viagens está associada ao prazer; a conhecer novos ambientes; novas formas de diversão. Segundo a literatura consultada, na atualidade há outra associação muito importante nesse mercado: o turismo associado à práticas de saúde (FELIPE, 2006; SANT’ANNA *et al.* 2009).

A característica que mais se destaca nesses âmbitos é a questão do turismo na terceira idade garantir lucros fora dos períodos chamados de “alta temporada”.

Atualmente, muitas agências de turismo, hotéis e pousadas, em todo o país e no exterior, já oferecem descontos e condições especiais para receber os idosos. São inúmeros estabelecimentos, com serviços para o atendimento direcionado a esse setor específico e que cresce a cada ano. Mais recentemente têm surgido iniciativas que vinculam turismo, lazer e saúde como é o caso do condomínio “Solar da Gávea”, situado na Zona Sul do Rio de Janeiro, que recebe hóspedes em regime de moradia permanente, temporária ou diária, oferecendo passeios, clínica médica, fisioterapia e recreação (SANT’ANNA et al. 2009, p. 950).

Por esses elementos, os autores apresentam algumas características gerais para o mercado de turismo para o público idoso, com base em pesquisas anteriores. Trata-se de um grupo que

- [...] possui maior tempo livre em função da estabilidade na vida financeira e dos filhos já estarem criados;
- disponibilidade para viajar na baixa temporada, o que propicia maior ocupação dos equipamentos turísticos e demanda de serviços e, conseqüentemente, rentabilidade em períodos de baixa ocupação, fazendo com que sejam reduzidos os impactos econômicos negativos da sazonalidade;
- o período de viagem e hospedagem costuma ser mais prolongado;
- geralmente viajam acompanhados, o que contribui para o aumento de gastos;
- grupo mais propenso e mais fácil de se fidelizar aos serviços e produtos turísticos de qualidade (SANT'ANNA et al. 2009, p. 950-951).

A saúde física e mental do indivíduo dessa faixa etária também é levada em consideração, pois segundo Felipe (2006)

[...] o lazer na terceira idade tem um papel social a cumprir, no enfrentamento da solidão, na recuperação da autoestima e como fonte inspiração o modo de viver mais saudável [...] Dentre as diversas atividades de lazer que possibilitam a sociabilidade, a comunicabilidade e expansão do universo cognitivo do idoso, o turismo tem merecido destaque por permitir a criação de espaços voltados para o descanso, a restauração, a reabilitação, a prevenção e a cura de enfermidades (FELIPE, 2006, p. 28-29).

Essa passagem demonstra uma preocupação com a dimensão subjetiva da vida do indivíduo. O consumo de serviços turísticos que resguardam os espaços para descanso, ambientação e boa nutrição (foco da pesquisa da autora), possuem maiores chances de se estabelecerem na concorrência do mercado de serviços turísticos. Para Schein et al. (2009), “[...] os produtos destinados ao mercado

maduro devem respeitar três critérios fundamentais: conveniência, segurança e conforto, assim, o consumidor da terceira idade estará menos vulnerável a correr riscos físicos, sociais e financeiros” (SCHEIN et al. 2009, p. 346).

### ***Serviços bancários (“ativos financeiros”) e previdência privada***

A população idosa, de acordo com literaturas consultadas, é a parcela da população que possui renda. São consumidores que pouparam ao longo da vida, podendo, na velhice, desfrutar dessa poupança. Para Neri, Carvalho e Corsi,

Poupar para a velhice advém do desejo individual de manter um padrão estável de consumo ao longo do ciclo da vida. Em função disso, os indivíduos abrem mão de uma parcela de consumo durante a vida ativa para poder estabilizar o padrão de consumo na velhice, quando, em geral, ocorre uma queda no rendimento do trabalho (NERI; CARVALHO; CORSI, 2004, p. 482).

Com base numa pesquisa de Comportamentos financeiros da Abecip<sup>77</sup>, realizada em 1987, os autores demarcaram que a preferência do brasileiro por serviços bancários era a poupança.

[...] 53% dos adultos possuíam algum ativo financeiro. Essa proporção aumenta à medida que caminhamos para grupos mais velhos, de 48% entre os mais jovens para 57% entre os mais velhos. *Essa pesquisa também revela que o ativo financeiro mais popular no Brasil é a caderneta de poupança: 82% dos indivíduos que possuem algum ativo financeiro possuem cadernetas de poupança. Os poupadores com mais de 50 anos são os que mais utilizam a caderneta (87%).* A alta proporção de aplicadores em caderneta entre a população significa que pouco se perde quando se restringe o espectro de ativos financeiros a esse ativo (NERI; CARVALHO; CORSI, 2004, p. 497. Grifos nossos).

A opção pela caderneta de poupança entre os mais velhos é justificada, segundo os autores,

---

<sup>77</sup> Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança.

[...] por dois motivos: primeiramente por estes não terem participado tão ativamente das inovações do mercado financeiro, como fundos de ações, operações em mercado aberto etc. Em segundo lugar, eles tendem a ser mais conservadores e a caderneta de poupança é considerada uma das aplicações financeiras mais seguras (NERI; CARVALHO; CORSI, 2004, p. 498).

Outro aspecto importante nesse quesito se refere à contratação de plano de previdência privada. Segundo os mesmos autores, ainda prevalece entre os trabalhadores a opção pela previdência pública. “A taxa de contribuição privada é quase dez vezes menor do que a social, em média. Os percentuais são 2,68% e 20,31%, respectivamente” (NERI; CARVALHO; CORSI, 2004, p. 501). Além disso, a contribuição previdenciária se distribui da seguinte forma: “Os que contribuem para a previdência pública são mais uniformemente distribuídos nas faixas entre 25 e 50 anos, com o pico na faixa de 35 a 40 anos (41,57%). Já o pico da contribuição para previdência privada está na faixa de 45 a 49 anos (4,36%)” (NERI; CARVALHO; CORSI, 2004, p. 502).

Nota-se que a opção pela previdência complementar privada é mais comum entre a população adulta que está se aproximando da velhice. Para essa perspectiva em voga, isso se deve, em grande medida ao fato de que é nessa faixa de idade que geralmente os trabalhadores estabilizam-se financeiramente, bem como no trabalho e demais dimensões da vida, optando pelo desfrute dessa poupança na “melhor idade”, investindo/consumindo outros serviços, tais como aqueles citados anteriormente: “turismo sênior”; moda e beleza; entre outros.

Sobre a contratação de empréstimos consignados, outra modalidade de serviços oferecidos aos mais velhos, Gomes (2011) afirma que “surgiu a partir de 2004 com a Lei 10.820 publicada no Diário Oficial da União em 17 de dezembro de 2003. Atualmente, chega a representar 60% das operações de crédito pessoal”, sendo que representaram em 2010 “[...] R\$ 136 bilhões, conforme informado pelo Banco Central do Brasil, para um total de crédito no mercado que atingiu, aproximadamente, R\$ 1 trilhão de reais” (GOMES, 2011, p. 02).

Esse autor procurou alertar para os possíveis riscos na contratação desse tipo de serviços financeiro, mas referendou que se trata de uma linha de crédito que pratica taxas abaixo do valor de mercado, beneficiando pensionistas e aposentados do serviço público e privado. Conforme apontam Freire e Muritiba,

[...] existem em todo o País 56 milhões de contratos firmados de empréstimo consignados. Esse mercado movimenta atualmente R\$ 120 bilhões e levanta preocupações principalmente por causa do endividamento dos aposentados que usam essa modalidade de empréstimo.

[...]

Na faixa salarial de um a três salários mínimos, os empréstimos pessoais tiveram como valor médio R\$ 3,3 mil e, na contratação via cartão de crédito, R\$ 570,40. Já na faixa acima de três salários mínimos, o valor médio de cada empréstimo na modalidade de crédito pessoal e cartão de crédito foram R\$ 6 mil e R\$ 729, respectivamente (FREIRE; MURITIBA, 2012, p. 23).

Como último elemento nesse quesito, a defesa de práticas empreendedoras na terceira idade como alternativa para o futuro da economia e da previdência. Freire e Muritiba (2012) sugerem que seja incluído um item no Estatuto do idoso a esse respeito. Para as autoras, o envelhecimento da população,

Por um lado aumenta o potencial de consumidores e desperta o empreendedorismo para novos negócios focados nesse público alvo. Em 2012, esperava-se que os consumidores com 60 anos ou mais movimentem cerca de R\$ 402,3 bilhões. Esse valor é 45% maior do que há cinco anos, quando movimentaram R\$ 219 bilhões (IBGE, 2010).

Mas apesar desse reflexo positivo, outros podem impactar negativamente na economia, pois sete em cada dez aposentados têm renda mensal garantida pela Previdência Social, cujos fundos podem não suportar maior demanda e, somente 20% da renda deles depende da relação com o mercado de trabalho (FREIRE; MURITIBA, 2012, p. 15).

O empreendedorismo é motivado, segundo as autoras, tanto por uma questão de necessidade quanto por oportunidade. O grupo de idosos é pouco aproveitado nesse ramo. Poderiam gerar novos postos de trabalho.

Hoje o Governo se preocupa mais em como reduzir a saída de recursos da Previdência Social tendo ações, como por exemplo, prorrogando o número de anos para se aposentar. O foco deveria estar na geração de novas receitas e os próprios idosos poderiam contribuir para a geração de novos empregos e, conseqüentemente, novas receitas para a Previdência Social (FREIRE; MURITIBA, 2012, p. 23).

Essa é uma perspectiva que acredita que o sistema previdenciário brasileiro atual está em falência e a solução para o problema não está em “punir” o trabalhador aumentando os anos de contribuição e a idade limite para se aposentar, mas, ao contrário, a alternativa mais precípua estaria na geração de novas receitas. O trabalhador idoso, na aposentadoria, se tornaria um empregador. Trabalhando por conta própria, faria um bem para a sociedade, criando novas micro e pequenas empresas como “empreendedores individuais”. Essa modalidade de exploração do trabalho permite que o trabalhador “se liberte” de sua condição de assalariado (explorado pela “ditadura do trabalho abstrato”) e se torne “patrão”.

### ***Os planos suplementares de saúde***

Por fim, o mercado voltado para a assistência em saúde. Este setor do mercado é nutrido por uma gama da população idosa que possui ou não renda, pois o uso continuado de medicamentos é comum nessa faixa etária e os planos de saúde possuem uma diversidade de coberturas: os idosos podem ser dependentes dos planos dos filhos; podem usufruir do plano da empresa da qual se aposentou; podem contratar uma operadora individualmente, dentre outras situações.

Segundo Albuquerque et al. (2008),

O mercado de planos privados é expressivo no sistema de saúde brasileiro. Em dezembro de 2006, envolvia 44,7 milhões de vínculos de beneficiários, dos quais 82,7% planos de assistência médica e 17,3% a planos exclusivamente odontológicos, 2.070 empresas operadoras, mais de vinte mil planos e milhares de prestadores de serviços (ALBUQUERQUE et al. 2008, p. 1424).

No que se refere ao público idoso, os autores afirmam que “passou de 22,7%, em dezembro de 2000, para 25,6%, em dezembro de 2006” (ALBUQUERQUE et al. 2008, p. 1425) na quantidade de cobertura de planos suplementares. De maneira geral, os autores informam também que o perfil da população que contrata planos de saúde está delimitado em torno, principalmente, da renda, da escolaridade e ocupação no mercado de trabalho.

Os planos de saúde privados são contratados pela parcela da população que de um modo geral está ou esteve inserida no mercado formal de trabalho.

É maior entre os residentes nas áreas urbanas e nos estados com maior renda e maior oferta de emprego formal e de serviços de saúde, situação encontrada nas regiões sudeste e sul do país, nas quais a maioria das capitais apresenta taxas de cobertura superiores a 40%, a exemplo de Vitória (67,6%), São Paulo (59,2%), Rio de Janeiro (49,0%) e Florianópolis (44,9%) (ALBUQUERQUE et al. 2008, p. 1424-1425).

Infere-se que mesmo com o processo de precarização do sistema público de saúde, a população brasileira, de maneira geral, não possui renda disponível para usufruir desse mercado privado. Ainda assim, o investimento na privatização do SUS é massivo nos tempos atuais.

Portanto, entende-se que é na esfera da circulação que a mais-valia se realiza retornando ao ciclo como valor a ser novamente disposto no processo de produção da riqueza. O consumo, nesse sentido, cumpre o papel, nesta esfera, de potencializar a transformação da mercadoria (seja material ou sob a forma de um

serviço) em mais valor. Recorde o processo de reprodução - rotação e ciclo global<sup>78</sup> - do capital precisa ser ininterrupto, sendo que na segunda etapa do ciclo (M'---D'), o “capital-mercadoria” se torna “capital-dinheiro”. Tem revelada, nesse sentido, o objetivo fundamental desses novos “nichos de mercado” personalizados ao público idoso na contemporaneidade. Se na aparência, o consumo dos “ativos financeiros”, do “turismo da melhor idade”, dos “planos suplementares de saúde”, da moda, dentre outros se mostram como alternativa ao preconceito pela idade, na essência, são grandes fomentadores da realização da mais-valia para a acumulação e a concentração da riqueza socialmente produzida nas mãos do capitalista.

### ***O idoso no mercado de trabalho***

Algumas empresas veem o trabalhador idoso como um trabalhador que agrega valor pela sua experiência de vida, além de “manter viva a memória organizacional” da empresa (UYEHARA; CÔRTE, 2006). Esse pensamento é exceção no mundo do mercado de trabalho.

Uyehara e Côrte apresentam um estudo de caso de uma empresa alimentícia (fábrica de Biscoitos Festiva), “[...] que está na contramão de outras organizações, empregando idosos por iniciativa de seu presidente” (UYEHARA; CÔRTE, 2006, p. 108). A valorização do trabalhador idoso perpassaria pela dimensão do acúmulo de experiência e de sabedoria. Parece que a iniciativa de tal empresa promove um grande ato de nobreza e abnegação, cuja visão do próprio presidente da empresa pesquisada parece ser progressista, democrática e de “responsabilidade social”.

Em linhas gerais, as características ressaltadas tanto pelo presidente da empresa quanto pelos funcionários sobre o trabalhador idoso foram: os idosos são atenciosos e observadores; pontuais; leais à empresa; executam as tarefas no prazo; ajudam a prevenir os desperdícios de matéria prima, dentre outras. Para as autoras, “[...] a Festiva cria um ambiente organizacional favorável à diversidade, ou

---

<sup>78</sup> Capítulo 1. Item 1.2.

seja, propício ao compartilhamento de saberes, onde o velho ensina o que sabe ao jovem, a produtividade melhora, e ao final todos ganham, empresa e empregados” (UYEHARA; CÔRTE, 2006, p. 110).

As autoras concluem esse estudo propondo que “[...] se articule de forma mais propícia a valorização de recursos humanos existentes. Esse é um fator macroeconômico e demográfico que deve ser considerado no planejamento estratégico das empresas modernas para agregar valor aos seus produtos/ serviços” (UYEHARA; CÔRTE, 2006, p. 121).

Os trabalhadores idosos ainda inseridos no mercado de trabalho, numa perspectiva mais abrangente, são “5,4 milhões [...] com ou sem carteira assinada (IBGE, 2012)” (FREIRE; MURITIBA, 2012, p. 23). Na avaliação das autoras, ainda é um contingente pequeno. Reflete um perfil do mercado de trabalho brasileiro ainda voltado à população jovem e adulta.

Há divergências quanto a essa questão. Para Furtado, verificam-se altas taxas de participação da população idosa no mercado de trabalho: “não é um fenômeno novo”.

O percentual de homens com pelo menos 60 anos de idade, ocupados ou procurando trabalho, esteve sempre acima de 40% do número total de indivíduos dessa coorte, desde a década de oitenta. Da mesma forma, a proporção de mulheres idosas economicamente ativas manteve-se relativamente constante ao longo do último quarto de século (FURTADO, 2005, p. 11).

São informações que reforçam a existência de força de trabalho mais velha e, logo, mais experiente retornando ou permanecendo no mercado de trabalho. No entanto, vale frisar que esses são argumentos que remontam opiniões favoráveis à atual condução da sociedade, sendo que as empresas, no seu “papel social”, podem promover uma sociedade mais justa, igualitária e com oportunidade para todos. A visão de Cimbalista (2001) é a expressão mais contundente disso:

Espera-se que num futuro breve, as empresas sejam julgadas pelas suas ações, pelo seu compromisso com o social, com a ética pelo foco nas pessoas (funcionários, clientes, fornecedores, concorrentes e cidadãos em geral) e com o meio ambiente. Como já ocorre na Europa, é muito provável que a sociedade brasileira escolha produtos, bens ou serviços mediante análise da responsabilidade social exercida pela empresa. O lucro será mútuo, ganhando-se também uma sociedade mais justa e humanizada (CIMBALISTA, 2001, p. s/p).

Desse modo, considerando todas essas concepções, conclui-se provisoriamente que o capital também se mantém atento às mudanças no perfil da população (demográfico, social, econômico e político), que é ao mesmo tempo trabalhadora e consumidora, e busca explorá-las pela via dos “nichos de mercados”, “novos empreendimentos” ou seja, setores da economia capitalista que precisam estar constantemente se atualizando<sup>79</sup> para manterem seu padrão de acumulação. O Estado, como foi constatado, está a serviço da acumulação capitalista. Produz informação e os dados de pesquisas oficiais, como as do IBGE e do IPEA. São informações valiosas, inclusive nesse terreno.

#### **3.4.2 Os mercados de trabalho e de serviços e o trabalhador idoso: avaliação da crítica marxista**

Foi possível observar, a partir do conteúdo reunido no subitem anterior, que o mercado possui linguagem própria e também está atento às mudanças societárias em curso. Adotou a concepção de idoso ativo e de que este deve ser respeitado por ser um consumidor importante, na medida em que possui renda disponível. Utiliza-se das bandeiras de luta dos movimentos em prol da velhice: a defesa da dignidade e a participação em sociedade como forma de promover e expandir o mercado dos serviços e agora, como nova tendência, a reinserção ou permanência do trabalhador

---

<sup>79</sup> Lançam mão das pesquisas de mercado; planos de negócios; teorias econométricas e ergonômicas, que nessa concepção, são as estratégias para continuarem na “guerra da competição” entre capitais e extração e realização de mais-valia.

com mais de 60 anos<sup>80</sup> no mercado de trabalho, ainda que de forma marginal ou tímida.

Esse é o verdadeiro retrato por detrás da pintura da “valorização do indivíduo” na fase da velhice. O consumo de mercadorias e serviços não faz do indivíduo, ser social e sujeito da transformação de sua história ou da construção da história de uma Nação. Já dizia Marx, no primeiro capítulo de O capital, “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2001, p. 57. Livro I, v.1).

Há uma fragmentação da classe trabalhadora provocada pela lógica competitiva do mercado. Essa lógica de competição faz com que a própria classe trabalhadora reivindique, de forma individual, o acesso ao consumo de bens e serviços que não compõem as necessidades básicas da reprodução de sua força de trabalho. Ao mesmo tempo, a sociedade do consumismo incute a lógica de que a realização e a satisfação pessoal só serão alcançadas consumindo as grandes marcas aceitas e legitimadas socialmente. Trata-se do consumo, orientado pelo desejo da fantasia, que é na realidade, o consumo movido pelo fetiche da mercadoria, do dinheiro e do capital.

### ***O fetichismo do capital e a alienação do trabalhador***

Carcanholo (2011) abordou o tema do fetichismo tomando como partida uma analogia aos objetos<sup>81</sup> símbolos de algumas sociedades, que pela crença ou fé, lhes foram atribuídos poderes naturais ou sobrenaturais. “A carranca é um fetiche, e o fenômeno da mente humana de atribuir poderes à escultura, ao pedaço de madeira, e de tornar o ser humano submisso e dependente dela é o que caracteriza o fetichismo” (CARCANHOLO, 2011, p. 87).

---

<sup>80</sup> Em algumas literaturas e em dados oficiais como a Pesquisa mensal de emprego; o Mapa do emprego no Brasil do IBGE, além dos relatórios do DIEESE, o recorte etário é a partir do 50 anos.

<sup>81</sup> Carrancas dos barqueiros do Rio São Francisco no Brasil e os Totens indígenas de aldeias norte-americanas e mexicanas (CARCANHOLO, 2011, p. 85-87).

O mesmo ocorre na sociedade capitalista. “Nós, na sociedade atual, moderna, avançada, desenvolvida, *high tech*, do capitalismo globalizado (vestidos com Armani, com relógios Rolex, caneta Mont Blanc para assinar correspondências redigidas em um *notebook*), temos, também, nosso fetiche-deus” (CARCANHOLO, 2011, p. 88). Essa é uma descrição que traduz perfeitamente o atual significado do valor de uso das mercadorias. Não se trata mais do valor de uso em si, mas de um valor fetichizado. O “desejo da fantasia”, determinado pelo capital, faz com que o trabalhador não se reconheça (como sujeito histórico) no e pelo trabalho, mas apenas e alienadamente no consumo, na dimensão do *ter*. O *ser* e o *ter* se confundem, parecendo significar a mesma coisa e o capital consegue realizar na mente do trabalhador essa perversidade.

O capital e o dinheiro são nossos fetiches, os fetiches deuses do nosso tempo. [...]. Ele, o capital, compra, vende, emprega, paga, faz os preços subirem ou baixarem, provoca crises, destrói nações, mata de fome, confia e fica preocupado, desconfia, elege ou destitui presidentes. Mais do que tudo isso, ele gera, por si mesmo, mais riqueza, lucro, mais capital (CARCANHOLO, 2011, p. 89-90).

O autor está se referindo ao capitalismo da contemporaneidade, bem como às teorias neoclássicas que atribuem características humanas ao mercado: os índices de confiança; a saúde do mercado, etc. Em outra passagem, o autor traz mais uma definição do fetichismo que ajuda a elucidar essa temática e desvela a dificuldade da classe trabalhadora - especialmente a subalterna ou, pode-se dizer, a classe trabalhadora em situação de pobreza e superexploração -, em atribuir a sociedade do assalariamento a responsabilidade pela sua condição de pobreza e miséria.

O fetichismo é mecanismo regulador das relações sociais na sociedade capitalista, permite o funcionamento e a regulação indireta do processo de produção, da distribuição e da apropriação por meio do mercado. Além disso, *o fetichismo é um fenômeno indispensável na preservação da ordem capitalista. Por meio dele, o conjunto dos seres humanos, em particular, os subalternos, acreditam que o mundo é regido por determinações naturais, por leis naturais e imutáveis*, por forças naturais, tais seres (e todos eles, especialmente os subalternos) convertem-se em escravos: “o mundo sempre foi

assim e nada há a fazer”. Sua impotência, autoatribuída torna-se real, concretiza-se (CARCANHOLO, 2011, p. 94. Grifos nossos).

O capital fetiche é, portanto, um manto que obscurece as relações sociais. “Esse fetichismo do mundo das mercadorias decorre [...] do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias” (MARX, 2001, p. 94. Livro I. v. 1). O autor se refere principalmente ao caráter do trabalho abstrato. Recorde que foi dito, no primeiro capítulo, que é essa dimensão do trabalho que gera o excedente e faz com seja consumido de forma capitalista o valor de uso da força de trabalho.

Merece destaque a reflexão de Iamamoto (2008) sobre “a invisibilidade do trabalho e a radicalização da alienação”:

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa *inversão de sujeito e objeto*, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da autoalienação humana (IAMAMOTO, 2008, p. 48. Grifos nossos).

O fetichismo, portanto, é o mecanismo que faz com que as relações sociais sejam determinadas pela mercadoria, num primeiro momento: matéria que possui valor social que em processo de valorização capitalista, realiza-se na esfera da circulação e torna-se capital: valor sem conteúdo material ou um fantasma, como preferem Marx (2001) e Carcanholo (2011), em um segundo momento. O trabalhador, sujeito do processo produtivo e a mercadoria, objeto desse mesmo processo, invertem os papéis. Converte-se “[...] a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Esse caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeira e conduz à potenciação da exploração do trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p. 48).

Ocorre desse movimento um processo de “[...] esvaziamento das necessidades humanas, que se expressam, entre outras dimensões, na descartabilidade das mercadorias” (IAMAMOTO, 2008, p. 53) e também ou principalmente na

descartabilidade das relações sociais: “[...] o capital subordina, aos seus fins de valorização, toda organização da vida em sociedade: a economia, a política e a cultura” (IAMAMOTO, 2008, p. 53).

É por essa ótica que a reflexão de Teixeira (2008) sobre a pseudovalorização da velhice retorna a este estudo com um novo significado: reconsiderando a interpretação da autora, o “consumo manipulado de bens e serviços” pelo segmento idoso é mais uma forma de fetiche do capital. As mercadorias e serviços personalizados para esse público aparecem como alternativa de autorrealização e integração social pela via do consumo (aparência do fenômeno), mas, na realidade, cumprem apenas o papel de mistificar a sociedade do consumo. Em outras palavras, há pseudovalorização da velhice, por um lado e há valorização do capital pela apropriação da velhice, por esse mesmo mecanismo de consumo manipulado de bens e serviços, por outro. A ótica da “pseudovalorização” desvela apenas uma parte da essência.

### ***A reinserção ou permanência do trabalhador com mais de 60 anos no mercado do trabalho***

Segundo publicação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), houve crescimento, em 2011, do nível de emprego no Brasil:

**Brasília, 11/05/2011** – Considerando-se a idade da população brasileira, dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais 2010) revelam que houve elevação do nível de emprego em todas as faixas etárias, sendo que entre jovens e pessoas idosas essa elevação foi mais significativa.

Na faixa etária entre 16 a 17 anos, a expansão do nível de emprego foi de 19,06%, quase o triplo do crescimento médio registrado no período: 6,94%. *O número de trabalhadores com mais de 65 anos cresceu 12,77%, enquanto aqueles entre 50 a 64 anos somaram 10,28% a mais em 2010.* Esses desempenhos são bastante favoráveis quando comparados com os observados nas demais faixas etárias, que oscilaram entre 5,38% a 7,08% (MTE, 2011. Grifos nossos).

Parece haver uma tendência de crescimento da população idosa no mercado de trabalho, contrariando a cultura do estigma e preconceitos com a idade. Entretanto, esses dados não exprimem os tipos e condições de trabalho aos quais esta população acaba se inserindo. Segundo Coutrim (2006),

Dados da ONU demonstram que uma parcela expressiva da população acima dos 60 anos ainda está no mercado de trabalho. Tais pesquisas revelam que as atividades exercidas por esse grupo populacional não são mais leves que as exercidas pelos jovens, isto é, o grau de esforço físico dos idosos no trabalho é médio e a contribuição de sua renda para a família é muito importante (COUTRIM, 2006, p. 86).

A tabela a seguir relaciona a PIA<sup>82</sup> e as grandes regiões do Brasil para o ano de 2009. Somando as duas últimas faixas etárias (intervalos de 50 a 59 anos e 60 ou mais), tem-se aproximadamente 41 milhões<sup>83</sup> de pessoas em idade ativa.

---

<sup>82</sup> A definição de população em idade ativa, segundo o IBGE, são todos os indivíduos a partir dos 10 anos de idade aptos a exercer algum tipo de trabalho. “A população em idade ativa é desagregada em três subgrupos mutuamente exclusivos (ocupados, desocupados e não economicamente ativos)” (IBGE, s/d.).

<sup>83</sup> Essa estimativa é resultado da soma dos valores para cada região e as referidas faixas etárias, multiplicado por um mil.

**Tabela 1: População em idade ativa (PIA) por faixa etária – 2009**  
(em 1.000 pessoas)

**TABELA 2**

**População em idade ativa (PIA) por faixa etária**

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2009 (em 1.000 pessoas)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Faixa etária (em anos)								Total
	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou +	
<b>Norte</b>	<b>1.675</b>	<b>1.545</b>	<b>1.457</b>	<b>1.420</b>	<b>2.350</b>	<b>1.678</b>	<b>1.162</b>	<b>1.134</b>	<b>12.422</b>
Acre	81	66	67	69	99	70	52	47	550
Amapá	67	66	67	59	105	60	41	39	504
Amazonas	379	351	323	300	534	382	256	225	2.750
Pará	796	739	708	693	1.132	754	546	556	5.924
Rondônia	154	157	142	142	214	217	133	112	1.270
Roraima	54	40	39	46	64	48	30	20	341
Tocantins	143	125	113	112	202	148	104	135	1.082
<b>Nordeste</b>	<b>5.450</b>	<b>5.188</b>	<b>4.984</b>	<b>4.686</b>	<b>7.884</b>	<b>6.435</b>	<b>4.555</b>	<b>5.646</b>	<b>44.827</b>
Alagoas	356	345	297	254	439	368	265	321	2.644
Bahia	1.477	1.353	1.343	1.287	2.195	1.777	1.290	1.566	12.288
Ceará	899	851	803	733	1.207	1.035	713	903	7.143
Maranhão	704	631	616	593	883	695	476	589	5.186
Paraíba	360	374	334	327	573	456	315	437	3.176
Pernambuco	830	824	774	738	1.361	1.065	769	961	7.321
Piauí	354	304	277	269	462	372	277	365	2.680
Rio Grande do Norte	282	311	324	303	469	405	267	331	2.691
Sergipe	189	196	217	184	294	260	186	172	1.698
<b>Sudeste</b>	<b>6.707</b>	<b>6.514</b>	<b>6.640</b>	<b>6.816</b>	<b>12.287</b>	<b>11.413</b>	<b>9.179</b>	<b>10.225</b>	<b>69.781</b>
Espírito Santo	320	288	297	305	539	461	375	375	2.960
Minas Gerais	1.809	1.758	1.679	1.664	3.024	2.796	2.157	2.445	17.332
Rio de Janeiro	1.235	1.209	1.196	1.264	2.353	2.260	1.976	2.376	13.871
São Paulo	3.343	3.259	3.467	3.582	6.370	5.896	4.671	5.029	35.618
<b>Sul</b>	<b>2.344</b>	<b>2.423</b>	<b>2.199</b>	<b>2.291</b>	<b>4.093</b>	<b>4.086</b>	<b>3.184</b>	<b>3.406</b>	<b>24.026</b>
Paraná	964	939	832	882	1.646	1.531	1.169	1.238	9.201
Rio Grande do Sul	872	915	858	868	1.549	1.589	1.317	1.499	9.467
Santa Catarina	509	568	509	541	899	966	699	669	5.359
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.245</b>	<b>1.266</b>	<b>1.218</b>	<b>1.260</b>	<b>2.282</b>	<b>1.828</b>	<b>1.326</b>	<b>1.326</b>	<b>11.751</b>
Distrito Federal	219	233	247	264	430	349	240	204	2.185
Goiás	546	524	519	517	969	782	569	593	5.018
Mato Grosso	258	285	259	277	499	399	286	281	2.542
Mato Grosso do Sul	223	224	194	202	384	300	231	248	2.006
<b>BRASIL</b>	<b>17.421</b>	<b>16.936</b>	<b>16.498</b>	<b>16.473</b>	<b>28.896</b>	<b>25.440</b>	<b>19.406</b>	<b>21.736</b>	<b>162.807</b>

■ Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Foram consideradas, na composição etária da PIA, as pessoas com 10 anos ou mais

FONTE: DIEESE, 2011, p. 17-18.

Esse é um valor significativo. Representam 25,2% da população total. E no que se refere à PEA, que engloba todos os trabalhadores inseridos no mercado

formal ou informal; à procura de emprego; trabalhando por conta própria ou mesmo desempregados, dentre outros, os dados do DIEESE e do MTE mostram que para esse mesmo intervalo etário, isto é, as faixas entre 50 e 60 anos e mais, há 19,7 milhões de pessoas. Representam 19,4% da PEA. A tabela 2 traz esses números fragmentados por região.

Infere-se, a partir desses dois primeiros indicadores que o perfil de trabalhadores com mais idade<sup>84</sup> é representativo perante o total da população brasileira em idade ativa, porém, entre a PIA e a PEA, observa-se uma diferença de 5,8% dos trabalhadores. Desses, podem estar incluídos o aposentados que não necessitam retornar ao mercado para complementar renda; aqueles que optam por não retornar ao mercado, mas certamente, há também trabalhadores que não conseguirão retornar, embora necessitem continuar trabalhando para sobreviverem. Merece destaque a definição de PEA para os órgãos oficiais: “É a parcela da população em idade ativa que está ocupada ou desempregada” (DIEESE, 2011, p. 95).

---

<sup>84</sup> Identificar-se-á essa população como “pessoas com mais idade”, pois estão incluídas aquelas na faixa estaria entre 50 e 59 anos.

**Tabela 2: População economicamente ativa (PEA) por faixa etária – 2009  
(em 1.000 pessoas)**

**TABELA 5**

**População economicamente ativa (PEA) por faixa etária**

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2009 (em 1.000 pessoas)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Faixa etária (em anos)								Total
	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou +	
<b>Norte</b>	<b>163</b>	<b>643</b>	<b>1.015</b>	<b>1.137</b>	<b>1.945</b>	<b>1.381</b>	<b>845</b>	<b>406</b>	<b>7.536</b>
Acre	10	28	50	56	84	60	40	17	345
Amapá	3	20	44	46	84	49	28	11	285
Amazonas	26	118	220	240	434	322	191	70	1.621
Pará	75	306	475	548	932	600	387	193	3.515
Rondônia	25	80	108	115	180	181	99	46	834
Roraima	2	16	29	37	53	39	20	7	202
Tocantins	23	75	90	95	178	130	80	62	733
<b>Nordeste</b>	<b>623</b>	<b>2.265</b>	<b>3.655</b>	<b>3.702</b>	<b>6.409</b>	<b>5.129</b>	<b>3.111</b>	<b>1.842</b>	<b>26.735</b>
Alagoas	34	126	190	185	331	273	170	89	1.398
Bahia	195	682	1.051	1.045	1.861	1.492	917	559	7.800
Ceará	119	393	627	590	989	835	506	353	4.412
Maranhão	73	263	427	451	698	544	322	177	2.956
Paraíba	22	127	211	245	433	335	195	116	1.684
Pernambuco	84	318	544	564	1.076	793	473	233	4.085
Piauí	55	143	203	219	397	323	220	164	1.726
Rio Grande do Norte	29	130	239	251	379	325	177	105	1.635
Sergipe	13	82	162	151	246	209	131	46	1.040
<b>Sudeste</b>	<b>342</b>	<b>3.147</b>	<b>5.453</b>	<b>5.889</b>	<b>10.542</b>	<b>9.356</b>	<b>6.079</b>	<b>2.645</b>	<b>43.452</b>
Espírito Santo	21	154	242	265	466	384	259	126	1.918
Minas Gerais	172	915	1.374	1.442	2.600	2.351	1.505	855	11.215
Rio de Janeiro	26	387	905	1.065	1.985	1.808	1.305	507	7.990
São Paulo	122	1.690	2.932	3.116	5.490	4.812	3.009	1.157	22.330
<b>Sul</b>	<b>191</b>	<b>1.339</b>	<b>1.843</b>	<b>2.000</b>	<b>3.587</b>	<b>3.414</b>	<b>2.225</b>	<b>1.145</b>	<b>15.744</b>
Paraná	77	510	677	751	1.432	1.272	815	404	5.939
Rio Grande do Sul	64	476	716	751	1.356	1.344	954	531	6.193
Santa Catarina	50	353	450	497	799	798	456	210	3.612
<b>Centro-Oeste</b>	<b>109</b>	<b>631</b>	<b>974</b>	<b>1.054</b>	<b>1.958</b>	<b>1.517</b>	<b>947</b>	<b>454</b>	<b>7.643</b>
Distrito Federal	6	92	194	224	363	292	161	43	1.373
Goiás	62	290	421	435	835	644	406	210	3.300
Mato Grosso	27	143	201	225	424	329	207	107	1.664
Mato Grosso do Sul	14	107	157	170	336	252	174	94	1.305
<b>BRASIL</b>	<b>1.428</b>	<b>8.025</b>	<b>12.939</b>	<b>13.781</b>	<b>24.441</b>	<b>20.797</b>	<b>13.208</b>	<b>6.490</b>	<b>101.110</b>

Fonte: IBGE, Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: A PEA é composta por pessoas de 10 anos ou mais que estavam ocupadas ou desocupadas

FONTE: DIEESE, 2011, p. 20-21.

Em outras palavras, é a classe trabalhadora em sua totalidade. É inclusive a superpopulação relativa. Já no que se refere à população ocupada (tabela 3), o

DIEESE trouxe no relatório consultado duas definições: a utilizada pelo IBGE e a sua própria

Definição utilizada pelo IBGE: São as pessoas que têm algum trabalho remunerado ou não. Incluem-se as pessoas que possuem trabalho, mas não estavam trabalhando por motivo de doença, férias, greves etc. Definição utilizada pelo DIEESE: São os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente; possuem trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho; não se incluem as pessoas que de forma bastante excepcional fizeram algum tipo de trabalho (DIEESE, 2011, p. 95).

De acordo com as definições nessa passagem, são consideradas, portanto, como ocupadas as pessoas que exercem alguma atividade laboral, independentemente do vínculo empregatício ou remuneração, isto é, podem ser trabalhadores cuja força de trabalho é e/ou está sendo absorvida pelo processo produtivo do capital ou pode ser força de trabalho também repelida por esse processo produtivo. Denota, sobretudo, a funcionalidade de todos os trabalhadores na sociedade capitalista. Produzindo mais-valia, ou exercendo pressão sobre o valor da força de trabalho (uma das funções da superpopulação relativa), os trabalhadores com mais idade são apropriados e expropriados pelo capital, cuja compreensão, nesse sentido, deve, necessariamente, passar pela dimensão da dialética, pois se trata de um movimento dual, cujos processos são mútuos e não se excluem.

**Tabela 3: Estimativa dos ocupados por faixa etária – 2009 (em 1.000 pessoas)****TABELA 8****Estimativa de ocupados por faixa etária**

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2009 (em 1.000 pessoas)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Faixa etária (em anos)								Total
	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou +	
<b>Norte</b>	<b>147</b>	<b>512</b>	<b>859</b>	<b>1.012</b>	<b>1.817</b>	<b>1.321</b>	<b>822</b>	<b>399</b>	<b>6.889</b>
Acre	9	23	43	52	80	59	39	17	324
Amapá	2	12	34	38	78	45	27	11	248
Amazonas	23	95	174	209	398	303	183	69	1.455
Pará	67	240	407	487	873	574	378	190	3.216
Rondônia	23	66	96	105	169	175	98	45	777
Roraima	1	13	25	32	49	38	20	7	183
Tocantins	21	63	79	88	170	126	78	61	686
<b>Nordeste</b>	<b>588</b>	<b>1.805</b>	<b>3.053</b>	<b>3.275</b>	<b>5.943</b>	<b>4.878</b>	<b>3.007</b>	<b>1.819</b>	<b>24.367</b>
Alagoas	33	99	156	158	302	257	166	88	1.258
Bahia	182	536	870	920	1.723	1.414	882	550	7.076
Ceará	113	328	547	535	933	810	493	350	4.109
Maranhão	71	214	366	413	659	526	316	177	2.742
Paraíba	21	101	184	217	405	316	188	114	1.546
Pernambuco	78	239	430	474	961	733	450	226	3.590
Piauí	52	128	184	206	382	316	218	164	1.650
Rio Grande do Norte	27	96	193	222	348	311	172	103	1.473
Sergipe	12	62	123	129	230	195	124	46	921
<b>Sudeste</b>	<b>271</b>	<b>2.291</b>	<b>4.627</b>	<b>5.296</b>	<b>9.814</b>	<b>8.897</b>	<b>5.821</b>	<b>2.575</b>	<b>39.592</b>
Espírito Santo	17	114	215	241	434	369	250	124	1.765
Minas Gerais	146	722	1.203	1.316	2.457	2.256	1.456	844	10.401
Rio de Janeiro	20	268	742	949	1.835	1.711	1.238	493	7.254
São Paulo	88	1.187	2.467	2.790	5.088	4.561	2.878	1.113	20.172
<b>Sul</b>	<b>164</b>	<b>1.093</b>	<b>1.659</b>	<b>1.863</b>	<b>3.431</b>	<b>3.304</b>	<b>2.161</b>	<b>1.128</b>	<b>14.802</b>
Paraná	61	413	603	700	1.371	1.231	790	397	5.566
Rio Grande do Sul	58	388	638	690	1.290	1.297	929	524	5.815
Santa Catarina	45	292	418	472	770	776	442	206	3.421
<b>Centro-Oeste</b>	<b>88</b>	<b>486</b>	<b>843</b>	<b>961</b>	<b>1.847</b>	<b>1.459</b>	<b>915</b>	<b>441</b>	<b>7.040</b>
Distrito Federal	3	55	158	194	336	277	153	42	1.218
Goiás	50	228	365	398	783	621	394	204	3.043
Mato Grosso	23	117	184	207	408	319	201	103	1.561
Mato Grosso do Sul	12	87	136	162	320	241	168	92	1.217
<b>BRASIL</b>	<b>1.258</b>	<b>6.187</b>	<b>11.041</b>	<b>12.406</b>	<b>22.852</b>	<b>19.858</b>	<b>12.726</b>	<b>6.362</b>	<b>92.689</b>

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Os dados referem-se às pessoas de 10 anos ou mais, que estavam ocupadas na semana de referência da pesquisa

FONTE: DIEESE, 2011, p. 24-25.

O número de trabalhadores com mais idade na definição de ocupados, a partir dos dados fornecidos pela tabela 3 (que foi apresentada acima), correspondem a pouco mais de 19 milhões de pessoas. Em relação a esse total de trabalhadores

brasileiros, representam cerca de 20,5% de trabalhadores. Observa-se também que são nas regiões *sudeste* e *nordeste* que se encontram a maior concentração de trabalhadores com mais idade. São duas regiões com características bastante diferenciadas uma da outra. A primeira é mais desenvolvida economicamente, com um PIB de 55,4% em 2010<sup>85</sup> e a região nordeste, participou da economia nacional com 13,5% do PIB em 2009<sup>86</sup>.

Com relação aos empregos formais registrados no ano de 2009, o percentual da população com mais idade que se encontra nesta situação, correspondem a 14,2% da população brasileira total. Na tabela 4 é possível observar que apenas 0,8% são trabalhadores idosos.

**Tabela 4: Distribuição dos empregos formais por faixa etária - 2009**

**TABELA 50**

**Distribuição dos empregos formais por faixa etária**

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2010 (em %)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Faixa etária (em anos)							Total <sup>(1)</sup>
	Até 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou +	
<b>Norte</b>	<b>0,5</b>	<b>15,3</b>	<b>18,3</b>	<b>31,9</b>	<b>20,7</b>	<b>12,5</b>	<b>0,8</b>	<b>100,0</b>
Acre	0,4	13,9	17,6	31,2	21,6	14,3	1,2	100,0
Amapá	0,4	13,1	17,5	32,7	22,1	13,2	1,1	100,0
Amazonas	0,6	14,5	18,1	32,5	21,0	12,5	0,9	100,0
Pará	0,3	14,6	19,0	32,5	20,4	12,4	0,8	100,0
Rondônia	1,0	19,4	17,8	28,8	20,1	12,1	0,7	100,0
Roraima	0,4	14,4	18,0	31,8	21,6	12,9	1,0	100,0
Tocantins	0,6	15,9	17,6	32,2	21,2	11,9	0,7	100,0
<b>Nordeste</b>	<b>0,3</b>	<b>14,7</b>	<b>17,5</b>	<b>30,5</b>	<b>22,2</b>	<b>13,9</b>	<b>1,0</b>	<b>100,0</b>
Alagoas	0,3	14,0	16,5	31,1	23,4	14,0	0,8	100,0
Bahia	0,3	14,2	18,3	31,9	21,5	13,1	0,8	100,0
Ceará	0,3	17,0	18,1	29,3	21,0	13,1	1,2	100,0
Maranhão	0,2	14,1	17,6	31,2	21,5	14,3	1,1	100,0
Paraíba	0,2	12,8	16,3	29,0	23,9	16,8	1,1	100,0
Pernambuco	0,2	15,1	17,3	30,6	22,3	13,6	0,9	100,0
Piauí	0,3	12,4	16,5	30,3	23,3	16,1	1,1	100,0
Rio Grande do Norte	0,4	14,9	17,0	28,7	23,6	14,5	0,9	100,0
Sergipe	0,3	14,6	17,5	30,1	23,0	13,7	0,8	100,0

<sup>85</sup> VEJA. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/participacao-do-sudeste-no-pib-encolhe-informa-ibge>>. Acesso em: Abril de 2013.

<sup>86</sup> Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Nordeste\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil)>. Acesso em: Abril de 2013.

<b>Sudeste</b>	<b>1,1</b>	<b>17,4</b>	<b>17,1</b>	<b>28,6</b>	<b>21,4</b>	<b>13,6</b>	<b>0,9</b>	<b>100,0</b>
Espírito Santo	1,3	17,6	17,5	28,5	21,1	13,4	0,7	100,0
Minas Gerais	1,1	18,0	16,7	28,2	21,6	13,5	0,8	100,0
Rio de Janeiro	0,5	14,0	16,1	28,6	22,9	16,6	1,3	100,0
São Paulo	1,2	18,3	17,5	28,6	20,9	12,8	0,8	100,0
<b>Sul</b>	<b>1,7</b>	<b>18,8</b>	<b>16,7</b>	<b>27,5</b>	<b>21,9</b>	<b>12,8</b>	<b>0,6</b>	<b>100,0</b>
Paraná	1,5	18,6	16,4	28,3	21,9	12,7	0,7	100,0
Rio Grande do Sul	1,6	17,5	16,5	26,9	22,7	14,1	0,7	100,0
Santa Catarina	2,2	21,1	17,2	27,1	20,9	11,1	0,5	100,0
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1,1</b>	<b>18,2</b>	<b>17,3</b>	<b>29,3</b>	<b>21,0</b>	<b>12,5</b>	<b>0,7</b>	<b>100,0</b>
Distrito Federal	0,8	17,7	16,8	29,3	22,1	12,6	0,8	100,0
Goiás	1,3	18,4	17,3	29,1	20,5	12,8	0,7	100,0
Mato Grosso	1,4	19,3	18,0	29,6	19,9	11,4	0,6	100,0
Mato Grosso do Sul	1,1	17,4	17,3	29,4	21,3	12,9	0,7	100,0
<b>BRASIL</b>	<b>1,0</b>	<b>17,1</b>	<b>17,2</b>	<b>29,0</b>	<b>21,6</b>	<b>13,4</b>	<b>0,8</b>	<b>100,0</b>

■ Fonte: MTE. Rais  
 Elaboração: DIEESE  
 Nota: (1) Inclui ignorados

FONTE: DIEESE, 2011, p. 78-79.

Esse dado pode significar, portanto, que entre os trabalhadores com idade igual ou superior a 60 anos, que correspondem a 6,4 milhões de pessoas na categoria “ocupados”, estão no mercado informal, trabalhando por conta própria, exercendo as chamadas atividades irregulares, dentre outros. Conforme Coutrim,

Fora do mercado de trabalho [formal] e, em muitos casos, sem nenhuma qualificação profissional, o indivíduo que vive da rua não pertence ao exército de mão de obra reserva. Apartado do consumo, o sujeito que se encontra nessas condições, em muitos casos é considerado desmerecedor de respeito e suspeito de atividades criminosas. Esses trabalhadores convivem dia a dia com a violência e falta de estrutura urbana adequada (que ofereça banheiro, proteção contra a chuva, locais adequados de circulação de carrinhos). Os idosos que exercem essas profissões [catadores de materiais recicláveis, camelôs, pipoqueiros e outros] enfrentam todos esses problemas juntamente com os mais jovens (COUTRIM, 2006, p. 90).

Por fim, a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas do Brasil. Pelos dados da tabela 6, parece ter havido um decréscimo no desemprego no país em todas as faixas etárias no intervalo de 2007 a 2010. A tabela 5 aborda, para a população com mais idade também os trabalhadores com mais de 40 anos. Em

2010 registrou-se uma taxa média de desemprego de 13,6%<sup>87</sup> para as sete maiores regiões metropolitanas. Salvador e Recife foram as capitais que registraram os maiores índices de desemprego, com mais de 7%. Essas duas capitais influenciaram para que a média de desemprego nas capitais metropolitanas brasileiras ultrapassassem os 10%.

**Tabela 5: Desemprego por faixa etária – 2007 a 2010**

**TABELA 40**

**Taxas de desemprego por idade**

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2007-2010 (em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Idade											
	10 a 14				15 a 17 <sup>(1)</sup>				18 a 24			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
São Paulo	39,3	50,4	nd	49,5	48,3	46,0	46,1	44,9	24,5	21,8	23,1	20,5
Porto Alegre	nd	nd	nd	nd	42,4	37,7	41,4	30,2	22,6	20,4	21,0	17,0
Belo Horizonte	nd	nd	nd	nd	47,6	40,4	44,9	43,1	21,6	17,6	19,6	16,6
Salvador	nd	nd	nd	nd	51,8	45,2	46,1	44,6	37,9	36,7	34,7	32,1
Recife	nd	nd	nd	nd	43,8	47,5	47,3	45,2	37,6	36,1	36,9	32,2
Distrito Federal	nd	nd	nd	nd	63,4	63,8	65,5	64,9	30,9	29,5	28,5	24,7
Fortaleza	nd	nd	nd	nd	nd	nd	30,7	28,2	nd	nd	22,0	19,2
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	25 a 39				40 e mais							
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010				
São Paulo	12,4	10,8	11,8	9,8	8,2	7,4	7,5	6,3				
Porto Alegre	11,8	10,0	10,0	8,2	7,1	6,1	6,2	4,6				
Belo Horizonte	10,0	8,2	8,5	6,9	5,7	4,5	4,9	4,0				
Salvador	20,3	19,6	19,5	16,5	11,3	10,3	10,3	7,9				
Recife	19,0	19,4	18,7	15,7	9,1	9,2	9,3	7,6				
Distrito Federal	14,4	13,6	13,0	11,1	7,8	6,9	6,3	4,9				
Fortaleza	nd	nd	10,3	8,4	nd	nd	4,7	3,5				

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os dados de Porto Alegre, Recife e Distrito Federal se referem a faixa etária de 10 a 17 anos. Obs.: Médias anuais

FONTE: DIEESE, 2011, p. 63-64.

Independentemente de terem sido registradas queda na taxa de desemprego, ele permanece alto no Brasil. Do ponto de vista da realidade do trabalhador que está fazendo parte desse percentual, a degradação moral e social exercida pela sociedade rebate sobre seus ombros com um peso muito grande.

<sup>87</sup> Resultado obtido somando-se os valores registrados no período, dividido pelo número de regiões metropolitanas.

Parece, nesses termos, contraditório afirmar que o desemprego no Brasil diminuiu nos últimos anos, pois em tempos de “capital fetiche” o trabalhador fica imerso na “ditadura do trabalho abstrato”. E mesmo não empregado, o trabalhador “ocupado”, o trabalhador pertencente à “PEA” permanecem trabalhando. Coutrim (2006), pesquisando trabalhadores idosos que exercem atividades nas ruas das metrópoles (camelôs; engraxates; pipoqueiros e outros), apresentou uma reflexão que revela duplamente a expropriação do trabalhador idoso do mercado formal da economia: “[...] enquanto idoso (já aposentado em muitos casos e, portanto, com a aposentadoria funcionando como elemento de exclusão) e enquanto trabalhador sem qualificação para o atual mercado formal” (COUTRIM, 2006, p. 98). A aposentadoria, nesse sentido, também acaba se tornando um instrumento de exclusão, principalmente para aqueles cuja renda da aposentadoria não é suficiente para reproduzir sua força de trabalho.

Embora ainda permaneçam visões estereotipadas e estigmatizadas da velhice e do envelhecimento, foi possível observar que o trabalhador idoso cumpre um papel importante no que se refere à PEA brasileira. Os demógrafos compreendem, como se observou anteriormente, que o Brasil está vivendo o momento propício para o desenvolvimento econômico dado o crescimento e o processo de estabilização da estrutura populacional, no sentido de que, até 2020, o Brasil terá uma população adulta compondo a maioria absoluta da população. Sabe-se, porém, que os grupos dos idosos e dos longevos estão conquistando seu espaço na sociedade.

O próprio capital vê nessa população, possibilidades mercadológicas e reconhece que não é mais possível e estratégico, para manter e expandir a acumulação, reproduzir tais estigmas e cultuar o padrão de beleza jovem, esguio e sem rugas. Além, por exemplo, do mercado de moda direcionado às idosas, investem-se massivamente nos mercados chamados *plus size*, isto é, as mulheres gordas passam a ser “valorizadas” pelo seu “tamanho GG”. Além desses grupos específicos haverá outros mais que o mercado estará pronto a explorar: é, sem dúvida, “a desvalorização do mundo humano” em detrimento da “valorização do mundo das coisas” (Marx).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões que se processaram durante todos os capítulos dessa Dissertação, muitas questões surgiram. Mesmo o trabalhador idoso que retorna ao mercado de trabalho em busca de autoafirmação ou em busca de novos projetos de vida, torna-se parte do mecanismo de acumulação. Nessa condição, tal trabalhador enquadra-se, de algum modo, à forma flutuante da superpopulação relativa.

Em virtude das limitações desse estudo, não foi possível adentrar na dimensão das particularidades e necessidades individuais dessa parcela do segmento idoso. Para dar conta dessa investigação talvez fosse necessário lançar mão de outros procedimentos metodológicos que levam a uma pesquisa empírica, como entrevistas em profundidade e até mesmo grupos focais, que, por hora, fugiriam do escopo desse trabalho. Sem dúvidas, a particularidade da reinserção do trabalhador idoso, na dimensão da concepção do sujeito, pode se configurar como um novo objeto de pesquisa, na medida em que poderia dar voz ao sujeito em suas necessidades e ansiedades, nessa fase da vida.

A pesquisa revelou que os mitos e estereótipos que caracterizam a velhice como dependente, sem autonomia, sinônimo de sofrimento e ausência de beleza física estão aos poucos sendo superados. A sociedade capitalista já percebeu a velhice como fonte de possibilidades mercadológicas e, nesse sentido, fonte de realização da mais-valia. A rotação do capital e a renovação dos seus ciclos no processo produtivo dependem, além da exploração de força de trabalho na esfera produtiva, do consumo das mercadorias. Como afirmou Tavares (2009), mercadoria parada não gera lucros ao capital. Gera, sim, crise.

Por outro lado, é preciso dizer também que, embora a tônica dos debates nacionais e internacionais seja o envelhecimento ativo e participativo, o preconceito e a discriminação pela idade ainda existem. O Estatuto do Idoso, no caso brasileiro, como um instrumento de garantia de direitos, por si, não é suficiente para garantir uma velhice autônoma e participativa em sociedade. O mundo de sofrimento dos velhos dependentes, abandonados, na maioria das vezes, institucionalizados é um mundo desconhecido do restante da sociedade, inclusive é objeto de

desconhecimento dos próprios idosos que gozam de saúde, que podem se locomover e acessar todos os aspectos da vida social.

Como parte integrante dessa reflexão, cabe retomar, novamente neste trabalho, que o ano de 2013 é o ano que o Estatuto do Idoso completará uma década. Muitas questões poderiam incidir sobre o significado deste aniversário. No último capítulo algumas assertivas levaram a refletir sobre o papel do Estado e da sociedade perante as lacunas que ainda persistem na agenda de políticas públicas para a população idosa. Naquele momento da reflexão, surgiram questões a respeito das limitações e dificuldades no que se refere ao diálogo e à integração das políticas setoriais; à ampliação dos recursos públicos destinados aos programas e serviços que trata a PNI; ao interesse em acatar as deliberações das Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa. É preciso refletir também se as políticas destinadas aos idosos como parte da estrutura das políticas de Seguridade satisfazem as necessidades de fato dessa população.

O debate da centralidade do trabalho também ajudou a elucidar a problemática da apropriação e expropriação da velhice pelo capital. Não restam dúvidas de que o trabalho permanece central na sociedade do “capital fetiche”. Merece destaque as reflexões de Antunes, pois fortalecem a perspectiva da luta social.

No sólo es posible, sino absolutamente necesario, concebir una forma de sociabilidad que rechace el trabajo abstracto y asalariado, rescatando el original sentido del trabajo como actividad vital. Por eso creemos que un imperioso desafío de nuestro tiempo es construir un nuevo sistema de metabolismo social, un nuevo *modo de producción y de vida* fundado en la actividad *libre, autónoma y auto-determinada*, basada en el *tiempo disponible para producir valores de uso socialmente necesarios*, contra la producción *hétero-determinada* (basada en el tiempo excedente para la producción exclusiva de valores de cambio para el mercado y para la reproducción del capital). El trabajo abstracto no nació con el trabajo en su forma primigenia, sino con la interferencia e interposición de la “segunda naturaleza” (para utilizar también una expresión de Marx) introducida por la mediación del dinero como capital en todas las actividades humanas y especialmente, en el trabajo. Por lo tanto el primer desafío, a nuestro entender, es eliminar el *trabajo abstracto* – creación debida a las *mediaciones provenientes de la introducción de la “segunda naturaleza”* (ANTUNES, 2010, s/p.).

O Estado, por intermédio do fundo público, tem socorrido o capital da crise atual. O capitalismo seria impensável sem a utilização de recursos públicos (SALVADOR, 2010). Essa “parceria” entre Estado e capital coloca inúmeras barreiras às demandas da classe trabalhadora. Poulantzas, nesse sentido, mostrou como os interesses da classe dominante se reconvertem em interesse geral. Quando, veio à tona a reflexão do fetichismo, essa questão ficou ainda mais clara. O fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do capital faz com que as necessidades dos trabalhadores sejam guiadas por uma lógica que cria necessidades supérfluas, isto é, que não garantem a realização da práxis humana, fazendo-as parecer uma escolha individual, quando, é, em grande medida, uma relação social alienada.

Guiou também as reflexões, a formação da superpopulação relativa. Observou-se que Marx, em seu tempo encerrara os idosos na categoria do pauperismo. Os poucos trabalhadores que resistiam ao processo de superexploração do trabalho, ganhavam como “prêmio” na última fase da vida, uma profunda situação de miséria. Beauvoir também sinalizou a relação imediata entre velhice e pobreza, na França na década de 1960. Isso significa que a complexificação das relações sociais de produção, aprofundaram a situação de exploração dos trabalhadores. Para Tumolo (2003), o

[...] domínio sobre praticamente todas as atividades humanas, sobre a produção social da vida e redução generalizada do preço da força de trabalho combinada com um imenso (e insolúvel) contingente supérfluo de trabalhadores, [...] são] os ingredientes fundamentais para o controle do capital sobre a vida dos trabalhadores. *A subsunção real do trabalho e a subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital transformam-se, na contemporaneidade, em subsunção real da vida dos trabalhadores ao capital* (TUMOLO, 2003, p. 174. Grifos nossos).

Além disso, como fruto do movimento histórico, os velhos na contemporaneidade não habitam apenas a esfera do pauperismo. Fruto também das lutas sociais, a classe trabalhadora tem conquistado o “direito ao envelhecimento”. Pela aposentadoria ou mesmo através das políticas assistenciais de transferência monetárias, os idosos possuem alguma renda. Isso significa que podem ainda

permanecer em situação de miséria e indignação, mas são também trabalhadores que transitam pelas demais formas de superpopulação relativa.

Os idosos aposentados, nessa perspectiva de análise, seriam funcionais para que o capital mantenha o controle absoluto do valor da força de trabalho, pois até mesmo o valor das aposentadorias é determinado pela correlação de forças que atuam na sociedade. O Estado, como “garantidor de trocas satisfatórias” entre capital e trabalhadores, parecendo neutro e acima da luta de classes (SALAMA, s/d), regulará o valor dos “salários indiretos” na forma de políticas sociais de modo a permitir esse controle total do capital sobre o trabalho. A reforma previdenciária brasileira, em curso, tem revelado muitos retrocessos na garantia desse direito, que mesmo de caráter contributivo e, longe de pertencer a uma lógica universalista e equitativa, foi fruto das lutas sociais travadas entre os trabalhadores e capitalistas.

Portanto, esses elementos ajudam a elucidar a proposta de análise da heterogeneidade da velhice. Conforme Teixeira (2008) há no interior da composição do próprio segmento idoso diferenças e desigualdades. Verifica-se a constituição de duas categorias de idosos:

Uma delas dos trabalhadores idosos, que mesmo aposentados (87% entre os idosos do sexo masculino, e 78% entre idosas mulheres são cobertos pela aposentadoria e assistência social), [...] encontramos [...], graus de desigualdades extremas que se reproduzem na velhice dos trabalhadores que tiveram as piores condições de vida e trabalho ao longo do ciclo da vida (TEIXEIRA, 2008, p. 303).

São esses trabalhadores idosos, “que tiveram as piores condições de vida e trabalho” que permanecem trabalhando, de forma marginalizada e precária e por isso, são os alvos mais certos da expropriação pelo capital, na velhice, dentro dos aspectos que foram aqui considerados. Já os trabalhadores idosos, que não se encontram em situação de pobreza, possuem altos níveis de escolaridades e desfrutam de saúde e qualidade de vida - e que por esse motivo não são objetos comuns das pesquisas – de acordo com o que foi aqui construído, configuram-se como os trabalhadores potencialmente mais apropriados e expropriados pelo capital.

Os idosos que possuem renda acima da média de renda da classe trabalhadora (proletária) são os principais alvos dos novos mercados personalizados de bens e serviços e permanecem no mercado de trabalho (acessam, mais facilmente, o mercado formal, com todas as contradições inerentes), por uma escolha individual e sem que percebam, continuam sendo explorados e pior, destituídos de “novos” direitos sociais, pois já são aposentados, logo, não precisam mais recolher a contribuição social.

A lógica híbrida da Seguridade Social brasileira ajuda a produzir esses dois grupos de idosos distintos, pois é usuário da assistência social, o idoso pobre e marginalizado e é usuário da previdência, o idoso reconhecido formalmente durante a vida produtiva.

Por fim, a revisão da hipótese que norteou essa pesquisa. Pode-se dizer que não foi possível confirmá-la em sua totalidade, pois, com base nos principais argumentos reunidos, registra-se a heterogeneidade da velhice determinada pelo seu caráter de classe, na medida em que duas velhices distintas se revelaram: o trabalhador idoso e em situação de miséria e abandono está factivamente excluído das relações sociais capitalistas, mas é, por outro lado, funcional, juntamente com os demais integrantes da superpopulação relativa, na função de controle do capital sobre o valor da força de trabalho. Já os trabalhadores idosos que possuem renda disponível ao consumo e à realização do “tempo livre”, a eles, especificamente, que se voltam os “nichos mercadológicos” de serviços.

Nesse sentido, conclui-se que é fato indiscutível que o atual e acelerado processo de envelhecimento está alterando as respostas do Estado diante dessa manifestação da questão social, e em relação a ela, e na sua direção o capital incorpora estratégia para sua reprodução ampliada. A agenda de políticas revela, enquanto tendência, a restrição do mesmo à função de “[...] normatização, ao estabelecimento de diretrizes e princípios, de regras e normas que uniformizam as ações dispersas, os mecanismos de fiscalização, etc., uma regulação externa, sem a responsabilidade pela proteção social, exceto para os mais pobres entre os pobres” (TEIXEIRA, 2008, p. 308). Considerando ainda que na literatura consultada há um consenso de que o envelhecimento é uma conquista da humanidade, uma

nova questão emerge: Seria a “conquista do envelhecimento”, na realidade, “gordas migalhas” (Marx) oferecidas pelo capital aos trabalhadores nos tempos atuais?

## REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. Movimientos sociales y ciudadanía democrática. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida; PEREIRA, Camila Potyara. **Marxismo e Política social**. Brasília: Ed. Ícone, 2010.

ALBUQUERQUE, Ceres et al. A situação atual do mercado da saúde suplementar no Brasil e apontamentos para o futuro. In: **Revista Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2008, vol.13, n.5, pp. 1421-1430. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n5/08.pdf>>. Acesso em: Março de 2013.

ALVES, José Eustáquio Diniz; VASCONCELOS, Daniel de Santana; CARVALHO, Angelita Alves de. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. IPEA. **Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 10**. 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1528.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1528.pdf)>. Acesso em: Janeiro de 2013.

AQUINO, Dayani Cris de. A lei geral da acumulação capitalista e a teoria de crise baseada na escassez de força de trabalho. In: **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, p. 77-98. Editora UFPR, 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/economia/article/view/17169/11301>>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. La dialéctica entre trabajo concreto y trabajo abstracto. **Revista Herramienta**. nº 44. Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-44/la-dialectica-entre-el-trabajo-concreto-y-el-trabajo-abstracto>>. Acesso em: Janeiro de 2013.

BALLSTAEDT, Ana Luiza Maia Pederneiras. **Comportamento e Estilo de Vida da População Idosa e seu Poder de Consumo**. 2007. Disponível em: <[http://fido.palermo.edu/servicios\\_dyc/encuentro2007/02\\_auspicios\\_publicaciones/actas\\_diseno/articulos\\_pdf/A004.pdf](http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auspicios_publicaciones/actas_diseno/articulos_pdf/A004.pdf)>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

BARTH, Mauricio; MUSSKOPH, Moris Mozart. Arquétipos na publicidade e propaganda. In: **Revista Temática**. Ano VII, n. 09 – Setembro/2011. Disponível em: <[http://www.insite.pro.br/2011/setembro/arquetipos\\_publicidade\\_propaganda.pdf](http://www.insite.pro.br/2011/setembro/arquetipos_publicidade_propaganda.pdf)>. Acesso em: Março de 2013.

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elaine Rossetti. O capitalismo monopolista de Estado: um conceito a serviço da práxis política. In: **Política social no capitalismo tardio**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivaneti; BEHRING, Elaine Rossetti (orgs). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo, Cortez: 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivaneti et al. (Orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BORBA, Roberta Daniel de Carvalho Fernandes. **Um estudo sobre a estruturação da rede de proteção social voltada à população idosa no município de Vitória**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Vitória, 2011.

BOSCHETTI, Ivaneti. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação In: CEFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 2009.

BOSCHETTI, Ivaneti. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, Ivaneti et all. (Orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Título VIII - Da Ordem Social. **Constituição Federal – 1988**. Brasília. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao\\_constituicao\\_federal.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_constituicao_federal.pdf)>. Acesso em: Março de 2012.

BRASIL. Lei 8.842/94. **Política Nacional do Idoso**. Brasília, 1994.

BRASIL. Lei 10.741/03. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei 12. 618/12. Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo ... Presidência da República. Ministério da Casa Civil, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm)>. Acesso em: Setembro de 2012.

BRASIL. **Programa Brasil Carinhoso**. 2013. Disponível em: <<http://brasilcarinhoso.net/category/programa-brasil-carinhoso>>. Acesso em: Março de 2013.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. Como vive o idoso brasileiro?. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=547](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=547)>. Acesso em: Março de 2013.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq\\_16\\_Cap\\_08.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_16_Cap_08.pdf)>. Acesso em: Março de 2013.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados. IPEA. **Texto para discussão nº 1426**. 2009. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1426.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1426.pdf)>. Acesso em: Janeiro de 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo (Org.). **Capitalismo**: essência e aparência. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo. Sobre o fetichismo. In: CARCANHOLO, Reinaldo (Org.). **Capitalismo**: essência e aparência. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício. Sobre o capital e a mais-valia. In: CARCANHOLO, Reinaldo (Org.). **Capitalismo**: essência e aparência. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, v. 20. nº 1. Porto Alegre, junho de 1999. (Versão modificada).

CARCANHOLO, Marcelo Dias; NAKATANI, Paulo. Crise e reformas de mercado: a experiência de Cuba nos anos 90. **Problemas del desarrollo**. Revista Latinoamericana de economia, vol. 33, n. 128. México, IIEc, UNAM. Jan. a Mar de 2002.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; AMARAL, Marisa Silva. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. In: **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, p. 163-181, Editora UFPR, 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/17193/11326>>. Acesso em: fevereiro de 2013.

CHAUÍ, Marilena. As concepções da verdade. In: **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/professores/bau/FAG%202012/Fonoudiologia%20Filosofia/Livro%20Convite%20A%20FILOSOFIA%20CHAUÍ.pdf>> Acesso em: maio de 2012.

CIMBALISTA, Silmara. **Responsabilidade social: um novo papel das empresas.** Análise Conjuntural, v.23, n.5-6, p.12, maio/jun. 2001. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Responsabilidade%20social/Responsabilidade%20Social%20-%20Um%20novo%20papel%20das%20empresas.pdf>>. Acesso em: Março de 2013.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSIOTTI, Renato Monseff. O Estado como instituição. Uma leitura das obras históricas de Marx. In: Crítica Marxista. 2001. Disponível em: <<http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1027&context=adrianocodat>>. Acesso em: Dezembro de 2012.

CONCEIÇÃO, José Antônio da. DRU foi aprovada – PSDB foi coerente na votação? **OBSERVADOR POLÍTICO**, 2012. Disponível em: <<http://www.observadorpolitico.org.br/grupos/congresso/forum/topic/dru-foi-aprovada-psdb-foi-coerente-na-votacao/>>. Acesso em: Março de 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. O ponto de inflexão: o Gramsci da maturidade. In: **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 1994.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Se parar de trabalhar eu morro: o lugar do trabalho na vida de idosos que participam do mercado informal. In: **Revista Kairós.** São Paulo, jun. 2006. p. 85-105.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: mercado de trabalho.** 3. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A333FE61F013341780DBB382F/mercado.pdf>>. Acesso em: Março de 2013.

ESTAY, Jaime. G-20 vs. G-192: agendas y acciones frente a la crisis mundial. In: GAMBINA (Org.) **La crisis capitalista y sus alternativas: una mirada desde**

América Latina y el Caribe. ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/jgambina.pdf>>. Acesso em: Julho de 2011.

FELIPE, Márcia Reis. **Atenção alimentar e nutricional a turistas idosos**: um estudo da rede hoteleira de Balneário Camburiú/SC. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação do Centro de Educação de Balneário Camburiú. Universidade do Vale do Itajaí. Santa Catarina, 2006.

FURTADO, Adolfo. **A participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro. Câmara dos Deputados**. Consultoria Legislativa. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.site7dias.com.br/aslegis4/images/pdfs/direito-e-economia-do-trabalho/2004-13576.pdf>>. Acesso em: Março de 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Denilson Aparecida Leite; MURITIBA, Patricia Morilha. O empreendedorismo na terceira idade: uma alternativa sustentável à crise da previdência social? In: PUC-SP. **RECAPE – Revista de Carreiras e Pessoas**. São Paulo. v. 2, n.2, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/11861/8582>>. Acesso em: Março de 2013.

GAMBINA, Julio Cesar. La crisis de la economía mundial y los desafíos para el pensamiento crítico. In: GAMBINA (Org.) **La crisis capitalista y sus alternativas**: una mirada desde América Latina y el Caribe. ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/jgambina.pdf>>. Acesso em: Julho de 2011.

GAMBINA, Julio Cesar. **"La crisis mundial, las políticas anti crisis y las políticas sociales. Una mirada desde nuestra america"**. Minicurso - Programa de Pós-Graduação em Política Social. UFES. Vitória, 28 e 29 de Junho de 2011.

GENTIL, Denise. A Falsa Crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990 – 2005. I **Congresso Trabalhista Brasileiro**. 2007. Disponível em: <[http://www.corecon-rj.org.br/ced/artigo\\_denise\\_gentil\\_reforma\\_da\\_previdencia.pdf](http://www.corecon-rj.org.br/ced/artigo_denise_gentil_reforma_da_previdencia.pdf)>. Acesso em Março de 2012.

GOLDMAN, Sara Nigri. Velhice e direitos sociais. In: PAES, S. P. et all (Org's.). **Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?**. Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/Seção Rio de Janeiro, 2000.

GOMES, Maria das Graças. **Envelhecimento Feminino e Espaço Público: a dimensão do aconchego e da política**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2008.

GOMES, Álvaro Edauto da Silva. Crédito consignado: medidas corretivas para evitar o superendividamento. In: **FMU Direito – Revista eletrônica**. v. 25, n. 25, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/RMDIR/article/view/140/213>>. Acesso em: Março de 2013.

GUILLERMO, Almeyra. El liderazgo irrepitable de Hugo Chavez. In: **Herramienta: debate y crítica marxista**. 2013. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/content/el-liderazgo-irrepitable-de-hugo-chavez>>. Acesso em: Abril de 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A sociabilidade na órbita do capital: a invisibilidade do trabalho e a radicalização da alienação. In: \_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. A dinâmica demográfica brasileira e os impactos nas políticas públicas. In: **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic\\_sociosaude/2009/com\\_din.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/com_din.pdf)>. Acesso em: Março de 2013.

IBGE. **Notas técnicas**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/Notas\\_Tecnicas/transmetod.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Notas_Tecnicas/transmetod.pdf)>. Acesso em: Abril de 2013.

IPEA. Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. In: \_\_\_\_\_. Comunicados do Ipea nº93. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110524\\_comunicadoipea93.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110524_comunicadoipea93.pdf)>. Acesso em: Junho de 2011.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 23a ed. - São Paulo: Brasiliense, 1992. (Coleção primeiros passos)

LÊNIN, Vladimir Litch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão popular, 2010. [tradução revista por Aristides Lobo].

LIMA, Maria. Senado aprova DRU em segundo turno e governo respira aliviado. **O Globo**, 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/12/20/senado-aprova-dru-em-segundo-turno-governo-respira-aliviado-422464.asp>>. Acesso em: Março de 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Célia Regina Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Ensaios. **Revista Katalysis**, v. 10 n. esp. p. 37-45, Florianópolis, 2007.

LOJKINE, Jean. Estado, política e luta de classes. Da tomada de decisão à produção social da política estatal. In: **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. (tradução: Estela dos Santos de Abreu).

MANDEL, Ernest. **Teoria marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antidoto. 1977.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Governo Lula e a contra reforma previdenciária. In: **São Paulo em perspectiva**, 18(3): 3-15, 2004 [online]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24774.pdf>>. Acesso em: Dezembro de 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, v. 1. 18ª Ed.. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, v. 2. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 2, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1993. Tradução de Reginaldo Sant'Anna.

MARX, Karl (1818-1883). **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. **O Estado superdesenvolvido** (Ensaio sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo). São Paulo: Brasiliense, 1983.

MENDES, Áquilas. Os ensinamentos da Comuna de Paris e os projetos da Bolívia e Venezuela. **GT 9 - Socialismo en el siglo XXI**. s/d. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6718\\_Mendes\\_Aquilas.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6718_Mendes_Aquilas.pdf)>. Acesso em: Agosto de 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. Classe social, consciência de classe e lutas. In: **Estado, classe e movimento social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de Serviço social, v. 5).

NAKATANI, Paulo. Estado e acumulação de capital: discussão sobre a teoria da derivação. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre: UFRGS, n. 8, ano 5, p. 35-64, mar. 1987.

NERI, Anita Liberalesso. O fruto dá sementes: processos de amadurecimento e envelhecimento. In: NERI, Anita Liberalesso. (Org.). **Maturidade e velhice: trajetórias individuais e socioculturais**. São Paulo: Papyrus, 2001.

NERI, Marcelo; CARVALHO, Kátia; CORSI, Alessandra. Motivações financeiras para as pessoas da terceira idade. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq\\_24\\_Cap\\_15.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_24_Cap_15.pdf)>. Acesso em: Março de 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de Serviço Social, v.1).

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, pp. 393-410.

ONU. **Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento**. Viena, 1982. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/e-psico/publicas/humanizacao/prologo.html>>. Acesso em: Dezembro de 2012.

ONU. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento**. Madri, 2002. Disponível em <[http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_manual/5.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf)>. Acesso em: Dezembro de 2012.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas: Alínea, 2000.

PALACIOS, Annamaria da Rocha Jatobá. Fragmentos do discurso publicitário para idosos no Brasil: estratégias de posituação da velhice, novos velhos ou novos mercados de consumo? In: Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008) Comunicação e Cidadania - **Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação**. 2008. Disponível em: <<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom/article/viewFile/70/71>>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

PEREIRA, Camila Potyara. SIQUEIRA, Marcos César Alves. In: BOSCHETTI, Ivaneti et all. (Orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO, Tânia Maria Bigossi. Proteção social a pessoa idosa no Brasil. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Cláudia. **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012.

PORTAL DO ENVELHECIMENTO. Censo aponta: crescimento da população idosa inspira cuidados. **Longevidade**, 2010. Disponível em: <<http://portaldoenvelhecimento.org.br/noticias/longevidade/censo-aponta-crescimento-da-populacao-idosa-inspira-cuidados.html>>. Acesso em: Abril de 2012.

PORTELLI, Hugges. Gramsci e o bloco histórico. (Tradução de Angelina Peralva). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977. Tradução de Francisco Silva; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira.

REGO, João. Reflexões sobre A Teoria Ampliada do Estado em Gramsci. In: **Caderno Cultural do Jornal do Comércio**, 1991. Disponível em: <[http://www.politica-democracia.com/mem-bra-joao\\_rego/reflexoes-gramsci-estado.pdf](http://www.politica-democracia.com/mem-bra-joao_rego/reflexoes-gramsci-estado.pdf)>. Acesso em: 2010.

SADER, Débora. **A contra-reforma do Estado e o financiamento da seguridade social**: 1995 a 2002. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2006.

SALAMA, Pierre. **Estado e capital**: o Estado capitalista como uma abstração real. s/d. Disponível em: <[http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/estado\\_e\\_capital.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/estado_e_capital.pdf)>. Acesso em: Agosto de 2012.

SALVADOR, Evilásio. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, Ivaneti et all. (Orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHEIN, Madeleine et al. O comportamento na compra de serviços de turismo na terceira idade. In: **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v. 11, nº 3. p. 341 – 357, set/dez. 2009. Disponível em: <[www.univali.br/revistaturismo](http://www.univali.br/revistaturismo)>. Acesso em: Março de 2013.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Informe Brasil para a III Conferência Regional Intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e Caribe**. Costa Rica, 8 a 12 de maio de 2012.

Disponível em: <<http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/9/46849/Brasil.pdf>>. Acesso em: Março de 2013.

SLONGO, Luiz Antônio et al. A Moda para a Consumidora da Terceira Idade. In: **XXXIII Encontro da ANPAD**. São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2009/MKT/MKT2769.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2009/MKT/MKT2769.pdf)>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

SANT'ANNA, Paulo Roberto de; et al. Pesquisa de mercado aplicada a pequenos empreendimentos: centro de lazer para a terceira idade do estado do Rio de Janeiro. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 4. Jul/Ago 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a09.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: CEFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 2009.

TRASPADINI, Roberta. Apresentação. In: MARX, Karl (1818-1883). **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 159-178. 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

UNFPA. Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio (Resumo Executivo). In: **Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)** e HelpAge International, 2012. Disponível em:<<http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2012/Portuguese-Exec-Summary.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

UYEHARA, Ana Maya Goto; CÔRTE, Beltrina. Por que contatar idosos? Um estudo de caso da Festiva. In: **Revista Kairós**. São Paulo, jun. 2006. p. 107-122.

ZEFERINO, Bárbara Cristhygni Gomes. O Estado moderno na relação entre capital e trabalho. **Revista Eletrônica Arma Crítica**. Ano 2, n. 2, março de 2010. Disponível em:

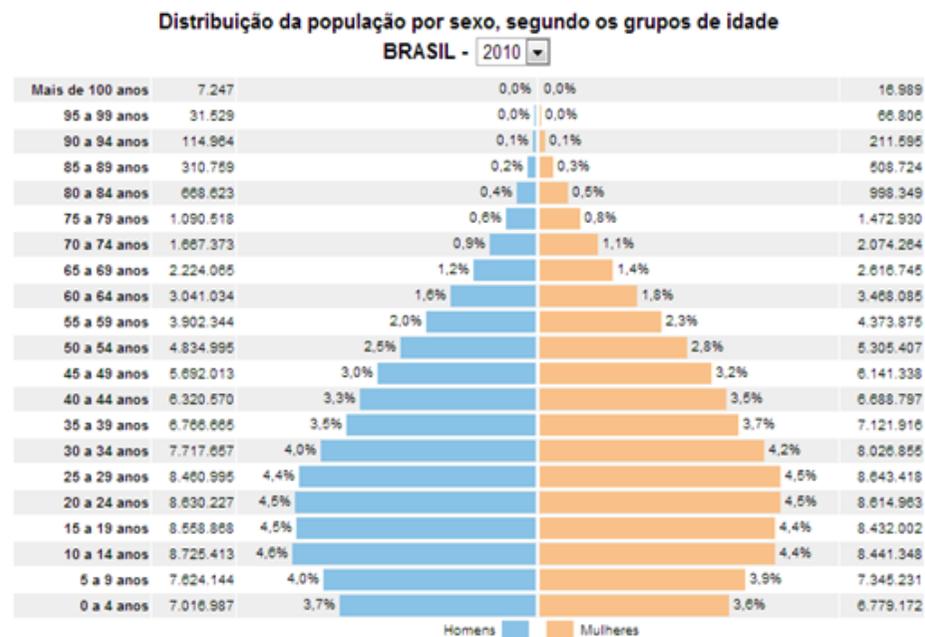
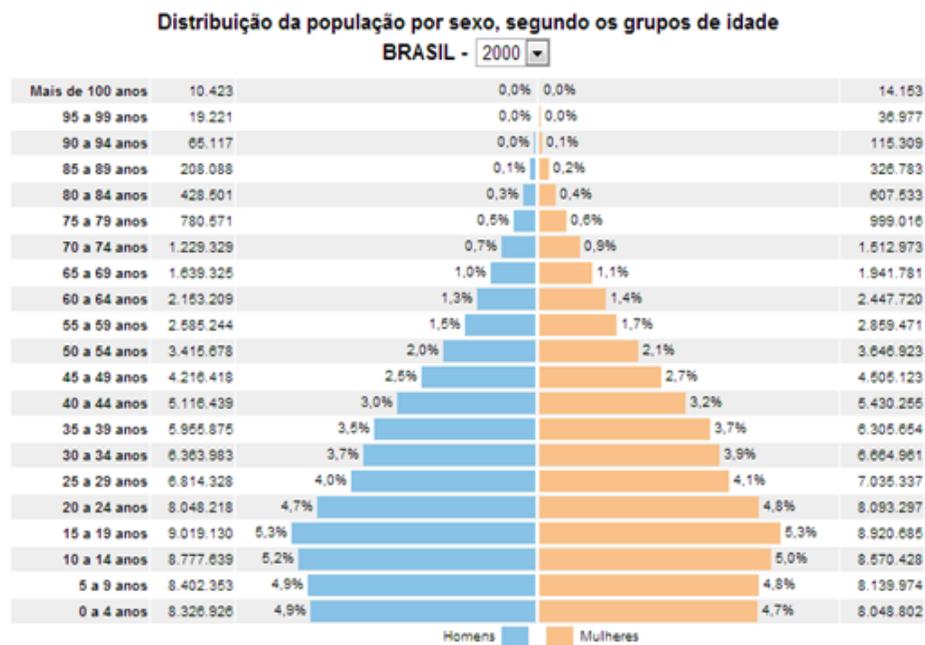
<[http://www.armadacritica.ufc.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=9:artigos&Itemid=64](http://www.armadacritica.ufc.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=9:artigos&Itemid=64)>. Acesso em: Dezembro de 2011.

**ANEXO**



# Anexo I

## Gráfico I: Panorama dos censos do IBGE de 2000 e 2010



FONTE: IBGE.